



UNIFACS
UNIVERSIDADE SALVADOR
LAUREATE INTERNATIONAL UNIVERSITIES®

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E
URBANO
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO**

ISAIAS MATOS DE SANTANA JUNIOR

**A ECONOMIA CAFEIEIRA E SEUS REFLEXOS SOCIOECONÔMICOS NO
PLANALTO DA CONQUISTA - BAHIA**

Salvador
2012

ISAIAS MATOS DE SANTANA JUNIOR

**A ECONOMIA CAFEIEIRA E SEUS REFLEXOS SOCIOECONÔMICOS NO
PLANALTO DA CONQUISTA - BAHIA**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Urbano da Universidade Salvador - UNIFACS, Laureate Internacional Universities, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Alcides dos Santos Caldas

Salvador
2012

Ficha Catalográfica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da Universidade Salvador – UNIFACS, Laureate Internacional Universities.

Santana, Isaias Matos de

A economia cafeeira e seus reflexos socioeconômicos no Planalto da Conquista – Bahia. / Isaias Matos de Santana Junior. – Salvador, 2012.

108 f. : il.

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Urbano – UNIFACS, Laureate Internacional Universities como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre.

Orientador: Prof. Drº. Alcides dos Santos Caldas.

1. Indústria cafeeira - Planalto da Conquista – Bahia. 2. Desenvolvimento econômico – Planalto da Conquista – Bahia. I. Alcides dos Santos, Caldas, orient. II. Título.

CDD: 338.73730981

ISAIAS MATOS DE SANTANA JUNIOR

A ECONOMIA CAFEIEIRA E SEUS REFLEXOS SOCIOECONÔMICOS NO PLANALTO
DA CONQUISTA - BAHIA

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Regional e Urbano, Universidade Salvador - UNIFACS, Laureate International Universities pela seguinte banca examinadora.

Alcides dos Santos Caldas – Orientador _____

Doutor em Geografia pela Universidade Santiago de Compostela, USC, Espanha
Universidade Salvador – UNIFACS

Regina Celeste de Almeida Souza _____

Doutora em Geografia pela Université de Rouen, U R, França
Universidade Salvador – UNIFACS

Claudionor Dutra Neto _____

Doutor em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Regional pela Universidade de Barcelona, U B, Espanha.
Universidade do Sudoeste da Bahia – UESB

Salvador, 09 de abril de 2012.

Dedico este trabalho a todos os professores que acreditam na educação, como principal instrumento de transformação social.

AGRADECIMENTOS

O primeiro agradecimento vai para Deus que nos criou para sermos felizes e que nos dá infinita sabedoria para que possamos usar o conhecimento. Naturalmente, muitos contribuíram para a realização deste trabalho, portanto, quero aqui registrar os meus sinceros agradecimentos;

Aos meus pais, Edson Caldas Maia, Valdete Carolina (em memória), João Barreto, Tânia Margareth Maia Barreto, razão da minha existência e por eles nutro um amor infinito;

A minha esposa Manuella Galvão e enteados, João Pedro e Carlos Neto que amo muito e são minhas principais fontes de inspiração para continuar estudando;

A minha irmã, irmãos, sobrinhos, cunhado e cunhadas, os quais amo muito também. São eles que sempre me incentivam a crescer, como homem e profissional;

Pela imensa satisfação de ter tido o Professor Doutor Alcides dos Santos Caldas como orientador, por sua paciência e extrema competência ao me guiar neste projeto de pesquisa;

Agradecer ao Professor Doutor Edivaldo Machado Boaventura, pela maravilhosa relação professor-aluno e que nos motiva imensamente a persistir na vida acadêmica;

Agradecer também ao Professor Doutor Claudionor Dutra Neto e a Professora Doutora Regina Celeste de Almeida Souza, pela grande contribuição para pesquisa;

A Octavio Augusto de Oliveira e Ana Bittencourt de Oliveira, pela amizade;

Aos colegas do curso, em especial André Coelho, com os quais compartilhei não somente momentos de discussões acadêmicas, mas também de amizade;

Ao Deputado Euclides Nunes Fernandes, pelo incentivo e apoio.

“Estamos longe do verdadeiro desenvolvimento, que só ocorre quando beneficia toda a sociedade”.

Celso Furtado (1982).

RESUMO

O ciclo do café foi de extrema importância para o processo de industrialização brasileira, atrelado ao contexto histórico, foi a atividade cafeeira a primeira atividade mercantil não colonial. Essa atividade contribuiu para o processo de desenvolvimento econômico brasileiro, da diversificação da estrutura social e das transições nas relações de trabalho. Os recursos das exportações de café, que, no final do século XIX, respondiam por cerca de 80% das receitas da balança comercial brasileira, atuaram como elemento dinamizador da economia nacional na medida em que gerou um capital excedente investido em outros setores que não o agrícola, e na medida, ainda, em que criou um mercado consumidor para novos produtos. Somente na década de 1970, com o Plano de Renovação e Revigoração de Cafezais a Bahia passou a fazer parte do cenário da cafeicultura do Brasil. Nessa época foram liberados recursos para implantação de um polo cafeeiro na Bahia, com mais de 100 mil hectares, nas regiões de Planalto da Conquista, Extremo Sul, Chapada Diamantina e no Planalto de Jequié/Santa Inês, na maioria em áreas de matas virgens. Em razão da infraestrutura e meios de comunicação, a região do Planalto da Conquista se destacou inicialmente, abrigando 65% dos cafeeiros baianos. Com a implantação da cultura do café na região no Planalto da Conquista, ocorreram transformações significativas, no que se refere às questões socioeconômicas, levando assim a grandes modificações locais. Propõe-se, então, a partir da pesquisa bibliográfica, identificar essas transformações ocorridas com a chegada da atividade cafeeira na região do Planalto da Conquista.

Palavras-Chave: Desenvolvimento. Café. Infraestrutura. Planalto da Conquista.

ABSTRACT

The coffee cycle was extremely important to the process of industrialization in Brazil, and coupled with historical context, the coffee activity was the first non-colonial mercantile activity. This activity contributed to the process of Brazilian economic development, diversification of the social structure, and transitions in labor relations. The resources of coffee exports, which in the late nineteenth century was responsible for approximately 80% of the revenues of the Brazilian trade balance, acted as a driving force of the national economy in that it generated a surplus capital investment in sectors other than agriculture, and it also provided the creation of a consumer market for new products. Only in the 1970s, with the renewal and reinvigoration Plan for Coffee Plantations, and in view of the excellent climatic conditions of the region, Bahia became part of the landscape of coffee in Brazil. At that time, funds were released for the implementation of a plan for Bahia coffee, with over 100,000 hectares in the regions of Plateau of the Conquest, Far South, in Chapada Diamantina, Jequié Plateau/St. Inês, and in most areas of virgin forests. Due to the infrastructure and media, the Plateau of the Conquest Region stood out initially, housing 65% of the trees in Bahia. With the introduction of coffee growing in the Plateau Region of the Conquest, there were significant changes in relation to socioeconomic issues, leading to large local modifications. It is proposed, then, from the literature search, to identify these changes which occurred with the arrival of the coffee activity in the Plateau Region of the Conquest.

Keywords: Development. Coffee. Infrastructure. Plateau of the Conquest.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Estados produtores de café no Brasil	41
Figura 2 – Regiões Econômicas do Estado da Bahia	46
Figura 3 – Regiões produtoras de café do Estado da Bahia (2011).....	49
Figura 4 – Municípios produtores de café da região do Planalto da Conquista	59
Figura 5 – Municípios de Vitória da Conquista e Barra da Choça.....	61

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Produção mundial de café (Em mil sacas de 60kg).....	34
Tabela 2 - Área plantada de café – safras - 2005/06 a 2010/11 (Em ha).....	40
Tabela 3 - Produção brasileira de café - safras 2005/06 a 2010/11 (Em mil sacas beneficiadas)	42
Tabela 4 - Série histórica de produtividade - safras 2005/06 a 2010/11 (Em sacas por hectare)	43
Tabela 5 - Área plantada de café nos municípios do Planalto da Conquista (2010)	58
Tabela 6 - Crescimento populacional do município Vitória da Conquista de 1970 a 2010.....	75
Tabela 7 - Crescimento populacional do município Barra do Choça de 1970 a 2010	76
Tabela 8 - Índice de exclusão social nos municípios de Vitória da Conquista e Barra do Choça (2010)	82
Tabela 9 - Índice de desenvolvimento nos municípios de Vitória da Conquista e Barra do Choça (2010)	82
Tabela 10 - Receita com IPTU em Barra do Choça e Vitória da Conquista (R\$1,00).....	83
Tabela 11 - Receita com ISS em Barra do Choça e Vitória da Conquista (R\$1,00).....	83
Tabela 12 - Cota parte do ICMS em Barra do Choça e Vitória da Conquista (R\$1,00)	83
Tabela 13 - Cota parte do FPM em Barra do Choça e Vitória da Conquista (R\$1,00).....	84
Tabela 14 - Pessoal ocupado no mercado formal e trabalho, por setor de atividade econômica, no município de Barra do Choça – 2005 - 2007.....	84
Tabela 15 - Pessoal ocupado no mercado formal e trabalho, por setor de atividade econômica, no município de Vitória da Conquista no Estado da Bahia – 2005 - 2007.....	85
Tabela 16 - Quantidade produzida de café nos municípios do Planalto da Conquista em 2010	86
Tabela 17 - Valor da produção de café nos municípios de Vitória da Conquista e Barra do Choça (Em mil reais).....	87
Tabela 18 - PIB dos municípios de Vitória da Conquista e Barra do Choça (Em mil reais) ...	88
Tabela 19 - Principais produtos exportados do município de Vitória da Conquista.....	89
Tabela 20 - Financiamentos concedidos a produtores e cooperativas no município de Vitória da Conquista	89
Tabela 21 - Financiamentos concedidos a produtores e cooperativas no município de Barra do Choça.....	90
Tabela 22 - População residente e grau de urbanização – Vitória da Conquista e Barra da Choça (1970-2010).....	92
Tabela 23 - Quanto o café representa na renda do produtor nos municípios de Barra do Choça e Vitória da Conquista	94
Tabela 24 - O café é uma cultura importante no combate a pobreza nos municípios de Barra do Choça e Vitória da Conquista.....	95

Tabela 25 - A lavoura de café contribuiu para melhoria de vida dos produtores e trabalhadores nos municípios de Barra do Choça e Vitória da Conquista.....	95
Tabela 26 - Grau de instrução do produtor de café e trabalhador rural nos municípios de Barra do Choça e Vitória da Conquista.....	98

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABACAFÉ	Associação dos Cafeicultores do Oeste da Bahia
ABIC	Associação Brasileira da Indústria do Café
AIC	Acordo Internacional do Café
ASSOCAFE	Associação dos Produtos de Café da Bahia
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
BA	Bahia
BACEN	Banco Central do Brasil
BNB	Banco do Nordeste
CBC	Comitê Brasileiro do Café
CDPC	Conselho Deliberativo de Política do Café
CEPAL	Comissão Econômica para América Latina e o Caribe
CEPLAB	Centro de Planejamento da Bahia
CMN	Conselho Monetário Nacional
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
COOPMAC	Cooperativa Mista Agropecuária Conquistense Ltda
DGE	Departamento de Geografia e Estatística
DO	Denominação de Origem
DRT	Delegacia Regional do Trabalho
EBDA	Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola
EISA	Empresa Interagrícola S/A
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAINOR	Faculdade Independente do Nordeste
FAO	Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação
FAPESB	Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado da Bahia
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
FTC	Faculdade de Ciência e Tecnologia
FUNCAFE	Fundo de Defesa da Economia Cafeeira
IBC	Instituto Brasileiro do Café

IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICEA	Instituto Campineiro de Ensino Agrícola
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDSB	Instituto de Desenvolvimento Sustentável do Sudoeste Baiano
IFBA	Instituto Federal da Bahia
IG	Indicação Geográfica
INCAPER	Instituto Capixaba de Pesquisa e Extensão Rural
INPI	Instituto Nacional de Propriedade Industrial
IP	Indicação de Procedência
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
ISS	Imposto sobre Serviço
IURAN	Instituto de Urbanismo e Administração Municipal
JTS	Instituto Juvêncio Terra
MDIC	Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OIC	Organização Internacional do Café
PIB	Produto Interno Bruto
PMVC	Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRRC	Plano de Renovação e Revigoramento de Cafezais
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais.
SAPC	Serviço de Apoio ao Programa do Café
SEAGRI	Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequena Empresa
SEI	Superintendência de Estudos Econômico e Social da Bahia
SEPLAN	Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia
SNPA	Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

UESB Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

UFBA Universidade Federal da Bahia

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
2 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E REGIONAL	21
2.1 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	21
2.2 DESENVOLVIMENTO REGIONAL	23
2.3 OS DIFERENTES CONCEITOS DE ESPAÇO E REGIÃO	27
3 A CULTURA DO CAFÉ: ORIGENS E EVOLUÇÃO	29
3.1 AS ORIGENS DO CAFÉ.....	29
3.2 A EVOLUÇÃO DA CAFEICULTURA NO MUNDO	30
3.3 A EVOLUÇÃO DA CAFEICULTURA NO BRASIL	35
3.4 O CAFÉ NA BAHIA.....	44
3.4.1 Panorama atual.....	47
3.4.2 Pontos positivos.....	51
3.4.3 Principais entraves	52
4 O PLANALTO DA CONQUISTA: TRANSFORMAÇÕES RECENTES	58
4.1 CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO	58
4.2 ESTRUTURA ECONÔMICA E A NOVA PROPRIEDADE RURAL CAFEIEIRA.....	62
4.3 TRANSFORMAÇÕES LOCAIS	65
4.3.1 A Mobilidade da Força de Trabalho	68
4.4 A REESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO	73
4.5 POTENCIAL DE INDICAÇÃO GEOGRÁFICA	77
5 REFLEXOS SOCIOECONÔMICOS DA CAFEICULTURA NA REGIÃO DO PLANALTO DA CONQUISTA: UMA ANÁLISE NOS MUNICÍPIOS DE VITÓRIA DA CONQUISTA E BARRA DO CHOÇA	80
5.1 A IMPORTÂNCIA DO CAFÉ PARA OS MUNICÍPIOS DE VITÓRIA DA CONQUISTA E BARRA DO CHOÇA	85
5.2 PLANALTO DA CONQUISTA: UM NOVO CENÁRIO COM O PLANO DE RENOVAÇÃO E REVIGORAMENTO DE CAFEZAIS	90
5.3 CAFEICULTURA COMO ATIVIDADE GERADORA DE EMPREGO E RENDA.....	93
5.4 EXCLUSÃO SOCIAL E POBREZA NAS ÁREAS RURAIS DOS MUNICÍPIOS DE VITÓRIA DA CONQUISTA E BARRA DO CHOÇA.....	96
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	100
REFERÊNCIAS.....	104

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, a atividade cafeeira está diretamente ligada ao processo de desenvolvimento econômico, sendo considerada a primeira atividade não colonial. O ciclo do café foi de extrema importância para o processo de diversificação da estrutura social e do surgimento da vida urbana brasileira, bem como para grandes transições nas relações de trabalho.

Apesar de a cultura cafeeira chegar ao Brasil em 1727, sua importância para a economia começou a crescer a partir de 1816 com a crescente demanda pelo produto no mercado internacional, impulsionando as exportações brasileiras. Já na década de 1830-1840, segundo Brum (1999), o produto assumiu a liderança das exportações do país, com mais de 40% do total, tornando-se, em 1840, o maior produtor mundial de café. Ainda segundo Brum (1999), com o crescimento da importância da nova cultura, muitos produtores começaram a investir no cultivo, fazendo com que, ao final do século XIX, o café representasse 65% do valor das exportações do país, chegando a 70% na década de 1920. Assim, entre 1850 e 1930, os fatos econômicos, sociais e políticos do Brasil se desenrolaram em função da lavoura cafeeira.

Na Bahia, de acordo com Martins (2008), a cafeicultura foi introduzida em 1778, desenvolvendo uma modesta produção comercial, iniciada no município de Caravelas, mas teve o município de Ilhéus como área de maior destaque. A partir da década de 1970, a cafeicultura é reintroduzida no Estado através do Plano de Renovação e Revigoração de Cafezais (PRRC), com objetivo de ampliar a área de produção de café, mantendo o Brasil como principal produtor mundial.

Segundo Dutra Neto (2004, p.16):

Nesta época foram liberados recursos para implantação de um pólo cafeeiro na Bahia, com mais de 100 mil hectares, nas regiões do Planalto de Vitória da Conquista, Extremo Sul, Chapada Diamantina e no Planalto de Jequié/Santa Inês, na maioria em áreas virgens e exuberantes.

A reintrodução desta cultura no Estado deu-se em decorrência de vários fatores: constantes geadas que atingiram o centro-sul do país, diminuição da produtividade por causa da idade avançada dos cafezais, persistência da ferrugem, supervalorização das terras aptas ao cultivo e pressão de outras culturas mais rentáveis, sobretudo a soja (CEPLAB, 1979; SEAGRI, 2000).

A Região Econômica do Sudoeste da Bahia recebeu a maioria dos investimentos do PRRC, através de financiamentos governamentais para o plantio da cultura, destacando-se a

região produtora do Planalto da Conquista, mais precisamente os municípios de Barra do Choça e Vitória da Conquista. Atualmente, as regiões produtoras de café da Bahia compreendem: Chapada Diamantina, Planalto da Conquista, Oeste Baiano, Itiruçu/Vale do Jequiriçá/Brejões, Baixo Sul/Sul Baiano e Extremo Sul. É importante salientar que a Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária do Estado da Bahia (SEAGRI) definiu as regiões produtoras de café baseada em aspectos edafoclimáticos¹ e na forma de cultivo predominante.

Esta dissertação tem como objetivo principal identificar as transformações sociais e econômicas ocorridas na região do Planalto da Conquista, em especial nos municípios de Barra do Choça e Vitória da Conquista. Essas transformações ocorridas nos últimos 35 anos com a introdução da cafeicultura na região através do PRRC, coordenado pelo Instituto Brasileiro do Café (IBC), podem ter contribuído fortemente para o atual estágio de crescimento dessas cidades. Para que o objetivo principal da pesquisa fosse atingido, foi necessária uma análise bibliográfica da evolução da cafeicultura no Brasil e na Bahia, identificando as principais modificações socioeconômicas provocadas pela cultura cafeeira.

Apesar de o Planalto da Conquista contemplar 12 municípios, a escolha de Barra do Choça e Vitória da Conquista como área de recorte do estudo partiu da grande representatividade desses municípios no cultivo do café. Segundo a Superintendência de Estudos Sociais e Econômicos da Bahia (SEI), em 2010 a área cultivada com café na região do Planalto da Conquista totalizou 40.725 hectares, sendo os municípios analisados responsáveis por 68% da área cultivada de café nesta região e 14% da área cultivada com café no Estado da Bahia.

A pesquisa é importante, pois aborda as relações da agricultura com o restante da economia, no processo de desenvolvimento econômico. Fazer uma abordagem entre cafeicultura e a questão do desenvolvimento regional poderá servir de base para novas pesquisas, que poderão ser determinantes para futuras políticas de geração de emprego e renda, contribuindo com a redução das desigualdades sociais de municípios que dependem da cultura do café para promoção do desenvolvimento. Além disso, o estudo sobre a cafeicultura nos municípios de Barra do Choça e Vitória da Conquista pode ser uma importante contribuição para a criação de novas áreas produtoras no Estado da Bahia que possuem características edafoclimáticas compatíveis com a lavoura cafeeira.

¹ Condições de solo e clima.

Optou-se pela pesquisa bibliográfica, através de uma revisão de literatura, que atende aos objetivos propostos por esta dissertação. A pesquisa bibliográfica compreende uma vasta quantidade de publicações impressas e eletrônicas, através da Superintendência de Estudos Econômico e Social da Bahia (SEI), SEAGRI, Banco Central do Brasil (BACEN), Organização Internacional do Café (OIC), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), órgãos do Governo Federal, Estadual e Municipal. Primeiramente, foi realizada uma revisão de literatura dos principais referenciais teóricos, já que é a base que sustenta a pesquisa científica; logo após o levantamento dos referenciais teóricos, partiu-se para o levantamento bibliográfico dos principais pesquisadores sobre a cafeicultura no Mundo, no Brasil, na Bahia e nos municípios analisados e, finalizando a pesquisa, foi realizado um levantamento dos principais dados estatísticos da cafeicultura junto a OIC, SEI, IBGE e SEAGRI referentes à produção, área plantada e produtividade.

A finalidade da pesquisa bibliográfica é colocar o pesquisador em contato com o que já se produziu e registrou a respeito do seu tema de pesquisa, tendo como principal vantagem o fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Esta vantagem se torna particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço. (GIL, 2009, p.50).

As principais contribuições para a pesquisa foram: a) Vanda Sampaio de Sá Barreto, (1982), através do relatório de pesquisa sobre “*O Impacto Social da Lavoura Cafeeira na Bahia*”, que fez um levantamento sobre a introdução da cafeicultura na Bahia, ressaltando sua importância para o Estado e regiões do Planalto da Conquista e Chapada Diamantina. Além desses pontos, foram abordadas as características da lavoura de café, o zoneamento da cultura na Bahia, a evolução e distribuição espacial da cafeicultura, os principais impactos sociais da lavoura cafeeira e os processos de produção da força de trabalho; b) Claudionor Dutra Neto (2004), através do livro “*Café e desenvolvimento sustentável: perspectivas para o desenvolvimento sustentável no Planalto de Vitória da Conquista*”, que trata das relações entre a cafeicultura e o processo de desenvolvimento regional sustentável; outra grande contribuição foi sua tese de doutorado sobre “*Café e Desenvolvimento Regional no Nordeste Brasileiro: um estudo de caso na Bahia*” (DUTRA NETO, 2007), a qual aborda os problemas e soluções gerados na atividade do café e no seu espaço geográfico nos municípios de Barra do Choça, Encruzilhada e Vitória da Conquista; e por fim o livro sobre “*Desenvolvimento Regional e Agronegócio*” (DUTRA NETO, 2009), que destaca a importância da cultura do café na geração de emprego e renda da região Sudoeste da Bahia, as alterações demográficas e espaciais no meio rural após a introdução do café e a importância do agronegócio como vetor do crescimento; c) Renato Hortélio Fernandes (2011), com a pesquisa “*Diagnóstico e*

Propostas para Cadeia Produtiva do Café na Bahia”, fazendo um levantamento da cadeia produtiva do café na Bahia, incluindo as regiões produtoras, seus pontos fortes e fracos, as oportunidades de crescimento do mercado de café na Bahia, as ameaças existentes e as estratégias de desenvolvimento que devem ser implementadas a fim de consolidar a Bahia como grande produtor de café de qualidade no Brasil; d) Celso Furtado (1982) com *“Formação Econômica do Brasil”*, leitura fundamental para a compreensão da importância do café na economia brasileira, destacando os motivos da introdução da cafeicultura, suas crises, a nova aristocracia rural e a concentração de renda; e) Ana Luiza Martins (2008) com as pesquisas sobre cafeicultura que resultaram no livro *“História do Café”*, estabelecendo uma linha cronológica desde as origens da cafeicultura e evolução do consumo pelos continentes até a chegada em terras brasileiras; f) as publicações da SEI, como o perfil financeiro e as estatísticas sociais e econômicas dos municípios analisados; g) a SEAGRI com o diagnóstico sobre a cafeicultura baiana; e h) as informações da OIC sobre as estatísticas atuais da cafeicultura no mundo.

Esta dissertação está estruturada em quatro capítulos, além desta introdução e das considerações finais. No segundo, é apresentado um corte teórico sobre desenvolvimento econômico e regional; no terceiro capítulo, é abordada a cultura do café através de uma análise histórica, tanto no contexto nacional quanto internacional. O quarto capítulo trata, exclusivamente, do Planalto da Conquista, da estrutura econômica antes e depois da implantação da cultura do café, as principais transformações locais ocorridas com a introdução do produto, a mobilidade da força de trabalho e da reestruturação do espaço. Já os reflexos socioeconômicos da cafeicultura nos municípios analisados, foram tratados no quinto capítulo.

2 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E REGIONAL

O objetivo deste capítulo é apresentar uma revisão da teoria do desenvolvimento econômico e regional, tendo em vista construir uma estrutura teórica através de conceitos e definições que serviram de suporte para a pesquisa. O objetivo do referencial teórico é apresentar e discutir os principais conceitos que envolvem a pesquisa, para isso, utilizando ponto de vista de diversos autores, assim como diversas abordagens alternativas.

2.1 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

A análise do desenvolvimento é um tema recente comparado com outras áreas de estudo da economia, já que emergiu somente no século XX. A principal preocupação das nações era o crescimento do poder econômico e militar, e raramente havia preocupação com a melhoria das condições de vida da população, apesar do analfabetismo generalizado, dos surtos de fome e dos altos níveis de mortalidade.

De acordo com Souza (2007, p.3):

A questão do desenvolvimento econômico também ficou mais evidente, no final dos anos de 1930, com a aplicação da Contabilidade Nacional, nascida com a teoria keynesiana. Com ela, passou a comparar a renda *per capita* dos diferentes países e a classificá-los como ‘ricos’ ou ‘pobres’, dependendo do valor dessa renda média. Com a publicação de outros indicadores, os países ‘pobres’ passaram a ser caracterizados como ‘subdesenvolvidos’ também por apresentarem crescimento econômico insuficiente e instável, alto grau de analfabetismo, elevadas taxas de natalidade e de mortalidade infantil, predominância da agricultura como atividade principal, insuficiência de capital e certos recursos naturais, diminuto mercado interno, baixa produtividade, instabilidade política etc.

Após a Segunda Guerra Mundial, os economistas buscaram na História Econômica elementos para formação de uma “teoria do desenvolvimento”, mas para Souza (2007, p.5):

Não existe uma definição universalmente aceita sobre desenvolvimento, o que existe são correntes de economistas, sendo que uma corrente de inspiração teórica considera desenvolvimento como sinônimo de crescimento, já a segunda corrente é voltada para a realidade empírica, entendendo que crescimento é condição indispensável para o desenvolvimento, mas não é condição suficiente.

Ainda segundo Souza (2007, p.5)

No primeiro, enquadram-se os modelos de crescimento de tradição neoclássica, como os de Meade e Solow, e os de inspiração mais Keynesiana, como os de Harrod, Domar e Kaldor, já na segunda corrente, enquadram-se economistas como Lewis (1969), Hirschman (1974), Myrdal (1968) e Nurkse (1957).

Para os economistas que associam crescimento com desenvolvimento, um país é subdesenvolvido porque cresce menos do que os desenvolvidos, embora apresente recursos

ociosos, como terra e mão de obra, expandido-se abaixo de suas possibilidades em decorrência da utilização parcial dos fatores de produção.

Pode-se considerar que o desenvolvimento econômico é um conjunto de transformações intimamente associadas, que se produzem na estrutura de uma economia, e que são necessárias à continuidade de seu crescimento. Essas mudanças concernem à composição da demanda, da produção e dos empregos, assim como da estrutura do comércio exterior e dos movimentos de capitais com o estrangeiro. Consideradas em conjunto, essas mudanças estruturais definem a passagem de um sistema econômico tradicional a um sistema econômico moderno. (CHENERY, 1981, p. IX apud SOUZA, 2007, p.7).

Segundo Bresser Pereira (2006, p.2):

O desenvolvimento econômico é um fenômeno histórico que passa a ocorrer nos países ou estados-nação que realizam sua revolução capitalista, e se caracteriza pelo aumento sustentado da produtividade ou da renda por habitante, acompanhado por sistemático processo de acumulação de capital e incorporação de progresso técnico.

Seguindo a linha de Bresser Pereira (2006), o desenvolvimento econômico pode ser considerado um processo histórico de crescimento sustentado da renda ou do valor adicionado por habitante implicando a melhoria do padrão de vida da população de um determinado país, estado, região ou município, acompanhado de novas tecnologias e uma sistemática acumulação de capital.

Ainda de acordo com Bresser Pereira (2006, p.3), “o desenvolvimento econômico é um processo de transformação que implica mudanças nos três níveis ou instâncias de uma sociedade: estrutural, institucional ou cultural”. A relação entre crescimento do produto de uma economia e seu desenvolvimento ainda é um assunto complexo, segundo Souza (2007, p.5):

A idéia é de que o crescimento econômico, distribuindo diretamente a renda entre os proprietários dos fatores de produção, engendra automaticamente a melhoria dos padrões de vida e o desenvolvimento econômico. Contudo, a experiência tem demonstrado que o desenvolvimento econômico não pode ser confundido com crescimento, porque os frutos dessa expansão nem sempre beneficiam a economia como um todo e o conjunto da população.

Na medida em que se trata de um “fenômeno histórico”, e que envolve a permanente competição entre os países por alcançar níveis mais elevados de vida para seus cidadãos, o desenvolvimento de nações como o Brasil pode ser definido como “nacional-dependente” (BRESSER-PEREIRA, 2005).

Celso Furtado foi o economista que, provavelmente, mais se aproximou dessa ideia ao ter sido, o primeiro economista a definir o subdesenvolvimento não como simples atraso, mas como a outra face da moeda do desenvolvimento. Segundo Furtado (1982), a gênese da formação do subdesenvolvimento poderia ser explicada pelo método histórico-estruturalista.

Para Cavalcanti (2001), é importante reconhecer o fato de que Celso Furtado oferece uma contribuição intelectual singular à análise do fenômeno do progresso, detendo-se não só nos seus aspectos econômicos, mas também nos sociais, culturais e políticos.

2.2 DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Até a Segunda Guerra Mundial, a questão regional era predominantemente tratada como uma matéria de localização das atividades agrícolas e industriais, conforme comprovam os clássicos trabalhos de Von Thünen, Weber e Lösch da oferta de serviços e da consequente hierarquia das centralidades urbanas, na formulação de Christaller. A questão urbana ainda não havia emergido como um problema social e político, à exceção dos Estados Unidos, como bem retratam os trabalhos da Escola de Chicago.

A necessidade de compreender a dispersão das atividades econômicas em todas as partes do território gerou a necessidade de estudos regionais, objetivando explicar as concentrações econômicas, as discontinuidades espaciais e as desigualdades regionais. Para Souza (2009, p. 8), “a partir da década de 1920, multiplicaram-se nos EUA, trabalhos teóricos e empíricos enfatizando o elemento espaço na análise econômica. A razão foi o rápido crescimento econômico daquela década e a crise econômica da década seguinte.”

Souza (2009) afirma que a Europa, devastada pela Segunda Guerra Mundial, e necessitando de reconstrução urbana e industrial das cidades e regiões, foi um marco importante para o desenvolvimento de estudos regionais.

Para Ferreira (1989, p.48), a Economia Regional é:

[...] o estudo da diferenciação e inter-relação de áreas em um universo, onde os recursos estão distribuídos desigualmente e são imperfeitamente móveis, com ênfase particular na aplicação ao planejamento dos instrumentos em capital social básico para mitigar os problemas sociais criados por essas circunstâncias.

Para Aydalot (1985), a economia regional preocupa-se com as razões da distribuição heterogênea das atividades econômicas no âmbito de um determinado espaço geográfico, buscando explicações para entender porque algumas regiões com economias antes florescentes entram em crise e em processo de decadência e com a proposição de normas de conduta para a consecução de determinados objetivos econômicos e sociais de desenvolvimento regional politicamente determinados.

Tratando-se da teoria da localização, que tem um caráter essencialmente microeconômico, Velasco (1996) registra que a primeira questão abordada pelos economistas, no âmbito do território², foi justamente a localização no espaço regional das atividades produtivas:

Desde os notáveis aportes de Von Thünen, no século XIX, até as de August Lösch, Alfred Weber, Walter Isard ou L. Moses em distintas décadas do atual, somente as teorias da localização foram um objetivo essencial desta disciplina até os anos cinquenta. (VELASCO, 1996, p. 195).

Até os anos de 1970, à inserção da economia regional no âmbito dos paradigmas teóricos da ciência econômica, caracterizou por um viés neoclássico, entretanto na medida em que a preocupação dos estudiosos dos problemas econômicos referenciados à geografia foi a determinação da localização ótima das unidades de produção, ao que se agregou a construção posterior de teorias de desenvolvimento regional, bem como de modelos de crescimento urbano (LIMA, 2005).

Para Lima (2005, p. 67):

A transposição da microeconomia regional neoclássica, centrada na investigação da localização ótima da empresa, para a mesoeconomia, orientada para a investigação dos problemas e soluções do desenvolvimento nos espaços regionais, inclui o uso de técnicas de planificação e a determinação de instrumentos de políticas públicas.

A este respeito Aydalot (1985, p. 5) registra que:

[...] a própria abordagem neoclássica para a construção de modelos de otimização de soluções para problemas econômicos regionais se conformou diferentemente da abordagem neoclássica da economia espacial, pois o uso de técnicas de planificação e de instrumentos de políticas públicas neste campo decorre de autores neoclássicos reconhecerem que o mercado não garante a realização do ótimo no que se refere aos problemas espaciais da economia.

Lima (2005) ressalta que em contraposição a visão teórica neoclássica, formou-se uma alternativa de investigação sobre as fontes das desigualdades regionais, embasada na ideia de divergência e hierarquia dos espaços, afirmando que é a própria natureza das relações entre estes espaços que cria hiatos de desenvolvimento, citando-se, entre as teorias que se inscrevem nesta tradição, a teoria do dualismo (setor moderno e setor tradicional), a teoria da gravitação (o peso relativo em população e/ou em potencial econômico é que vai determinar a natureza das relações inter-regionais a teoria da atração (determinados espaços são dotados de

² “Espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O território se apóia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço.” (RAFFESTIN, 1993, p. 144)

certas características, referentes a equipamentos e/ou à organização, que os tornam aptos a atrair recursos e fatores de produção).

A partir dos anos de 1970, foi proposta a teoria do desenvolvimento territorial, iniciada por J. Friedmann e C. Weaver. Para Aydalot (1985), essa nova estratégia de desenvolvimento regional privilegia uma abordagem endógena do problema, nos seguintes termos:

Um tal desenvolvimento impõem uma ruptura com a lógica funcional de organização da vida econômica e propõe o retorno a uma visão “territorial”, isto é, dentro de um quadro local, pelo destaque e valorização dos recursos locais e com a participação da população, sendo esta a maneira como o desenvolvimento poderá realmente responder às necessidades das populações. (AYDALOT, 1985, p. 109).

Muitas regiões no interior dos países vêm mostrando um movimento de endogenização, tanto das decisões relacionadas ao seu destino, quanto ao uso dos meios e dos recursos utilizados no processo econômico.

Para Souza (2009, p. 77):

Em tempos de processo de globalização, é preciso que as comunidades locais e regionais se organizem em torno do objetivo do desenvolvimento econômico destaca-se, assim, o papel dos atores locais no desenvolvimento: universidades, centros de pesquisa, prefeituras, agências de fomento à pesquisa, associações comerciais e industriais, entre outros.

A teoria do desenvolvimento endógeno afirma que a região tem dentro de si as fontes de seu próprio crescimento, desta forma, é o meio que cria condições para a atração de capitais de outras áreas e isso se torna ainda mais importante em “termos de globalização”. Souza (2009, p. 77), ainda ressalta, que “a ação cooperativa de agentes locais pode contribuir para a formação do capital ao gerar economias externas e de escala, reduzindo custos de transação e criando condições para atração de empresas de maior porte”.

De acordo com Lima (2005), na década de 1990 apareceu uma nova “teoria das trocas e uma nova economia das vantagens concorrenciais que, entre outras características importantes, concordam em atribuir certo peso ao papel que pode desempenhar a geografia (ou região) de um país (ou de um estado do país). Um dos principais representantes desta teoria é Paul Krugman, fundamentado na teoria de vantagens comparativas ricardiana. Outras concepções relativas à distribuição espacial da economia alinharam-se as idéias de Krugman, entre os quais, os evolucionistas e institucionalistas³.

³ Becattini, Pyke, Sengenberger, Storper, Shimitz e outros (AMARAL FILHO, 2001, p. 265).

Para Amaral Filho (2001, p. 265), os evolucionistas e institucionalistas tomam uma certa distância de autores como Krugman, na medida em que consideram também, em suas análises, o papel dos agentes locais (“atores”, “protagonistas”) na organização dos fatores e na coordenação do processo cumulativo. Em relação a esta corrente teórica, Lima (2005) comenta sobre a importância dos fatos históricos no processo de desenvolvimento regional, seja em função de “acidentes históricos”, seja em decorrência das intervenções deliberadas dos “atores” locais, como explicação dos eventos que desencadearam um processo endógeno e com rendimentos crescentes de desenvolvimento regional. Reconhecer o papel da história e dos “atores locais” na teoria do desenvolvimento regional constitui uma inovação nos atuais modelos teóricos da economia regional.

Seguindo esta linha, Amaral (2001, p. 266) comenta que:

[...] o aspecto novo desse debate, que podemos promover entre os adeptos da economia imperfeita e a grande corrente dos evolucionistas e institucionalistas, e o qual traz à luz um novo paradigma de desenvolvimento regional endógeno, está na refutação do indeterminismo do processo de desenvolvimento regional ou local, o que pode ser visto no papel da “história”, como também nas “antecipações” e nas “ações dos protagonistas locais”. Por essa última ótica, a definição do modelo de desenvolvimento passa a ser estruturada a partir dos próprios atores locais, e não mais por meio do planejamento centralizado ou das forças puras do mercado.

Nos dias atuais, cabe a inovação e a disponibilização do seu ambiente de geração como a solução para riqueza de uma região. Ao longo dos anos, nas regiões não desenvolvidas, foram fracos os esforços que se fizeram para instituir políticas de integração nacional, enquanto que os países mais ricos lograram processo econômico estável, mediante a execução rigorosa de medidas de desenvolvimento regional. Em suma, atualmente, o desenvolvimento está intimamente ligado às novas formas de produzir, em que o Estado não substitui o setor privado e é o seu braço apoiador dando o rumo e o tom do desenvolvimento através das suas normas ou, quando necessário, das suas aquisições ou intervenção direta num pragmatismo econômico cada vez mais necessário.

Essa concepção deve levar a cabo a inovação como o instrumento que rompe este equilíbrio ao enfrentar a mesmice do meio e, assim, se alcança o desenvolvimento, com o Estado atuando como agente indutor do desenvolvimento. Esse processo tem de estar atento às novas relações entre centro e periferia, em constante mutação, descrevendo novas relações de dependência que propiciam novas oportunidades de desenvolvimento com rumos diferenciados.

2.3 OS DIFERENTES CONCEITOS DE ESPAÇO E REGIÃO

Espaço⁴ e Região⁵ são duas palavras carregadas de sentidos sociais, políticos, econômicos e geográfico. Suas diferentes concepções, utilizadas para as mais variadas funções, tornam complexa a ação de comentar sobre seus conceitos.

Ferreira (1999, p. 50) afirma que os diversos espaços econômicos abstratos se sobrepõem e os pontos nesses espaços de “n dimensões” representam, em geral, certas combinações de fluxos de mercadorias e serviços. Outro conceito de espaço bastante relevante é trazido por Souza (2007), ao definir espaço como o objeto natural modificado pela intervenção humana que cria o espaço territorial via dinâmica social. Ainda, outro conceito igualmente importante é o de Lopes (2005, p.45) que, ao defender a interação do homem com o espaço, afirma:

O espaço é assim um produto material, como se pode considerar que os homens o são; entre eles, espaço e homens, estabelecem-se relações sociais determinadas que os influenciam e dão ao espaço formas, funções e significado social que serão expressão concreta das resultantes históricas nas quais se desenvolve a sociedade.

Dito isso, pode-se considerar o espaço natural⁶ como o indutor do processo de territorialização, definindo o modo de vida da comunidade que ali se instalar, ou seja, todo o processo de instalação, construção e formação da ocupação espacial será forte e diretamente influenciado pelo espaço natural (pela formação geográfico-morfológica deste espaço).

Segundo Markusen (1981), a região é a formação de algo vivo, mutável, flexível, pois as regiões são, antes de qualquer coisa, fruto das formações sociais. É importante ressaltar que as regiões não se desenvolvem e sim são as relações sociais dentro de regiões e entre regiões que o fazem. Já no entendimento de Ferreira (1999, p.52):

O conceito de região adotado tem de atender a três requisitos básicos de definição de um objeto: um princípio finalístico ou teleológico, a descrição material do objeto e as relações do objeto com os demais. Sendo, fundamental a determinação prática que se pretende com essa definição.

E é nesse sentido que Heidrich (1999, p.75) agrega um valor de personalidade da coletividade quando diz:

[...] a região é fruto do objeto das relações de poder, do interesse de domínio do objeto da defesa, inserida no contexto da comunidade territorial maior, mas com condições diferenciadas – o conjunto de atributos espaciais – passíveis de

⁴ “Lugar mais ou menos delimitado.” (FERREIRA, 1999, p.809).

⁵ “1 Grande extensão de terreno. 2. Território que se distingue dos demais por possuir características (clima produção, etc.) próprias.” (FERREIRA, 1999, p. 1731).

⁶ Espaço antes da ação humana.

apropriação em âmbito político e ideológico alçadas à situação de destaque. Como resultado do interesse hegemônico da sociedade regional, é região auto-determinada pela vontade e pelo interesse em relação à unidade territorial maior.

Partindo dessas enumerações conceituais, é hora de analisar a importância desses conceitos para a economia regional. Tendo em vista o desenvolvimento desigual das regiões supracitado – como fruto do processo de transformação do espaço natural de formas diferenciadas –, pode-se permitir aqui fazer uso de três citações do texto do Heidrich (1999) que ampliarão a visão da importância, não apenas dos conceitos, mas do que eles representam em si, para a análise da economia regional:

- a) a região é vista como produto do ‘desenvolvimento espacial desigual do processo de acumulação e seus efeitos nas relações sociais’ (MASSEY, 1981 apud HEIDRICH, 1999, p.75);
- b) o reconhecimento do problema regional como resultado da diferenciação espacial da dominação social parte da compreensão de que ‘toda forma social [...] possa ser compreendida a partir da articulação de vários fatores de produção’ (HEIDRICH, 1999, p.75);
- c) as diferenças regionais são estabelecidas pela combinação diferenciada de modos de produção em sua articulação ao que é dominante (HEIDRICH, 1999).

Em síntese, pode-se considerar que diversos espaços econômicos abstratos se sobrepõem em redes de diferentes direções e diferentes formas de integração de combinações de fluxos de mercadorias e serviços, já que um espaço territorial é formado pela dinâmica social e econômica. Todo o processo de instalação, construção e formação da ocupação espacial é forte e diretamente influenciado pelo espaço natural (pela formação geográfico-morfológica desse espaço).

Neste capítulo, foram analisados os fundamentos teóricos em desenvolvimento econômico e regional, além das principais formulações em termos de espaço e região que contribuíram para a pesquisa. No próximo capítulo, serão tratadas as origens e evolução da cultura cafeeira, a história do café no Brasil e, por fim, a introdução do café na Bahia.

3 A CULTURA DO CAFÉ: ORIGENS E EVOLUÇÃO

Aqui, serão abordadas as origens da cafeicultura e sua evolução até o consumo em grande escala, bem como os caminhos percorridos até a chegada do café em terras brasileiras e sua disseminação pelos diversos Estados brasileiros. Outro ponto a ser abordado será a cafeicultura na Bahia, analisando o panorama atual da cafeicultura no Estado, os pontos fortes e fracos da cafeicultura na Bahia.

3.1 AS ORIGENS DO CAFÉ

O cafeeiro, segundo Martins (2008), é uma planta de origem africana, perene, arbustiva, que pertence à família das Rubiáceas. As espécies mais cultivadas são a *Coffea arábica*, conhecida como café arábica⁷, que representa aproximadamente 70% da produção mundial e a *Coffea canephora*, também chamado café robusta ou conilon⁸, responsável pelos 30% restantes. Para Martins (2008), a história exata da descoberta da bebida perdeu-se no tempo; é sabido, portanto, que a planta é originária da Arábia e Etiópia e seguiu um longo itinerário que o levaria, no decorrer dos séculos, das tendas dos beduínos aos cafés parisienses.

Experimentado pelo europeu, logo encontrou apreciadores que não escondiam seu entusiasmo pelas qualidades de aroma e sabor da nova bebida. Médicos receitavam-no a por toda a Europa, como eficaz medicamento para os males do estômago, fígado e intestino, além disso, o café passou a ser sinônimo de elegância e até mesmo de condição social. (MARTINS, 2008, p.17).

Considerada a primeira referência alusiva ao café, a Lenda de Kaldi, registrada em manuscritos do Iêmen, do ano de 575 depois de Cristo, vem merecendo várias versões, como costuma ocorrer com toda a narrativa lendária, escrita ou oral, fruto da imaginação popular e mesmo da criação poética.

Kaldi foi um pastor de cabras da Etiópia (nordeste da África), que, certo dia, observou o efeito excitante que as folhas e frutos de determinado arbusto produziam em seu rebanho. Os animais que mastigavam a planta se tornavam mais lépidos, subiam as montanhas com agilidade, revelavam melhor resistência, percorriam quilômetros de subidas íngremes. A notícia não demorou a disseminar pela região, decorrente dos seus dotes estimulantes, provocando logo seu consumo, na forma macerada. A mensagem principal era sempre a descoberta do efeito estimulante da

⁷ Espécie de café caracterizada pelo gosto suave, aromático, redondo e achocolatado. Os maiores cultivadores desta espécie são os países da América do Sul e Central também como alguns países da África e Ásia. Este grão possui numerosas variedades, como Bourbon, Catimorra, Mundo Novo, Caturra, Catuaí, dentre muitos outros.

⁸ Espécie de café rica mais resistente a pragas e às intempéries, mas não oferece bebida tão qualificada, possuindo sabor mais amargo.

fruta por um pastor de cabras etíope. Mencionavam também monges orientais como responsáveis por esta revelação, e, por vezes, paisagens quase paradisíacas são descritas para retratar as pastagens onde se deu a descoberta. Seja fantasia ou realidade, importa registrar que a revelação do potencial do grão projetou no mundo a planta que, mais tarde, escreveria a história do Brasil. (MARTINS, 2008, p.17).

A origem geográfica do cafeeiro (*Coffea arábica*) é nas terras quentes a nordeste da África, em tempos muitos remotos era uma planta selvagem, já que nascia em meio à mata, no centro da também lendária região de Kafa, no interior da Etiópia, país de clima árido-tropical, onde hoje se localiza a cidade de Bonga. Até os dias atuais, o arbusto do café é parte daquela vegetação natural. Os etíopes iniciaram seu consumo na forma de fruto alimentando-se de sua polpa doce, por vezes macerada, ou a misturavam em banha, para sua refeição. Também transformavam em bebida alcoólica, fermentando-a. Até as folhas eram aproveitadas para o preparo do chá ou até mesmo mastigadas (MARTINS, 2008).

Apesar de a África ser o território de origem, foram os árabes que primeiro dominaram as técnicas de plantio e preparação do produto, quando o café da Etiópia, atravessando o Mar Vermelho, foi levado para a vizinha Península Arábica. De acordo com os manuscritos do ano 575, a primeira região a receber as sementes do fruto foi o Iêmen (Sudoeste da Ásia). Por volta do ano 1000, seria conhecida sua infusão, com as cerejas fervidas em água, servida para fins medicinais. O consumo do café se propagou bastante com a utilização dos monges, para auxiliar nas rezas e vigílias noturnas (ORMOND; DE PAULA; FAVERET FILHO, 1999).

Desde o século XIV, os pés de café eram cultivados em terraços, com a irrigação facilitada pela água dos poços que serviam a população em escala comercial. O país manteve por um bom tempo o monopólio de sua comercialização; porém, segundo Martins (2008), o processo de torrefação só foi desenvolvido no século XIV quando a bebida adquiriu forma e gosto como a conhecemos hoje.

3.2 A EVOLUÇÃO DA CAFEICULTURA NO MUNDO

A forma como o café se propagou no mundo até chegar a ser consumida como uma bebida indispensável percorreu um longo caminho. De acordo com Martins (2008, p.21):

O hábito de tomar café como bebida prazerosa, em caráter doméstico ou em recintos coletivos, deslancharia a partir de 1450. Ao longo do século XVI, os árabes ampliaram as plantações, em face do interesse pela bebida que atraía pelo teor excitante, pela proveniência oriental e pelo seu potencial de comercialização. Em 1520, a região de Moka, principal porto de Iêmen, foi responsável por um dos maiores cultivos do produto árabe. E seu porto, o maior exportador.

O pioneirismo do “hábito do café” pertence à Turquia, onde se popularizou e se transformou em ritual de sociabilidade, sendo que, na capital Constantinopla, surgiram os primeiros estabelecimentos abertos ao público. “Mais precisamente na data de 1475 ocorre a abertura daquele que é considerado o primeiro Café do mundo – o *Kiva Han* – marco do consumo generalizado da bebida.” (MARTINS, 2008, p.29).

De acordo com Martins (2008), o consumo do café cresceu pelo mundo afora, e, mais precisamente a partir de 1574, os Cafés do Cairo (Egito) e de Meca, cidade sagrada, passaram a ser procurados por artistas e poetas. Tal era a importância do café que, conta-se, esposas podiam pedir divórcio caso o marido não provesse a casa de uma cota de café. No continente europeu, a porta de entrada do café em grão para o preparo da bebida foi a cidade de Veneza, no ano 1615, o grande mercado de especiarias e artigos de luxo, centro difusor de produtos finos distribuídos para as cortes europeias da época. Consta que sua propagação, como grão torrado e moído, se deu a partir da *Botteghe Del Caffé*, um dos tradicionais pontos de venda da cidade. A bebida passou a ser conhecida como “licor do Oriente”, logo passou a ser “Licor dos Trópicos”.

Na Alemanha, a moda do café foi tamanha que o brilhante Johann Sebastian Bach compôs, em 1732, a Cantata do café, uma de suas raras composições, na qual exalta as qualidades da bebida: ‘Ah, como é doce a seu sabor!’ Delicioso como milhares de beijos, mais doce que vinho moscatel! Eu preciso de café [...]. (MARTINS, 2008, p. 25).

Para Dutra Neto (2007), com a sua disseminação pelo mundo, logo o café passou a ser um produto atualmente consumível, e sua demanda mundial cresceu a um ritmo elevado no século XIX, passando a ser a segunda maior *commodity*⁹ do comércio mundial, ficando atrás somente do petróleo.

Furtado (1982) afirma que o dinamismo da demanda de café no século XIX requeria uma resposta rápida das áreas de produção, mas todas se localizavam em regiões tropicais subdesenvolvidas. Assim, a expansão da demanda gerou um desequilíbrio estrutural nos mercados mundiais, que se manifestou numa tendência crescente dos preços do café, além de uma série de mudanças regionais na composição da oferta, acompanhada pela ascensão e queda de distintas formas de organização da produção.

⁹ “O termo significa literalmente “mercadoria” em inglês. Nas relações comerciais internacionais, o termo designa um tipo particular de mercadoria em estado bruto ou produto primário de importância comercial, como é o caso do chá, da lã, do algodão, da juta, do estanho, do cobre, etc.” (SANDRONI, 1999, p. 112).

Ainda de acordo com Furtado (1982), o primeiro grande desajuste no mercado do café foi provocado pela revolução haitiana de 1791, que marcou o fim da escravidão no Haiti. Na época, a produção mundial de café era algo em torno de 1,2 milhões de sacas de 60 kg, e o país produzia 650 mil sacas, mais da metade do total. A redução consequente da produção causou um aumento significativo dos preços no final do século XVIII, os quais se mantiveram elevados até o começo da década de 1820.

As primeiras regiões a responder ao desequilíbrio gerado pela revolução haitiana foram as colônias das Antilhas e as Guianas, onde a produção ainda não se havia desenvolvido em larga escala. As plantações de café de Cuba e Porto Rico também experimentaram um desenvolvimento significativo nas três primeiras décadas do século XIX (PRADO JUNIOR, 1969).

A partir de 1820, o fenômeno mais importante foi a extensão do cultivo do café para outras regiões, notadamente o Brasil e as Índias Holandesas e, especialmente Java, atual Indonésia. As exportações brasileiras já eram significativas no final da década de 1810, mas a sua expansão em larga escala somente se manifestou nas três décadas seguintes (FURTADO, 1982).

De acordo com Brum (1999), a expansão da produção de café no Brasil, Java e, em menos medida, no Ceilão e em outros países, causou um significativo declínio dos preços a partir de meados da década de 1820. Esse declínio foi determinante para a crise experimentada a partir de 1830, nas Guianas e nas Antilhas, exceto o Haiti, que conseguiu reconstruir sua indústria do café numa base campesina.

No começo da década de 1830, a produção mundial de café era algo em torno de 2,5 milhões de sacas por ano, e o Brasil já era o principal produtor, com cerca de 650 mil sacas, seguido por Cuba, Java e Haiti, cada um com nível de produção que variava entre 350 a 450 mil sacas. Na metade do século, as novas regiões produtoras já tinham definitivamente deslocado as Antilhas do mercado mundial de café. No final da década de 1820, ocorreu um forte declínio nos preços internacionais do café, que se ampliou até o final da década de 1840. Daí em diante, ocorreu um longo e forte movimento ascendente dos preços, alcançando o pico no início da década de 1890. (FURTADO, 1982, p. 116).

Essa tendência refletia os problemas encontrados na oferta para responder o ritmo crescente da demanda mundial. As maiores dificuldades foram experimentadas pelos dois principais produtores: o Brasil e as Índias Holandesas. Nestas, a produção de café era baseada principalmente num sistema de plantio compulsório pelas comunidades locais, com um monopólio de comercialização por parte do Estado. Este sistema compulsório encontrou seus limites de expansão em meados da década de 1850 (PRADO JUNIOR, 1969).

Aproximadamente no mesmo tempo em que o Brasil estava resolvendo, com a imigração, o problema da mão de obra, a praga do café atingiu as plantações, primeiro do Ceilão, depois de Sumatra e Java. O Ceilão eventualmente abandonou o cultivo do café e dedicou-se à produção de chá. Nas Índias Holandesas, o movimento descendente da produção deteve-se somente no começo do século XX (PRADO JUNIOR, 1969).

Enquanto isso, a alta dos preços induziu a extensão do cultivo a outras regiões produtoras da América não somente onde o café já se havia estabelecido antes de 1850, Venezuela, Haiti e Costa Rica, mas também em novas regiões produtoras, como a Guatemala, El Salvador, México e Colômbia. O desequilíbrio do mercado cafeeiro na segunda metade do século XIX foi, entretanto, somente resolvido na última década do século, quando a enorme expansão do cultivo no planalto paulista aumentou de forma dramática a oferta mundial e forçou os preços violentamente para baixo entre 1896 e 1902 (DUTRA NETO, 2007).

De acordo com Brum (1999), no começo do século XX, o Brasil contribuía com 75% da produção mundial; o resto vinha basicamente do México, América Central, Venezuela e Colômbia. Somente o Haiti, entre as regiões produtoras do começo do século XIX, mantinha uma modesta participação no mercado. A produção da Ásia, que tinha ocupado uma posição importante durante todo o século XIX, representava no início do século XX somente 3% da oferta mundial.

Atualmente, o café constitui um dos produtos mais importantes no comércio internacional. Socialmente, é muito importante para os países produtores, já que, segundo Dutra Neto (2007), mais de 25 milhões de pessoas vivem diretamente dessa cultura, e outros milhões vivem indiretamente, tornando-a, assim, uma cultura geradora de emprego e renda na economia mundial. Entretanto, na cadeia produtiva do café, da propriedade rural até os pontos de vendas, os produtores de café têm tido uma perda significativa. Na década de 1990, Dutra Neto (2009) ressalta que os produtores participaram com 38% do montante da cadeia; na década de 2000, essa participação só alcançou 8% demonstrando, assim, o grande empobrecimento dessa parte da cadeia produtiva.

O principal consumidor mundial de café são os Estados Unidos, já que segundo a Organização Internacional do Café (OIC), em 2010, representou 25% do consumo mundial. Na Europa, os mercados mais importantes são a Alemanha e a França. Segundo Associação Brasileira da Indústria do Café (ABIC), a Escandinávia e os Países Baixos possuem taxas elevadas de consumo *per capita*, mas, pelo tamanho reduzido de suas populações, não pesam muito nos mercados mundiais. A Inglaterra foi um significativo importador no começo do

século, entretanto a competição crescente do chá deslocou progressivamente as importações desse mercado. Em 2010, segundo a OIC (2011), as exportações mundiais de café atingiram 96,7 milhões de sacas¹⁰.

Embora a produção de café esteja bastante disseminada por vários países de quase todos os continentes, - a exceção é a Europa, que apresenta apenas uma pequena produção na Espanha -, a maior parcela da produção concentra-se em poucos países, que respondem pela quase totalidade da produção e exportação mundiais. Ainda, segundo a OIC (2011), os principais importadores de café são respectivamente: EUA, Alemanha, Japão e França.

Na década de 1970, o Brasil chegou ao ponto mais crítico na perda de importância na produção mundial de café, quando atingiu o mínimo de 10,67% da produção mundial. A partir daí, a tendência foi de recuperação e alta até o final da década de 1980. Nos anos 1990, a tendência voltou a ser de declínio, quando a participação brasileira atingiu o mínimo de 16,80% em 1995.

Conforme os dados da OIC na Tabela 1, o Brasil teve uma participação na produção mundial de 39,35% em 2002, já em 2010 sua participação caiu para 36,11%.

Tabela 1 - Produção mundial de café (Em mil sacas de 60kg)

País	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Brasil	48.480	28.820	39.272	32.944	42.512	36.070	45.992	39.470	48.095
Produção Mundial	123.216	106.334	116.246	111.247	128.913	120.014	128.388	123.077	133.065

Fonte: OIC (2011).

É importante ressaltar a importância da OIC, órgão representativo integrado por países exportadores e importadores, entre os quais seus Governos-Membros representam 97% da produção mundial de café e mais de 80% do consumo mundial.

A OIC foi estabelecida em Londres em 1963, sob a chancela das Nações Unidas, devido a grande importância econômica do café. A OIC é responsável pela administração do Acordo Internacional Café (AIC), um importante instrumento para cooperação em questões de desenvolvimento.

Segundo a OIC (2011), o café é uma das *commodities* mais negociadas do mundo, e é produzido em mais de 60 países, sendo que muitos desses países são altamente dependentes do café, que podem ser responsáveis por mais de 50% de suas receitas de exportação total e

¹⁰ Uma saca equivale a 60 kg.

que vinte países controlam em torno de 90% da produção e, entre esses, Brasil, Vietnã e Colômbia, que respondem por mais de 50% da oferta no mercado mundial; sendo também um meio de subsistência para mais de 125 milhões de pessoas em todo o mundo, e particularmente importante para os pequenos agricultores, que produzem a maior parte do café mundial.

3.3 A EVOLUÇÃO DA CAFEICULTURA NO BRASIL

O longo caminho percorrido pelo café até chegar em terras brasileiras teve início com os holandeses, que, visando atender à demanda na Europa no início do século XVIII, plantaram café na ilha de Java, disseminaram o cultivo por outras colônias, entre elas, o Suriname (Guiana Holandesa). Pouco tempo depois, colonos da Guiana Francesa, que viviam próximos da fronteira, adentraram no território holandês e retiraram algumas mudas que no futuro deixariam em iguais condições econômicas as duas colônias europeias. Segundo alguns historiadores, Francisco de Melo Palheta teria recebido algumas mudas presenteadas pela esposa do Governador da Guiana Francesa, a outra versão, e mais aceita, é que Palheta teria ido em missão oficial até os domínios franceses com objetivo já definido pela Coroa portuguesa que pretendia obter para sua colônia o produto de crescente aceitação. Seja qual for a versão, o fato é que o cafeeiro surgiu no Brasil do século XVIII, nos fundos de um quintal em Belém do Pará, e foi a cultura desenvolvida nos quintais a responsável pela expansão cafeeira no solo brasileiro e, a partir daí, o país teve no café seu principal apoio econômico (MARTINS, 2008).

Palheta nasceu por volta de 1670, no município paraense de Vigia, era sargento-mor quando tomou parte na expedição que a Coroa Portuguesa enviou a Guiana em 1727. Naquela época, era proibida a venda de mudas de café aos portugueses, mais foi servida a ele uma xícara de café, bebida que ele muito apreciou, no palácio do governo de Caiena. De volta ao Brasil, cinco plantas vivas e mil sementes de café vieram em seu bolso. As mudas foram distribuídas aos agricultores de Belém, e o próprio Palheta dedicou-se a sua produção. Restringiu-se inicialmente aos quintais de Belém, por ser o cacau, e não o café, a cultura predominante no Pará durante o período. Em 1732, realizou-se a primeira exportação do café: sete libras para Lisboa e, em 1739, o município de Belém já deixava claro que depositava interesse na nova cultura. Foi, então, pedida à Coroa a proibição da entrada de café estrangeiro em Lisboa, numa tentativa de favorecer o café paraense e garantir-lhe o

monopólio de mercado português, tentativa coroada de êxito quatro anos depois. Garantido o mercado, a produção paraense expandiu-se e, em 1749, já chegava a 17.000 pés (MARTINS, 2008).

Por volta de 1770, o café foi trazido do Maranhão para o Rio de Janeiro a pedido do Chanceler João Alberto de Castelo Branco, que havia trabalhado como Juiz em terras maranhenses, a planta foi entregue aos frades Capuchinhos italianos que a cultivaram e espalharam por toda a região fluminense, partindo daí para a zona da mata mineira, sul do Espírito Santo, norte de São Paulo e, finalmente, partindo de Jundiaí, atingiu as zonas da baixa paulista, Mogiana, Araraquarense e a região Sorocabana que se transformaria no grande centro produtor do país (MARTINS, 2008). Quando chegou ao Brasil, o café já era conhecido e consumido além do mundo árabe, conquistando os grandes centros urbanos da Europa como um produto sofisticado. Porém sua exploração comercial no país demorou ainda algumas décadas, já que seu plantio não fora estimulado na época pelo Reino Português (TAUNAY, 1945). De acordo com Bacha (1992), a vinda da Família Real para o Brasil em 1808 foi decisiva para a expansão comercial da cultura, aliada à conjuntura externa favorável. A chegada da corte portuguesa trouxe consigo hábitos de consumo europeus, que estimularam o mercado interno. Ao mesmo tempo, a corte tinha grande interesse no aumento das receitas do reino.

No início do século XIX, o Brasil vivia uma fase bastante vulnerável em sua economia. Até então, era praticado em larga escala o plantio da cana e a produção de açúcar, a mineração e, subsidiadamente, cultivava algodão e tabaco, enquanto importava produtos industrializados de que necessitava sua população. Em relação ao padrão norte-americano da época, o Brasil vivia uma fase pré-política em sua economia, onde a população, em sua maioria, vivia em áreas rurais num sistema de autarquia, o que não fornecia elementos para a formação de uma História Econômica, senão rudimentar e, nem tão pouco, antecipava a urbanização que iria ocorrer em larga escala, somente no início do século XX (PRADO JUNIOR, 1969). Em relação ao fim do ciclo da cana-de-açúcar, Furtado (1982, p.110) ressalta que neste período:

[...] a tendência natural das terras brasileiras seria o abandono por parte da Coroa, pois a cana-de-açúcar não estava mais sendo tão produtiva como antes, mas, esse período despertou a necessidade de investimentos em uma nova cultura que definitivamente provocasse o desenvolvimento econômico e conseqüentemente a urbanização da colônia e foi justamente neste período conturbado da economia brasileira que o café começa a ganhar importância dentro do território nacional.

Até 1820, o Brasil não era considerado país produtor de café. Anteriormente à independência, consta que se remetia de vez em quando uma partida de café para Portugal, mas em tão pequenas quantidades que não chegavam a ser registradas. Essas exportações eram dos Estados do Norte, Pará e Maranhão, e posteriormente no Rio de Janeiro e em São Paulo, os quais se tornaram os maiores produtores do Brasil, principalmente São Paulo. Entre 1820 e 1830, o café passou a ocupar o terceiro lugar na pauta de exportações, com 18,6% do total, atrás apenas do açúcar e do algodão.

Apesar do café ter alguma expressão econômica na última década do século XVIII, sua importância foi crescendo lentamente nas décadas seguintes, no entanto a expansão acentuada só ocorreu após a independência. Com o ciclo do café, deslocou-se o eixo da economia brasileira – do Nordeste para o Centro-Sul. (BRUM, 1999, p. 138).

Prado Junior (1969, p.157) comenta que:

É somente no correr do século XVIII que o café adquire importância nos mercados internacionais, tornando-se o principal alimento de luxo nos países do ocidente. E é isto que estimulará largamente sua cultura nas colônias tropicais na América e Ásia.

Furtado (1982, p.113) afirma que:

O café, se bem que fora introduzido no Brasil desde o começo do século XVIII e se cultivasse por todas as partes para fins consumo local, assume importância comercial no fim desse século, quando ocorre a alta de preços causadas pela desorganização do grande produtor que era a colônia francesa do Haiti.

A economia cafeeira, inicialmente não encontrou dificuldades de mão de obra, já que um grande contingente proveniente da cana-de-açúcar poderia suprir essa demanda. Fazendo um comparativo entre a economia açucareira e a cafeeira, Furtado (1982, p.114) comenta que:

[...] a empresa cafeeira permite a utilização intensiva da mão-de-obra escrava, e nisso se assemelha à açucareira. Entretanto, apresenta um grau de capitalização muito mais baixo do que esta última, porquanto se baseia mais amplamente na utilização do fator terra. Se bem que seu capital também seja imobilizado – o cafezal é uma cultura permanente – suas necessidades monetárias de reposição são muito menores, pois o equipamento é mais simples e quase sempre de fabricação local.

O sul do Rio de Janeiro, até 1860, manteve a hegemonia da economia cafeeira, seguida de São Paulo e Minas Gerais. A comercialização se fazia pelo porto do Rio de Janeiro, tornando a cidade o seu centro financeiro e controlador. A partir dessa data, São Paulo se torna o principal centro produtor de café do país, e o porto de Santos passa a dividir as exportações (ORMOND; DE PAULA; FAVERET FILHO, 1999). O fim do comércio internacional de escravos na década de 1850 representou para os cafeicultores brasileiros um sério empecilho à expansão da produção, agravado pela exaustão de boas terras perto do porto do Rio de Janeiro. Uma nova e substancial expansão de cafeicultores, a partir do final da década de 1870, somente se tornou possível quando a ferrovia abriu o planalto paulista para o

cultivo de café, com base na maciça importação de imigrantes europeus, atraídos pela oferta de salários relativamente elevados, consequência dos altos preços de café prevaletentes na época. As plantações começaram então a desenvolver-se rapidamente na província de São Paulo (FURTADO, 1982).

A acumulação de capital da nova aristocracia rural, baseada na cafeicultura, foi responsável pelo processo de industrialização no Brasil. A expansão do setor externo possibilitou uma alta capitalização e abriu caminho à absorção do progresso técnico. O rápido crescimento da economia cafeeira entre 1880 e 1930 criou fortes discrepâncias regionais de níveis de renda *per capita*, entretanto criaram um sólido núcleo em torno do qual as demais regiões tiveram que articular-se. Na medida em que o desenvolvimento industrial se sucedia à prosperidade cafeeira, acentuava-se a tendência à concentração regional da renda (FURTADO, 1982). Segundo Brum (1999), a formação do capital inicial a partir do comércio exportador e da lavoura cafeeira fez aumentar a renda nacional e a demanda de produtos de consumo não duráveis, contribuindo para expansão da atividade industrial.

Em virtude de sua importância nas exportações brasileiras, foi criado, em 1933, o Departamento Nacional do Café, que controlou o setor até 1946, quando foi extinto. Com o objetivo de definir a política para o setor, coordenar e controlar estratégias, desde a produção até a comercialização interna e externa, foi criado em 1952 o Instituto Brasileiro do Café (IBC). O Instituto atuava no âmbito do Ministério da Indústria e do Comércio, fornecia assistência técnica e econômica à cafeicultura e ao seu beneficiamento, controlava a comercialização, tanto para o consumo interno como para a exportação, elaborava estudos e pesquisas que favoreciam a cultura e a economia cafeeira e executava a política econômica traçada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). O CMN baseava suas decisões nos dados fornecidos pelo IBC, principalmente quanto aos custos de produção, expectativa de exportação, níveis de produção, abastecimento do consumo interno e industrialização do produto. Contudo, o IBC foi extinto em março de 1990 (ORMOND; DE PAULA; FAVARET FILHO, 1999).

Criada em 12 de março de 1973, a Associação Brasileira da Indústria de Café (ABIC) surgiu da necessidade de aglutinar as ações desenvolvidas pelos Sindicatos e Associações estaduais da atividade industrial torrefadora, até então dispersas e isoladas, com o objetivo de coordenar e reivindicar os interesses em âmbito nacional. Em 1989, a ABIC cria o Programa do Selo de Pureza, concedido às marcas associadas comprovadamente não adulteradas, e que, ainda hoje, permanece ativo. Outras medidas tais como: programas de orientação aos

produtores, concursos, campanhas de marketing e o forte incentivo às exportações de café torrado estão sendo tomadas com finalidade de melhorar a imagem e a qualidade do café brasileiro (ABIC, 2011). Iniciou-se então, uma indefinição sobre a política cafeeira criando uma situação paradoxal uma vez que o patrimônio dos cafeicultores era moderno para época e, ao mesmo tempo, sem recursos, a cafeicultura nacional, no início dos anos 90, estava diante de uma profunda crise e um endividamento crescente. Em virtude desse problema, em julho de 1991 foi criado o Comitê Brasileiro do Café (CBC), que congregava os segmentos lavoura, indústria de torrefação e moagem, indústria de solúvel e exportação (ORMOND; DE PAULA; FAVARET FILHO, 1999).

Em outubro de 1996, foi instituído o Conselho Deliberativo de Política Cafeeira (CDPC), considerando uma etapa evolutiva do CBC. Esse órgão ficou encarregado de gerir o Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (FUNCAFÉ), criado pelo Decreto-lei nº 2.295, de 21 de novembro de 1986, a sua gestão inicialmente ficou a cargo do Ministério da Indústria e do Comércio, auxiliado pelo Conselho Nacional de Política Cafeeira, de acordo com o Decreto nº 94.874, de 15 de setembro de 1987. Além da gestão do FUNCAFÉ, o CDPC tinha a função de definir as políticas para todos os segmentos, ou seja, financiamento a lavouras e políticas para aumentar a participação no mercado e fornecer suporte técnico, principalmente através de estatísticas e pesquisas. Como objetivo principal, esse novo organismo passou a ter a responsabilidade de planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades e das ações que visem à formulação, implementação, controle e avaliação das políticas públicas referentes ao setor cafeeiro e aprovar as medidas necessárias ao cumprimento dos objetivos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (ORMOND; DE PAULA; FAVARET FILHO, 1999).

Além desses objetivos gerais, caberia ao CDPC: a) aprovar o plano de safra (metas de produção e exportação de café verde, solúvel, torrado e moído) e políticas de estoque; b) promover campanhas promocionais objetivando o aumento do consumo nos mercados internos e externo; c) incentivar pesquisas agrônômicas, mercadológicas e estimativas de safra (ORMOND; DE PAULA; FAVARET FILHO, 1999). Segundo a Fundação Procafé, em 2010 foram liberados recursos para a lavoura cafeeira, através do FUNCAFÉ a quantia de R\$ 2,088 bilhões, destinado para colheita estocagem e aquisição de café. Os recursos específicos para a estrutura do FUNCAFÉ se constituíam no produto da arrecadação da quota de contribuição instituída pelo Decreto – lei nº 2.295, de 21 de novembro de 1986, nas doações realizadas por entidades nacionais ou internacionais, públicas ou privadas e no retorno das aplicações especificados no artigo 4º, incluindo o produto da venda dos estoques reguladores adquiridos com recursos do próprio FUNCAFÉ. O parágrafo 1º deste dispositivo legal disciplinava que

também constituirão receita do FUNCAFÉ os resultados da aplicação de suas disponibilidades financeiras em títulos do Tesouro Nacional, através do Banco Central do Brasil (BACEN), bem como os superávits financeiros verificados em 31 de dezembro de cada ano. O suporte financeiro deste fundo reside, portanto, na soma de todas estas receitas. A maior fonte de recursos do FUNCAFÉ é proveniente da contribuição incidente sobre as exportações de café. A referida contribuição, que tinha sido extinta pelo Decreto-lei nº 2.197, de 26 de dezembro de 1984, voltou a ser cobrada através do decreto-lei nº 2.295, de 21 de novembro de 1986.

O valor da quota de contribuição, destinado ao FUNCAFÉ é fixado em dólar ou o equivalente em outras moedas, por saca de 60 quilos de café, conforme estabelecido no Artigo 3º do supracitado Decreto-lei. No Brasil, segundo levantamento da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), os principais Estados produtores de café são: Minas Gerais, Espírito Santo, São Paulo, Rondônia, Bahia e Paraná (Figura 1).

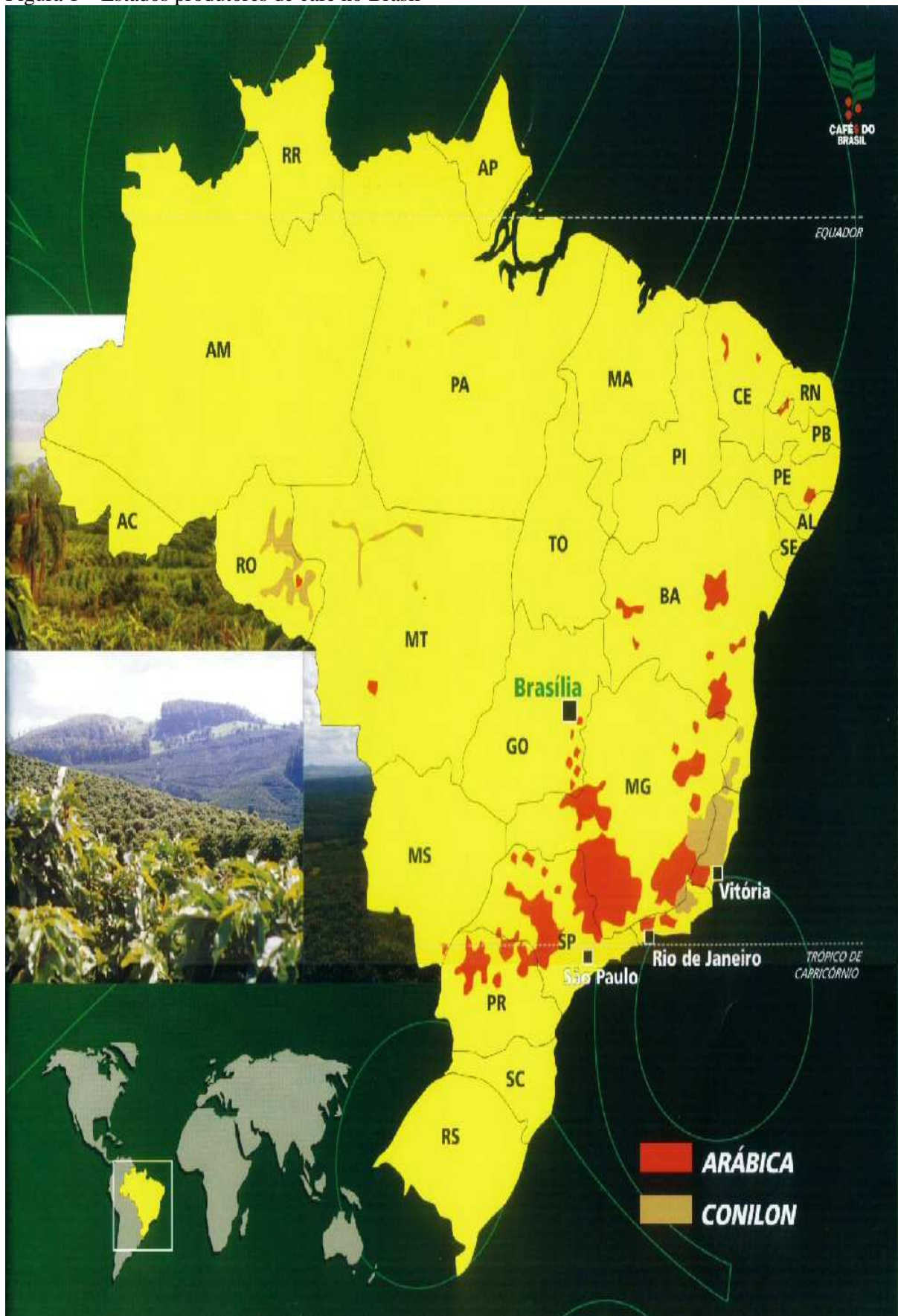
Segundo a CONAB, entre a safra 2010/11, a área plantada de café no Brasil foi de 2,07 milhões de hectares conforme Tabela 2; sendo a Bahia correspondente por apenas 6,72%, Minas Gerais 48%, Espírito Santo 22%, São Paulo 8%. Observa-se que a área plantada de café no Brasil reduziu entre as safras 2005/06 e 2010/11, influenciado principalmente pelo Estado de Minas Gerais, Espírito Santo, São Paulo e Paraná.

Tabela 2 - Área plantada de café – safras - 2005/06 a 2010/11 (Em ha)

Unid. Federação / Região	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11
Minas Gerais	1.033.533	1.011.865	1.016.414	1.048.172	1.000.731	1.006.719
Espírito Santo	493.958	473.256	517.729	489.592	479.798	460.193
São Paulo	221.040	212.100	168.700	188.495	182.020	167.147
Paraná	106.380	100.330	97.842	96.920	85.180	81.874
Bahia	97.175	97.794	151.792	125.033	126.170	139.550
Rondônia	165.910	162.627	153.281	155.972	154.335	154.879
Mato Grosso	34.500	32.230	16.227	15.007	15.272	15.186
Pará	22.600	20.915	15.137	12.917	12.407	13.500
Rio de Janeiro	13.970	13.800	14.048	13.562	13.923	13.100
Outros	28.600	27.480	25.484	24.125	23.073	24.477,
Brasil	2.217.666	2.152.397	2.176.654	2.169.795	2.092.909	2.076.625

Fonte: CONAB (2011).

Figura 1 – Estados produtores de café no Brasil



Fonte: CONAB (2011).

A Bahia foi o único Estado que conseguiu aumentar a área plantada ao longo das últimas seis safras. Os cinco principais Estados produtores detêm uma parcela de 93% da área plantada de café no país, demonstrando uma centralização da cultura no Brasil.

Em relação à produção, Minas Gerais corresponde a 52% do café produzido no país, Espírito Santo, por 21%, São Paulo, por 9,69% e Bahia, por 4,77%, com base da produção da safra 2010/11, conforme Tabela 3. É importante observar que a produção de café na Bahia, safra 2009/10 ultrapassou a produção do Paraná, no entanto na safra 2010/11, a produção de Rondônia cresceu em 53% em comparação com 2009/10 ultrapassando a produção baiana, desta forma colocando-se como quarto maior produtor do Brasil e deixando a Bahia na quinta posição do ranking nacional.

Segundo projeções da CONAB para safra 2011/12, a Bahia deve assumir a quarta colocação, com previsão de safra de 2,4 milhões sacas beneficiadas, com variação positiva de 7,95% em relação à safra anterior, enquanto Rondônia deve reduzir sua produção para 1.624, com variação negativa 31,45% em relação à safra anterior. A estimativa para safra 2011/12, de acordo com a CONAB, é de 43,5 milhões de sacas, uma redução 9,46% em relação à safra anterior.

Tabela 3 - Produção brasileira de café - safras 2005/06 a 2010/11 (Em mil sacas beneficiadas)

Unid. Federação / Região	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11
Minas Gerais	15.219	21.987	16.473	23.581	19.880	25.155
Espírito Santo	8.070	9.009	10.306	10.230	10.205	10.147
São Paulo	3.223	4.470	2.632	4.420	3.423	4.662
Paraná	1.435	2.248	1.732	2.608	1.467	2.284
Bahia	1.812	2.251	2.342	2.141	1.874	2.292
Rondônia	1.772	1.263	1.482	1.876	1.547	2.369
Mato Grosso	310	250	153	138	141	203
Pará	330	280	266	233	228	228
Rio de Janeiro	298	264	281	266	265	250
Outros	475	490	404	499	440	503
BRASIL	32.944	42.512	36.071	45.992	39.470	48.094

Fonte: CONAB (2011).

Em relação à produtividade, a Bahia está abaixo da média nacional com média de 16,43 sacas por hectare, já Paraná ocupa a primeira posição, com média na safra 2010/11 de 27,90 sacas por hectare conforme Tabela 4. Segundo a SEAGRI (2011) a produtividade das lavouras na região do Planalto da Conquista está em torno de 12 sacas por hectare, abaixo da média baiana, o que tem gerado altos custos de produção. De acordo com a Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA, 2011), um dos motivos da baixa produtividade das lavouras dos municípios de Barra do Choça e Vitória da Conquista é a indefinição da população de plantas por unidade de área, determinada pelo espaçamento e pela densidade de plantio.

A cafeicultura é uma cultura que é inviável de ser explorada com baixos rendimentos, visto que seus retornos econômicos estão estritamente vinculados à produtividade. Por ser uma cultura que exige tratamentos culturais e requer grandes inversões fixas, possibilita retornos compensadores quando produzida com altas produtividades. É necessário que cafeicultores procurem conhecer melhor as relações existentes entre os fatores de produção utilizados na atividade, para que, em razão das alterações nos preços dos mesmos, possam definir ações que visem alocar mais eficientemente os recursos produtivos, com vistas na ampliação de maior eficiência na exploração e maior produtividade, melhor qualidade e menor custo de produção.

Tabela 4 - Série histórica de produtividade - safras 2005/06 a 2010/11 (Em sacas por hectare)

Unid. Federação / Região	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11
Minas Gerais	14,73	21,73	16,21	22,50	19,87	24,99
Espírito Santo	16,34	19,04	19,91	20,89	21,27	22,05
São Paulo	14,58	21,07	15,60	23,45	18,81	27,89
Paraná	13,49	22,41	17,70	26,91	17,22	27,90
Bahia	18,65	23,02	15,43	17,12	14,85	16,43
Rondônia	10,68	7,77	9,67	12,03	10,02	15,30
Mato Grosso	8,99	7,76	9,43	9,20	9,23	13,37
Pará	14,60	13,39	17,57	18,04	18,38	16,93
Rio de Janeiro	21,33	19,13	20,00	19,61	19,03	19,09
Outros	16,61	17,83	15,85	20,68	19,07	20,56
BRASIL	14,86	19,75	16,57	21,20	18,86	23,16

Fonte: CONAB (2011).

De acordo com a ABIC (2011), no período compreendido entre novembro de 2009 a outubro de 2010, o consumo *per capita* de café torrado no Brasil atingiu marca histórica e quebrou o recorde registrado há 45 anos, mantendo uma posição importante no cenário mundial do café, por ser um dos países onde o consumo interno mais cresce. Mesmo sendo o maior produtor e exportador é preciso dar sustentabilidade à cafeicultura brasileira, não permitindo, dessa forma, a existência de excedentes do grão tal que a sua cotação possa cair a valores que não remunerem adequadamente os agentes da cadeia produtiva.

3.4 O CAFÉ NA BAHIA

O Estado da Bahia, durante grande parte do século XX, seguiu um modelo de desenvolvimento baseado nas culturas de exportação, que tinha sua economia basicamente voltada na cultura do cacau e no petróleo, sendo contemplado na década de 1970 com financiamentos para a implantação de um polo cafeeiro, em áreas que estavam situadas acima de 700 metros de altitude, pré-requisito exigido pelo IBC, em decorrência da doença “Ferrugem do Cafeeiro”¹¹, que estava alastrando os cafezais no país.

Além desse fato, as produções de café no Brasil estavam em declínio, pelo fato de ter ocorrido, seguidamente, na década de 1960, duas geadas no Sul e Sudoeste do Brasil, e com isso estava colocando em risco a hegemonia do país na produção de café, e a economia brasileira, naquela época ainda dependia, significativamente do café, pois aproximadamente 50% das exportações brasileiras estavam vinculadas a este produto (DUTRA NETO, 2007).

Dessa forma, o Ministério da Indústria e Comércio, através do IBC, zoneou quatro áreas na Bahia aptas para o plantio dessa cultura. As quatro regiões contempladas foram: Chapada Diamantina, Sudoeste da Bahia, Extremo Sul e Oeste da Bahia (Figura 2). As regiões receberam incentivos do Governo Federal para o plantio e infraestrutura, visando a implantação de um polo cafeeiro. De acordo com Dutra Neto (2007), Vitória da Conquista passou a ser representante de uma região composta por onze municípios produtores denominado Planalto da Conquista. Ainda segundo Dutra Neto (2007), essa região recebeu um parque cafeeiro de 50.000 hectares, com infraestrutura básica para produzir naquela época 500.000 sacas de café de 60kg.

¹¹ Doença causada pela presença de manchas pulverizadas situadas na face inferior da folha, de coloração variando desde o alaranjado pálido até o alaranjado vermelho (INSTITUTO CAPINEIRO DE ENSINO AGRÍCOLA, 1973, p. 52).

A implantação de um polo cafeeiro na Bahia também tinha como objetivo proporcionar o desenvolvimento social e econômico dessas regiões, com geração de emprego e renda, reduzindo os índices de pobreza desses lugares, os quais não tinham muitas alternativas para promover o seu desenvolvimento.

A reintrodução do plantio do café em grande escala na Bahia na década de 1970, com a implementação do Plano de Renovação e Revigoração de Cafezais (PRRC) foi ganhando importância, principalmente no período 1975 a 1980. As sucessivas geadas que atingiram fortemente as lavouras cafeeiras no país deterioraram a posição econômica privilegiada dessa cultura no centro-sul. Segundo Barreto (1982), após a geada de 1975, foi registrada uma queda na produção de café beneficiado de 43% em São Paulo e 100% no Paraná.

A implantação da lavoura cafeeira nos municípios de Barra do Choça e Vitória da Conquista estava alinhada à política econômica pela qual passava o país na época do chamado “milagre brasileiro”, sendo o principal interesse aumentar a pauta de exportações a fim de gerar divisas para fazer frente ao pagamento da dívida externa (DELFIN NETO, 1981). Segundo Dutra Neto (2004), a nova cultura encontrou terreno fértil para prosperar na região do Planalto da Conquista, decorrente dos fatores físicos e de infraestrutura urbana e viária (principalmente Vitória da Conquista), sem contar com uma mão de obra abundante.

De acordo com Barreto (1982), o café iniciou o processo de extensão do seu plantio na Bahia, pelo Planalto da Conquista, onde concentrará entre os anos agrícolas de 1972-1973 e 1976-1977 acima de 60% do plantio anual baiano, aferido em termos de número de covas. No ano agrícola de 1977-1978, a região da Chapada Diamantina ultrapassava a cifra anual de 15 milhões de covas de café, atingindo o primeiro plano com 45,65 % do total estadual nos limites desse período. Mesmo assim, devido ao atraso da expansão cafeeira verificada, o desempenho da Chapada Diamantina em anos mais próximos ainda não lhe permitia superar, em termos absolutos, a prevalência do Planalto da Conquista. Até 1981, a região do Planalto da Conquista contemplava 46,12% do plantio de café na Bahia, possuindo acima de 62 milhões de cafeeiros (BARRETO, 1982).

Deve-se levar em conta, além do mais, que o zoneamento preliminar de 1976 do IBC apontava para a Bahia um potencial global de 340.000 hectares de áreas aptas à cultura, que comportariam 560 milhões de covas de café, desta forma pode-se afirmar que muitas terras ainda estavam ociosas.

Figura 2 – Regiões Econômicas do Estado da Bahia



Fonte: SEPLAN (2011).

Ainda segundo Barreto (1982), a Bahia encontrava-se neste período em quinto lugar entre os estados produtores nacionais, com uma produção (café em coco) de 81.540 toneladas. Na sua frente, estavam Minas Gerais, 1.319.076 toneladas; São Paulo, 1.164.400 toneladas; Paraná, 819.804 toneladas e, por fim, em quarto lugar, Espírito Santo, com 305.700 toneladas. Em 1981, a produção regional correspondeu a 2,1% da nacional, que foi de 3.755.320 toneladas.

No plano interno da economia agrícola baiana, o café atingiu em 1979, a condição de terceiro produto em importância em termos de valor da produção. O cacau ostentava uma prevalência, seguido a distância pela mandioca e pelo café (DUTRA NETO, 2007). As exigências que acompanharam os créditos rurais fornecidos com base no PRRC somadas aos tratamentos culturais especiais requeridos pelo café naturalmente e às imposições da concorrência econômica do mercado – determinaram que o processo produtivo desta cultura obedecesse a um certo patamar tecnológico inexistente entre os produtos de subsistência tradicionais.

Esses fatores, no entanto, não eliminaram a necessidade de uma abundante mão de obra que a cultura experimentou em seu processo de manutenção (capinas, adubação, controle de pragas e enfermidades, conservação do solo) com ênfase especial ao período da colheita. As condições climáticas da Bahia, ao determinarem uma maturação desuniforme do fruto, inviabilizaram a adoção do método conhecido como *derrixa*¹² e colocaram a exigência da cata do café (a colheita a dedo), pressionando no sentido da incorporação de maior contingente de força de trabalho na lavoura cafeeira baiana (BARRETO, 1982).

Barreto (1982, p.73) ainda ressalta que:

[...] a entrada do café na região é mais ou menos coincidente com o refluxo das atividades econômicas de diversos pontos de destino dessa população, principalmente São Paulo, onde começaram a se restringir a oferta do emprego. Este é um fator importante que compõe a explicação das causas que motivaram o retorno de contingentes da população migrante, em anos recentes.

Os fluxos populacionais que se dirigiam a outras regiões foram redirecionados para as áreas produtoras de café, principalmente no período de colheita.

3.4.1 Panorama atual

A Bahia produziu na safra 2010/11 aproximadamente 2,3 milhões de sacas anuais conforme Tabela 3, página 42, garantindo o posto de quinto maior produtor de café do Brasil.

¹² Operação que consiste em envolver o ramo do cafeeiro com a mão e deslizá-lo de dentro para fora, pela parte que contenha frutos, a fim de derrubá-los.

Devido à dimensão geográfica e às diferentes condições edafoclimáticas que apresenta, a Bahia contém uma boa amostra de todo o mundo cafeeiro.

O Estado produz desde os lavados¹³ da Chapada Diamantina, do Planalto da Conquista e da região de Itiruçu/Vale do Jiquiriçá/Brejões, aos cafés naturais finos do Oeste Baiano e mesmo ao conilon das regiões costeiras do Baixo Sul/Sul e do Extremo Sul (Figura 3).

De acordo com a Fernandes (2011, p.5),

A economia cafeeira na Bahia é bastante diversificada, as principais regiões produtoras da Bahia são: Oeste, Chapada, Planalto, Sul e Baixo Sul, Itiruçu, Vale do Jequiriçá e Brejões. No Oeste, a cafeicultura é moderna, com irrigação, tecnologia de ponta, alta produtividade, porém com custos mais elevados que em outras regiões. O café produzido na Chapada e no Planalto da Conquista, é de qualidade excepcional, entretanto uma característica da cultura nessas regiões é a pouca mecanização e utilização intensiva de mão de obra. A cafeicultura do Baixo Sul, Sul e Extremo Sul apresentam características de modernidade, e tem avançado muito, mas também possui suas dificuldades.

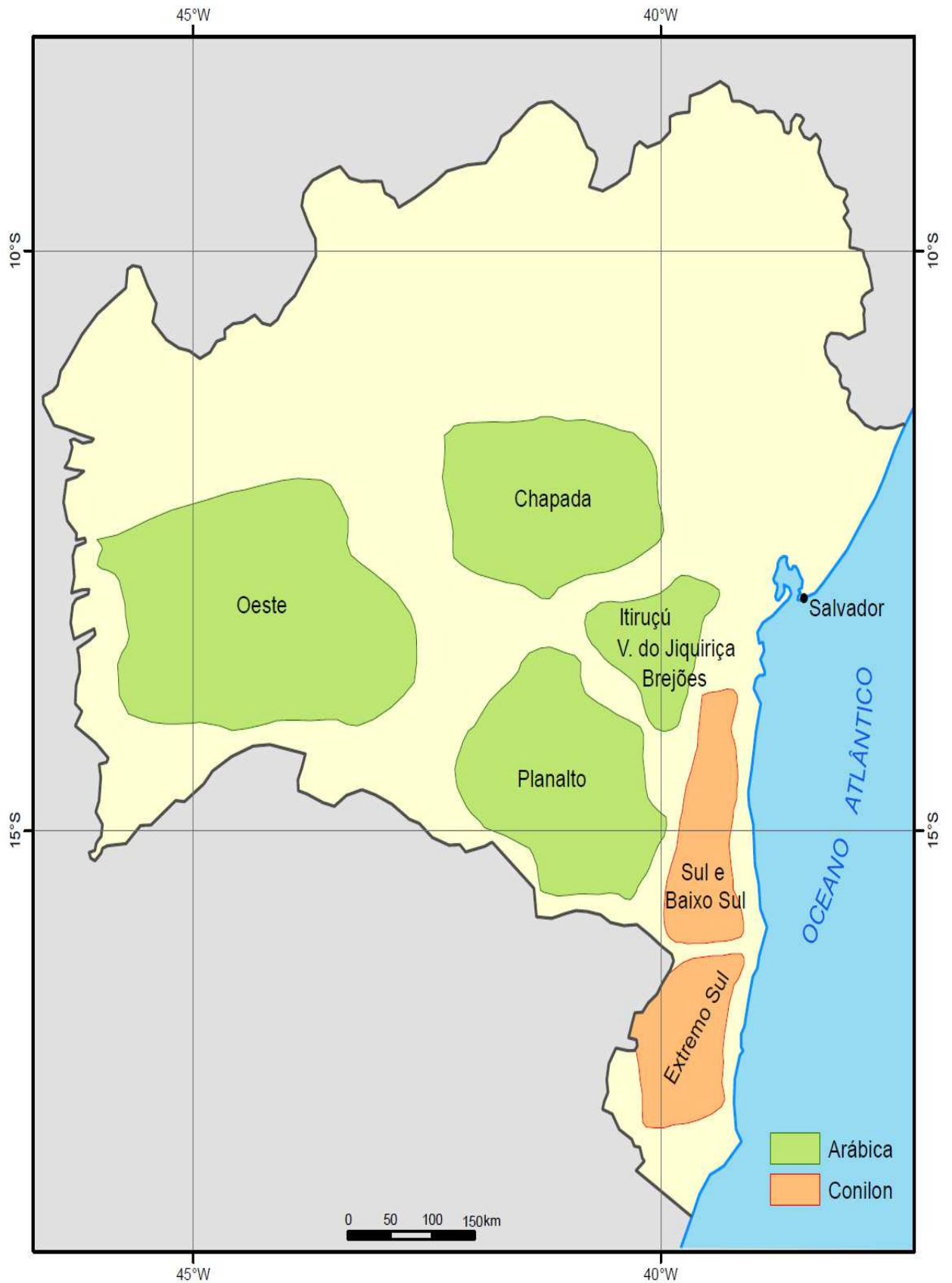
A composição das regiões cafeeiras aqui citadas foi baseada em aspectos edafoclimáticos e na forma de cultivo predominante. Apesar da unidade base de planejamento do Governo do Estado da Bahia ser o Território de Identidade, há casos em que as regiões citadas englobam municípios de mais de um Território. Também há municípios cuja produção de café se concentra em parcelas da sua zona rural próximas de municípios vizinhos, sendo as relações comerciais da cadeia produtiva desenvolvidas nessas cidades polos.

De acordo com Fernandes (2011), a cadeia produtiva do café na Bahia, assim como em todo o Brasil, se caracteriza como um ambiente altamente competitivo, principalmente desde a desregulamentação da oferta internacional do produto, no início dos anos 1990. Por ser o café uma cultura perene, exigente quanto à imobilização de ativos (especialmente máquinas e equipamentos de beneficiamento) e com início da fase produtiva se dando apenas de dois a três anos após o plantio, a elasticidade de oferta é baixa. Isso tende a acentuar as discrepâncias entre as menores cotações e os picos de preço, já que há um retardo entre a ocorrência de um estímulo ou desestímulo ao cultivo e sua expressão em termos de oferta do produto.

Ainda de acordo com Fernandes (2011), a mão de obra é o maior fator de custo da cafeicultura na Bahia, sendo responsável por até 48% do custo, no caso do tipo arábica, e 42% do custo no caso do conilon.

¹³ Consiste em debulhar os frutos mediante máquinas especiais e depois colocar em depósitos com água para retirar por completo a mucilagem mediante fermentação.

Figura 3 – Regiões produtoras de café do Estado da Bahia (2011)



Fonte: SEAGRI (2011).

Os diferentes sistemas de produção, as especificidades do café arábica e do conilon e a própria escala dos empreendimentos fazem com que os impactos das variações em determinados fatores de custo não atinjam os produtores de maneira uniforme. Os produtores com maior grau de mecanização das lavouras estariam se tornando cada vez mais competitivos.

Segundo o *Censo Agropecuário 2006* (IBGE, 2006), a cafeicultura na Bahia caracteriza-se pela forte concentração. No caso do café arábica, produzido por mais de 18.500 produtores no Estado, mais de 46% da produção era obtida por 0,6% dos produtores, os quais possuem área maior que 100 hectares, enquanto os quase 93% dos produtores com lavouras menores a 10 hectares, produziam apenas 23% do total da produção. É importante ressaltar que a produtividade dos produtores era de apenas 14,3 sacas por hectare. A produção de conilon também é concentrada. Do total de pouco mais de 2.400 produtores, a parcela de 1,2% destes que exploram áreas maiores que 100 hectares produzia, em 2006, 52,7% da produção baiana e em média 37 sacas por hectare. Produtividade mais que 50% maior que as 23,5 sacas produzidas pelos produtores com lavouras menores que 10 hectares, os quais são 85,1% do total de produtores e respondem por apenas 14,5% da produção do Estado da Bahia.

Segundo o presidente da Associação de Produtores de Café da Bahia (ASSOCAFÉ), João Lopes Araújo, a Bahia deve assumir a terceira colocação no ranking brasileiro em 2013, substituindo São Paulo. Isso porque o estado paulista vem progressivamente trocando área de plantio de café pela de cana-de-açúcar. Ainda segundo Araújo “mesmo com a valorização do real, que nos oito anos do governo Lula somou 108%, a cotação atual da saca, de US\$ 300, dá para chegar ao produtor. Com esse preço é possível recuperar a lavoura.” (ASSOCAFÉ, 2011). De acordo com a ABIC (2011), apesar de ser o Brasil o maior produtor e exportador mundial de café, com 48 milhões de sacas/ano em 2011, que corresponde a um terço da produção mundial, a indústria nacional está cedendo espaço para as multinacionais.

A Bahia vem perdendo fábricas de café, como café América, Rio Branco, Cravo. Além dessas, as pequenas indústrias do interior estão sofrendo para se manter no mercado, em decorrência dos elevados custos. De acordo com ASSOCAFÉ (2011), a norte-americana Sara Lee, que anunciou a construção de uma unidade de beneficiamento em Vitória da Conquista para 2012, é a maior empresa de café no Brasil, controlando as marcas Pilão, Café do Ponto, Palheta, Caboclo, União, Moka, dentre outras.

3.4.2 Pontos positivos

A extensão territorial da Bahia e os diferentes ambientes edafoclimáticos propiciam a produção de praticamente todos os tipos de café produzidos no mundo. A indústria baiana tem grande potencial para trabalhar com *blends*¹⁴ para os mais variados mercados consumidores, se abastecendo com matéria-prima local. Alguns produtores do Estado partiram para especialização do produto, como cafés especiais ou mesmo cafés orgânicos¹⁵, tornando-se competitivos mesmo em períodos de baixa no preço do café (FERNANDES, 2011).

No município de Barra do Choça, ocorreram significativas melhoras na qualidade do café através da disseminação de sistemas de processamento de café por via úmida de baixo custo, gerando resultados econômicos bem expressivos, mas as regiões do Planalto da Conquista e da Chapada Diamantina ainda tem um grande desafio a ser enfrentado, devido à ocorrência de fermentação no preparo dos cafés (SEAGRI, 2011).

De acordo com Fernandes (2011, p.19):

Boa parte das regiões produtoras do Estado, mais precisamente o Oeste Baiano, parte da Chapada, parte (mais restrita) do Planalto da Conquista e o Extremo Sul apresentam disponibilidade de água para irrigação, o que pode elevar a produtividade, diminuindo os riscos climáticos e o risco de preços, por propiciar a comercialização via trava de preço. No Extremo Sul e no Planalto, o uso da irrigação é feito, na maior parte dos anos, quase apenas no período de granação e há fazendas tendo bons resultados com sistemas de custo mais baixo de implantação. Vale lembrar que o Sul Baiano produz bem, sem irrigação devido a condição de pluviosidade ser bem distribuída, propiciando aos produtores a possibilidade de produção sem irrigação, desta forma reduzindo o risco climático.

O Oeste da Bahia possui uma regularidade na escala de produção de cafés naturais finos, mantendo uma média regular na oferta do produto, sendo muito demandado para *blends* de expresso. A condição de inverno seco tem propiciado condições desfavoráveis à fermentação do café, além disso a bienalidade¹⁶ de produção não é tão acentuada devido ao uso intensivo de mecanização e irrigação, permitindo à região atrair compradores, ampliando os contratos de venda para entrega futura.

Vale observar que no Oeste da Bahia prevalecem grandes áreas de produção comparado com outras regiões produtoras do Estado.

De acordo com Maia (2011), os cafeicultores do Oeste da Bahia:

¹⁴ Mistura de diferentes tipos de café no processo de torrefação e moagem.

¹⁵ Café produzido sem a utilização de fertilizantes químicos altamente solúveis (industriais) e tampouco a utilização de agrotóxicos (fungicidas, herbicidas, inseticidas ou outros tipos de produtos químicos).

¹⁶ Característica da cultura do café que alterna a cada ano um período de safra alta e um de safra baixa.

[...] praticam um dos mais eficientes modelos de produção de café do mundo. Baseado em alta tecnologia em insumos e máquinas, aliada a irrigação e as condições favoráveis de solo e clima na região, o bom momento de mercado vem somar aos bons resultados da atividade.

Segundo levantamento da SEAGRI (2011), a topografia plana é ponto extremamente positivo, já que facilita a mecanização de boa parte das lavouras. Regiões como o Extremo Sul, para conilon, o Oeste Baiano, parte da Chapada Diamantina e parte do Planalto da Conquista são exemplos de topografias favoráveis à mecanização.

No Oeste, a colheita mecanizada já está bastante disseminada e alguns produtores já não utilizam o repasse manual de colheita, entretanto no Planalto da Conquista e na Chapada Diamantina, apenas os maiores produtores têm mecanizado a colheita com sucesso.

Maia (2011) ainda afirma que:

Quando comparado com outras zonas de produção de café, o Oeste da Bahia apresenta melhores condições quanto a disponibilidade de áreas e as facilidades de adequações ambientais e sociais, com mecanização completa dos processos e espaços para emprego de alta tecnologia.

Os cafeicultores da Bahia precisam adequar-se a novas exigências do mercado, criando novos padrões de qualidade, ampliando suas exportações, já que em 2010, segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), a Bahia exportou 42.853 toneladas de café, sendo os Estados Unidos o principal mercado consumidor com 12.203 toneladas, seguido pela Alemanha com 3.332 toneladas e Bélgica com 1.237 toneladas.

3.4.3 Principais entraves

A cafeicultura baiana vem enfrentando muitos desafios. Segundo Fernandes (2011), a maior parte dos cafeicultores da Bahia são pequenos produtores, que não utilizam tecnologias modernas disponíveis para agricultura, com grande carência de assistência técnico-gerencial efetiva. Outro problema da cafeicultura baiana, segundo a SEAGRI (2011), é que os produtores que são assistidos por Assistência Técnica e Extensão Rural Pública (ATER) e mesmo produtores assistidos por profissionais ligados a revendas de insumos não estabelecem relação de confiança e comprometimento com os técnicos, o que limita fortemente a efetividade de tais modelos de assistência.

A falta de sistemas de controle de custos de produção da grande maioria dos produtores, inclusive boa parte dos médios e alguns grandes, o que tem impossibilitado o conhecimento de indicadores de desempenho. Segundo Fernandes (2011), a avaliação é

baseada quase sempre na produtividade por área, que é um indicador bastante importante, mas, por si só, nem sempre espelha a competitividade econômica do empreendimento.

O café arábica, por características fisiológicas, tende a apresentar oscilação bienal na sua produção, alternando-se uma safra grande e uma menor, já o café conilon não tem bienalidade, mas devido à poda em ciclo, preconizada pelo Instituto Capixaba de Pesquisa e Extensão Rural (INCAPER), há variação significativa na produção entre os quatro anos que compõem o ciclo. Essa junção entre safra ruim e um período de preços baixos é difícil de ser enfrentado pelos produtores.

Para Fernandes (2011, p.21):

Em relação à mão de obra demandada pelos produtores, os picos mais fortes são para colheita, para ambas as espécies, no caso do conilon, também na desbrota e na poda, o que dificulta a formalização da contratação de trabalhadores pelas regras vigentes. Em algumas regiões a Delegacia Regional do Trabalho (DRT) tem fiscalizado intensamente a contratação de trabalhadores rurais sem carteira assinada.

Muitas lavouras de café na Bahia são antigas, comprometendo a produtividade, com exceção do Oeste Baiano e do Baixo Sul/Sul Baiano, embora nesta última região haja lavouras com *stand* espaçamento desuniforme por terem sido formadas substituindo o cacau. O uso de colhedores manuais ainda é muito restrito nas regiões da Chapada Diamantina, Planalto da Conquista, Itiruçu/Vale do Jiquiriçá/Brejões, as quais possuem potencial para mecanização (SEAGRI, 2011).

A falta de conhecimento ou de capital necessário para investir na irrigação tem feito com que sua utilização seja ainda muito restrita. Segundo Matiello (1991), os riscos climáticos poderiam ser reduzidos caso boa parte dos produtores tivessem pleno conhecimento de novos métodos de irrigação. Vale lembrar que mesmo os produtores que utilizam irrigação, ainda há carência de seu manejo, havendo tanto subirrigação como desperdício de água e energia.

Em relação à qualidade do produto, poucos produtores conhecem sobre classificação e degustação de café, o que muitas vezes impede vislumbrar as potenciais oportunidades de comercialização. Apesar de a ASSOCAFÉ promover eventos sobre processos de classificação, muitos produtores ainda desconhecem sobre as exigências de qualidade do produto.

Fazendo uma abordagem microeconômica, a estrutura de mercado da produção de café se aproxima da competição perfeita. Como os produtores não têm o controle sobre o preço, os mesmos buscam elevar a produtividade com redução de custos, o que pode gerar, no longo

prazo, queda nos preços. Áreas com limitação no potencial de aumento da produtividade, mesmo que tradicionais, passam a ser abandonadas gerando um ciclo vicioso de contínua redução da produtividade e queda na rentabilidade do negócio (MATIELLO, 1991).

Essa situação está presente em algumas áreas do Planalto da Conquista e da Chapada Diamantina e é bastante preocupante na região de Itiruçu/Vale do Jiquiriçá/Brejões, mais tradicional produtora do Estado. Nessa última região, a combinação da baixa pluviosidade com a salinidade das fontes de água para irrigação tem levado à situação de declínio generalizado, claramente percebida nas visitas às propriedades e nas entrevistas com agentes da cadeia realizadas na região. Dados do *Censo Agropecuário 2006* apontam uma produtividade média de 12,3 sacas por hectare nessa região, quase que 50% abaixo da média da Chapada Diamantina, região da qual mais se aproxima. Já no Oeste Baiano, há lavouras que foram implantadas em áreas de solo com teor de argila muito baixo e que estão sofrendo mais intensamente os problemas de depauperamento precoce de lavouras, ainda não esclarecidos. (FERNANDES, 2011, p.21).

A grande maioria dos produtores não conhece a qualidade potencial de sua produção. Muitos acreditam que não há espaço para melhoria significativa e simplesmente se contentam em produzir no padrão que reconhecem como tradicional. Por outro lado, alguns vislumbram e focam em possibilidades que, na realidade, estão acima do potencial edafoclimáticos de sua região ou muito próximo do potencial máximo, para cuja obtenção, principalmente em maior escala, são necessários esforços e investimentos nem sempre recompensados pelo mercado.

Segundo Fernandes (2011), muitos produtores ainda acreditam em crenças como a de que o café conilon “aceita” ser preparado por via seca com secagem a altíssimas temperaturas ou a de que o transporte de café arábica cereja por distâncias de até 100 quilômetros para secagem na caatinga não prejudica significativamente a qualidade. O uso de alternativas como as citadas fazem com que a estrutura de processamento e secagem de café ora existente em todas as regiões produtoras do Estado, com exceção do Oeste Baiano, necessite de melhoramentos, caso os padrões de processamento sejam alterados no sentido da busca de maior qualidade do produto.

De acordo com os dados da SEAGRI (2011), as cooperativas que atuam comercializando café na Bahia não têm qualquer sistema estruturado de monitoramento da qualidade e direcionamento da produção, visando atender as especificidades da demanda. O preço é o único estímulo à melhoria da qualidade. Tal estímulo é pouco tangível e efetivo, já que a maior parte dos produtores tem contato com os compradores apenas no momento da venda física da produção já colhida. É patente entre os produtores a sensação de que a melhor remuneração por qualidade é uma promessa com fracas garantias de cumprimento.

Os dados da SEAGRI (2011) ainda constataam que as lavouras do Baixo Sul/Sul Baiano, na sua maioria, foram estabelecidas, em área de topografia com mais elevações do

que no Extremo Sul. Com isso, a mecanização de atividades como controle do mato e pulverizações para controle fitossanitário são bastante dificultadas. Com o agravante de que a ocorrência de ferrugem é mais frequente devido à predominância do clima úmido.

Um fato importante é a rara comercialização direta entre produtores e indústrias. A comercialização é feita mais comumente para intermediários ou corretores que fazem triagem do café para exportação ou para consumo interno. Principalmente no caso do conilon, os produtores têm pouca noção da demanda das indústrias baianas. O contato entre os pequenos produtores e a indústria de torrefação e moagem é praticamente inexistente, provocando uma queda do rendimento dos pequenos produtores, que são obrigados a comercializar seu produto através de intermediários ou corretores. Os grandes produtores de café muitas vezes acabam comprando dos pequenos produtores logo após o encerramento da safra, já que parte da produção deverá ser utilizada para arcar com os custos de colheita, desta forma, os grandes produtores ampliam seus estoques, aguardando melhores cotações no período entressafra.

Com relação a aspectos político-institucionais, também não há um fórum estruturado no qual os representantes dos diferentes elos da cadeia do café no Estado se reúnam e busquem traçar os caminhos para seu desenvolvimento ou para demandar do governo ações que impulsionem sua competitividade. Há carências na organização dos produtores de café da Bahia, mesmo com o processo de fomento à formação de associações de pequenos produtores por parte de bancos oficiais e de órgãos governamentais, buscando viabilizar liberação de financiamentos coletivos. A grande maioria das entidades existentes tem pouca representatividade e presta pouco serviço aos produtores. Não há qualquer estrutura que as aglutine para uma representação efetiva a nível estadual, a qual também poderia ter maior espaço nos fóruns nacionais do setor. As associações que têm alguma atuação se restringem ao âmbito local e trabalham de forma muito pontual

Para Fernandes (2011, p. 24), “as unidades comunitárias de processamento de café que realmente funcionam e, mesmo nessas, não existe, via de regra, padronização dos processos, muito menos da qualidade dos lotes de café dos associados”. Com isso, são também pontuais os exemplos de comercialização conjunta de café na Bahia. Mesmo as cooperativas existentes no Estado têm número de associados proporcionalmente bem mais baixo que o padrão nacional. De acordo com a SEAGRI (2011), entre 25 e 30% da produção de café no Brasil é comercializada via cooperativas.

Um fator importante na cafeicultura baiana é a inexistência de programa de marketing institucional do café do Estado. As ações de marketing que são realizadas, como, por

exemplo, caravanas de compradores internacionais às regiões produtoras são pontuais e realizadas quase que individualmente por agentes que vislumbram oportunidades de negócios. São esparsos os exemplos de valorização da qualidade quer pela indústria torrefadora baiana, pelos varejistas e também pelas cafeterias, inclusive do grande centro econômico e financeiro do Estado, Salvador.

O preço ainda é o principal argumento de venda do café industrializado na Bahia e a cultura do consumo de café de qualidade ainda é pouco difundida na sociedade baiana. A tendência internacional é que o café passe cada vez mais a ser reconhecido como um atrativo em estabelecimentos comerciais, mesmo não ligados ao ramo de alimentação. Em Salvador, tal tendência começa a se expressar com a chegada de grandes cafeterias. Segundo a ABIC (2011), existe um nível considerável de clandestinidade no setor de torrefação de café, principalmente nos mercados do interior, devido a dificuldade de fiscalização. Os principais problemas decorrem de fraudes na composição, informalidade fiscal, trabalhista e sanitária tornando difícil para as indústrias formais competir com os clandestinos.

Para Fernandes (2011), a carência de mão de obra capacitada para trabalhar com café é um outro ponto importante, devido à necessidade de conhecimento dos atributos de um café de qualidade e à preparação para explicá-los aos clientes. Por outro lado, boa parte dos clientes não reconhecem o valor do café de qualidade, contribuindo para o não reconhecimento do valor dos profissionais que o servem.

De acordo com a SEAGRI (2011), as regiões da Chapada Diamantina, de Itiruçu/Vale do Jiquiriçá/Brejões e do Oeste Baiano se ressentem da falta de uma melhor rede de compradores de café, já que a comercialização de café de arábica na Bahia tornou-se muito concentrada em Vitória da Conquista, considerada o grande centro de compra e venda. Principalmente para o caso dos produtores da Chapada Diamantina, de Itiruçu/Vale do Jiquiriçá/Brejões, tal concentração gera a atuação de intermediários desnecessários ao processo, os quais, para se remunerar, absorvem parte da renda potencial dos produtores.

No processo de concentração do mercado brasileiro de café torrado e moído, ocorrido na última década, as principais marcas de café da Bahia tiveram sua produção descontinuada. Não há nenhuma empresa baiana dentre as 10 maiores indústrias brasileiras pelo ranking da ABIC, as quais concentram 72,9% da produção. A primeira indústria baiana em produção ocupa apenas o vigésimo segundo posto do referido ranking, a SOBESA Indústria de Alimentos Santanense Ltda, situada na cidade de Santana, Oeste do Estado.

O porto de Salvador é mais utilizado por exportadoras que trabalham com café fino, cujos embarques são um pouco mais espaçados e programados que os de café *commodity*. A maior parte das exportadoras têm estrutura comercial e administrativa mais concentrada noutras regiões e acaba lhes sendo mais conveniente levar o café do que montar nova estrutura em Salvador. As empresas exportadoras procuram concentrar sua estrutura comercial e administrativa próxima as regiões produtoras, aproximando-se dos produtores e corretores, no entanto, algumas regiões produtoras ficam distantes do porto de Salvador, desta forma, o porto acaba sendo pouco utilizado para os embarques de café *commodity*, sem contar, que o porto de Salvador é considerado um dos piores do Brasil.

Neste capítulo, foi analisada a evolução da cultura do café, desde suas origens até a introdução da cultura no Estado da Bahia. No próximo capítulo, será analisada a cafeicultura no Planalto da Conquista, sua importância para os municípios pesquisados e as transformações ocorridas com a chegada do café.

4 O PLANALTO DA CONQUISTA: TRANSFORMAÇÕES RECENTES

4.1 CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO

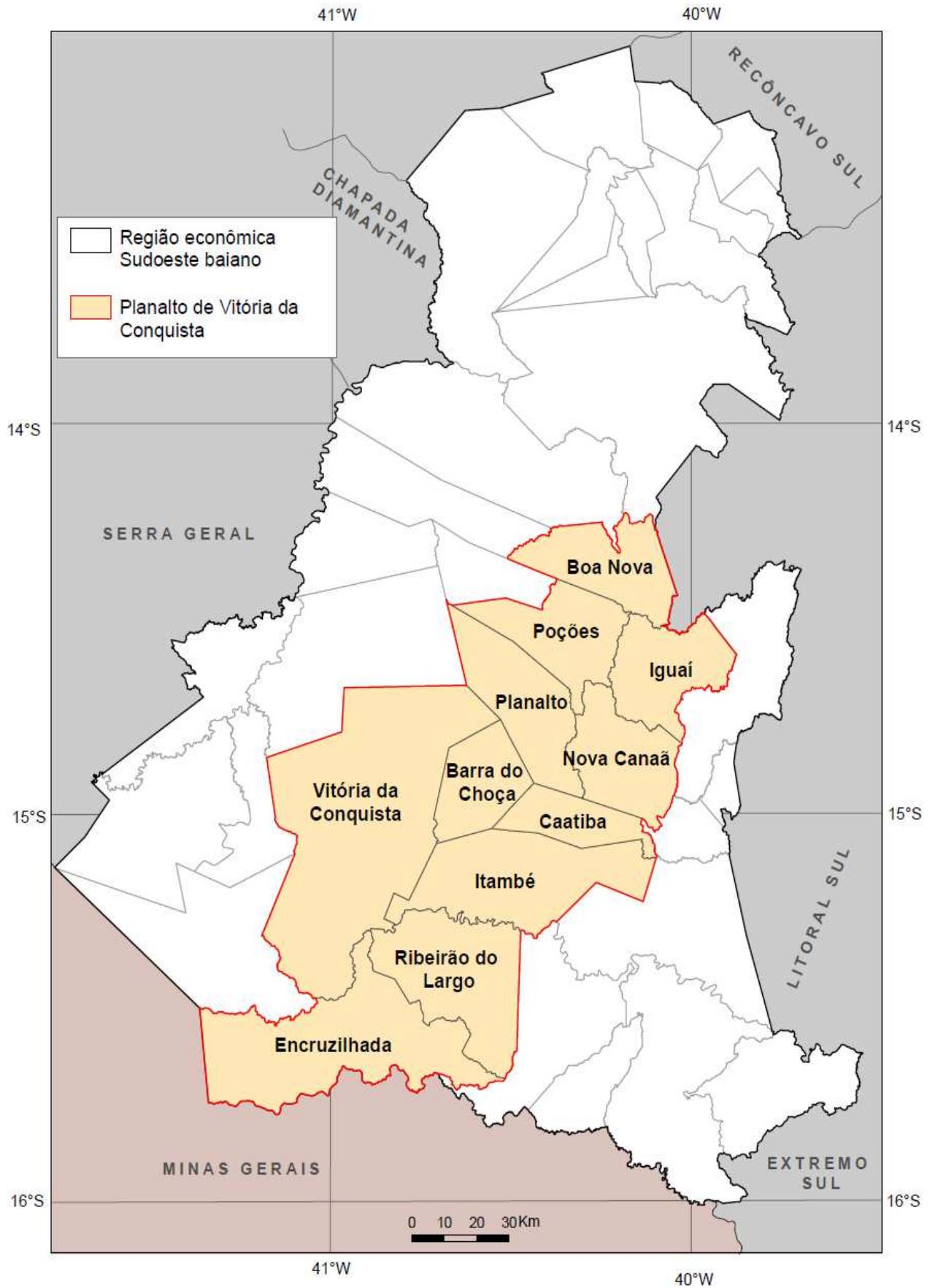
A região do Planalto da Conquista (Figura 4) possui uma altitude que varia de 700 a 1.100 metros e com uma temperatura média em torno de 21°C, doze municípios compõem a região: Vitória da Conquista, Barra do Choça, Encruzilhada, Ribeirão do Largo, Poções, Planalto, Itambé, Caatiba, Iguai, Nova Canaã, Boa Nova e Dário Meira. Os municípios da região do Planalto da Conquista totalizaram uma área plantada de café, em 2010, de 40.725 hectares, já os municípios objetos desta pesquisa, representaram 28.000 hectares de café, conforme Tabela 5, que correspondem a 68% do café cultivado no Planalto da Conquista e 13% do café cultivado na Bahia, sendo o Município da Barra do Choça o maior produtor da Bahia e do Norte e Nordeste do Brasil, com 18.000 hectares plantados. O município de Barra do Choça concentra uma grande parte da área plantada de café no Planalto da Conquista, acompanhado de Vitória da Conquista e Encruzilhada. Comparando com a área plantada no Brasil, observa-se também uma alta concentração da cafeicultura. Juntando a área dos três principais municípios, a concentração ultrapassa 80%, restando apenas 20% a serem distribuídos entre os nove municípios que completam a região produtora do Planalto da Conquista.

Tabela 5 - Área plantada de café nos municípios do Planalto da Conquista (2010)

Município	Área em hectares	%
Barra do Choça	18.000	44,20
Vitória da Conquista	10.000	24,55
Encruzilhada	5.000	12,28
Ribeirão do Largo	2.500	6,14
Planalto	2.000	4,91
Poções	1.800	4,42
Nova Canaã	500	1,23
Itambé	400	0,98
Iguai	200	0,49
Boa Nova	160	0,39
Caatiba	130	0,32
Dario Meira	35	0,09
Total	40.725	100

Fonte: IBGE (2010).

Figura 4 – Municípios produtores de café da região do Planalto da Conquista



Fonte: SEAGRI (2011).

Os municípios de Vitória da Conquista e Barra do Choça (Figura 5) foram os que mais receberam incentivos para a implementação do polo cafeeiro. Até a década de 1970, as economias dessa região eram restritas a uma pecuária extensiva e uma agricultura de subsistência, sendo que ambas as atividades desproviavam de um nível tecnológico para promover uma boa rentabilidade. Dentro de um prisma de desenvolvimento, essas cidades antes da década 1970 viviam estagnadas, com muita pobreza e exclusão, sem perspectiva de um futuro com geração de emprego e renda para suas populações. A cafeicultura nos municípios de Vitória da Conquista e Barra do Choça não se desenvolveu em todas as áreas, a cultura encontrou condições climáticas satisfatórias em terras de Mata-de-Larga (leste). Nas áreas de caatinga (oeste), vegetação típica de áreas com deficiências hídricas acentuadas, incompatíveis com a cafeicultura, os solos são em geral rasos, pedregosos e acidentados.

Segundo Dutra Neto (2004, p.17):

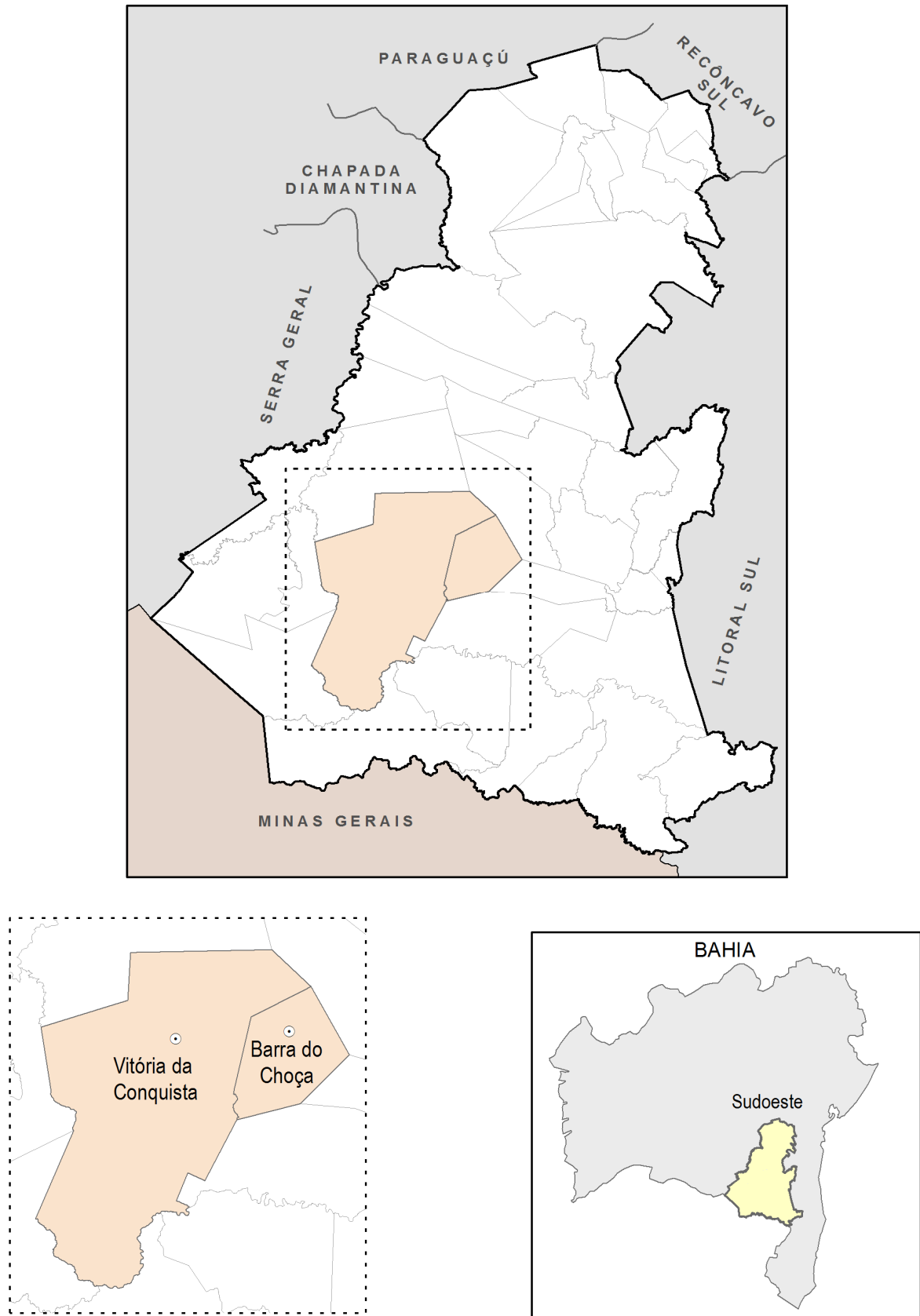
Com a implantação da cultura do café na região do Planalto da Conquista, ocorreram muitas transformações, tanto no que se refere às questões ambientais: desmatamento, poluição das águas, esgotamento do solo, etc., em função do uso indiscriminado de máquinas, implementos agrícolas, de adubos e agrotóxicos; como às questões econômicas, sociais e culturais, levando assim a grandes transformações locais.

A nova burguesia rural cafeeira do Planalto da Conquista tem origem predominantemente local, com a presença em sua formação de empresários, comerciantes e profissionais liberais que deram origem às pequenas e médias propriedades da região. Entre os 12 municípios que fazem parte do polo cafeeiro, os principais plantios encontram-se, por ordem de importância, nos municípios de Barra do Choça e Vitória da Conquista. O café é encontrado na chamada área de Mata desta região, sendo que a área de caatinga – situada no interior e nas adjacências do Planalto da Conquista, onde o café não é plantado – desempenha papel importante para a cultura cafeeira, pois fornece expressivo contingente de trabalhos volantes à época da colheita do produto. A implantação do café no Planalto da Conquista se fez encontrando pela frente outras culturas e formas de produção, que foram eliminadas ora através de meios violentos (expulsão), ora através de meios pacíficos (compra de propriedades). Esta redefinição do perfil econômico da região onde ela se deu levou ao virtual desaparecimento de algumas categorias econômicas (o agregado¹⁷, o meeiro¹⁸) e ao surgimento inédito de grande contingente de assalariados agrícolas.

¹⁷ Lavrador que cultivava terra alheia, em troca de serviços ou parte dos produtos de seu trabalho.

¹⁸ Prática muito utilizada na cafeicultura, na qual o agricultor plantava em terra alheia e dividia os resultados com o dono.

Figura 5 – Municípios de Vitória da Conquista e Barra da Choça



Fonte: IBGE (2010).

4.2 ESTRUTURA ECONÔMICA E A NOVA PROPRIEDADE RURAL CAFEIEIRA

Antes da introdução da lavoura cafeeira, o município de Vitória da Conquista já possuía uma sólida e importante base econômica, estruturada em torno da pecuária e do comércio. Devido a sua posição privilegiada de entroncamento rodoviário, tornou-se centro de distribuição de produtos e serviços para uma extensa região, exercendo sobre ela uma função polarizadora (BARRETO, 1982).

Segundo Barreto (1982, p.59):

Vitória da Conquista já possuía um parque manufatureiro de peso, centrado em 68 indústrias, um comércio de porte, com mais de 1.000 estabelecimentos varejistas e cerca de 60 atacadistas, agências bancárias dos principais estabelecimentos, representações de organismos, de fato, reforçavam o papel polarizador de Vitória da Conquista, já antes do café.

Dutra Neto (2007) contradiz Barreto (1982), informando que a base econômica do município de Vitória da Conquista girava em torno da pecuária e da agricultura de subsistência. Na análise de Dutra Neto (2007), entende-se que mesmo que o município já contemplasse uma estrutura econômica sólida antes de 1970, o cenário era de muita pobreza e exclusão, principalmente nas áreas rurais, já que as atividades econômicas existentes na época não conseguiam absorver o grande contingente de desempregados, deixando parte da população sem perspectiva de um futuro com geração de emprego e renda.

O peso da economia rural, no município de Vitória da Conquista, era considerável, pois já em 1940, a maior parcela das terras do município encontrava-se ocupada com pastagens, evidências do caráter pastoril da região. Essa forma de ocupação cresceu sensivelmente até 1970, enquanto as áreas ocupadas com lavouras, já bastantes diminutas, reduziram-se ainda mais. O crescimento das pastagens ocorria em detrimento da lavoura. Em virtude desse fato, o município dispunha ainda, em 1970, de cerca de 47% de suas terras cobertas por matas ou classificadas como terras não cultiváveis.

A estrutura fundiária, refletindo as formas de exploração da pecuária, era bastante concentrada: 1950, 5% dos proprietários detinham 47% das terras, enquanto as pequenas propriedades passavam por um processo de fracionamento, verificando-se sua área total foi dobrada em 30 anos, enquanto quintuplicava o número de proprietários. (BARRETO, 1982, p. 60).

A pecuária, segundo o IBC (1973), cobria aproximadamente 70% da área das propriedades antes do café, enquanto a agricultura ocupava áreas de minifúndios, pequenos espaços nas áreas de Mata e predominava nas faixas de Caatinga à base da pequena propriedade, já fracionada pelas heranças e sem titulação.

Segundo Barreto (1982), 13% das propriedades de café instalaram-se em áreas de pastagem e cerca de 3% em áreas de cultivo. Em 1982, Vitória da Conquista já era o segundo maior produtor de café da Bahia, com cerca de 14.000.000 de pés, distribuídos basicamente no seu distrito-sede e no de Inhobim¹⁹, por pequenos e médios cafeicultores²⁰.

Mesmo com a presença de grandes proprietários de terra, não se verificavam de modo generalizado grandes produtores de café. Ainda de acordo com Barreto (1982), foram identificados 13 proprietários com áreas entre 500 a 1.000 ha, mas que igualmente plantavam, na sua maioria, menos de 100.000 covas e apenas 6 proprietários tinham entre 200.000 a 500.000 covas²¹.

Para Dutra Neto (2007), a lavoura cafeeira passava a ser a nova base econômica para os municípios do Planalto da Conquista; no entanto, diferentemente de outros municípios, a cafeicultura no município de Vitória da Conquista apenas contribuiu para reforçar a sua base econômica anterior e o seu papel polarizador.

De acordo com o IBGE (2010), Vitória da Conquista é o terceiro município mais populoso do Estado, perdendo apenas para Salvador e Feira de Santana. Além do crescimento demográfico da sede municipal, em cerca de 50% na década de introdução da cultura cafeeira, ocorreu também a expansão dos distritos e povoados situados no centro da área de expansão cafeeira, a exemplo de Inhobim, e de pequenos aglomerados com características marcadamente rurais, como Abelhas e Limeira.

Em relação ao município de Barra do Choça, antes da chegada da lavoura cafeeira, Barreto (1982) destaca que 90% da sua população vivia na área rural, esse município registrava, até os anos 1970, uma pecuária extensiva, inexpressiva mesmo em termos microrregionais, e uma produção de feijão, milho, arroz, mandioca que atendia às necessidades de sua população, além de gerar um excedente que chegava até as cidades e localidades próximas. Em relação ao núcleo urbano de Barra do Choça, evidenciavam-se na sua sede municipal em 1970 apenas 1.512 habitantes. Praticamente inexistiam indústria e comércio locais. Em 1974, já em pleno deslanche da agricultura cafeeira, foram registrados apenas 2 estabelecimentos industriais, dos ramos de madeira e produtos alimentares, e 45 estabelecimentos varejistas na sua maioria bares e pequenos armazéns, anexos de residências.

¹⁹ Distrito pertencente ao município de Vitória da Conquista.

²⁰ Segundo o extinto Instituto Brasileiro do Café (IBC), os cafeicultores eram classificados em:

- a) Pequeno proprietário: até 30 mil covas
- b) Médio proprietário: de 30 a 150 mil covas
- c) Grande proprietário: acima de 150 mil.

²¹ Dados até o ano agrícola 1978/79.

Em 1978, porém, pesquisa realizada pelo Instituto de Urbanismo e Administração Municipal (IURAM) revelou algumas modificações neste quadro: os estabelecimentos comerciais, que eram 10 aumentaram para 198 e os de serviços elevaram-se de 6 para 15.

Segundo Censo Demográfico do IBGE (apud (BARRETO, 1982) , a ocupação principal da população de Barra do Choça realizava-se no campo, que absorvia 91% dos trabalhadores, em 1970. O peso maior era da pecuária com 57% de suas terras cobertas por pastagens, sendo diminuta a área de lavoura, de apenas 3.000 hectares. O tamanho de propriedade dominante situava-se na faixa entre 20 a 100 hectares, embora as grandes propriedades, em número apenas de 14, cobrissem 38% das terras. No início da década de 1980, Barra do Choça possuía 18 milhões de pés de café, sendo o maior produtor do Estado da Bahia. Suas propriedades cafeeiras, à semelhança de Vitória da Conquista, eram fundamentalmente pequenas e médias, com 89% delas situando-se na faixa até 100.000 covas das quais 68% estavam entre 20.000 – 10.000 covas (BARRETO, 1982).

A semelhança com Vitória da Conquista também baseava-se em uma estrutura fundiária na qual o tamanho da propriedade com até 100.000 covas situa-se na faixa até 200 hectares. De acordo com a Barreto (1982, p. 63), “inexistiam até 1978/79, propriedades cafeeiras com mais de 500.000 covas plantadas e apenas 5 propriedades tinham área total superior a 500 hectares”. A magnitude dessa nova lavoura provocou mudanças substanciais na economia desse município, numa área onde elas antes não ocorriam ou se verificavam lentamente. A principal dessas mudanças diz respeito à ocupação do solo. Dutra Neto (2007) afirma que, dos projetos apresentados ao IBC na época, 87% situam-se em áreas onde virtualmente não havia atividade produtiva; eram predominantemente área de “capoeira” ou de matas; 10% áreas de pastagem e 3% ocupados com lavoura. Em mais uma comparação com Vitória da Conquista, não se pode estimar, por esses dados, a área total de lavoura substituída pelo café.

A cafeicultura ocupou toda a área onde se plantava mandioca, fazendo com que sua produção fosse bastante reduzida: a farinha que antes atendia ao abastecimento local e ainda era comercializada para outras localidades, passou a ser importada. A outra mudança evidente refere-se à sua população, já que foi o município, no Estado da Bahia, que na década de 1970/80 apresentou a terceira maior taxa de crescimento anual, na ordem de 8,67, perdendo apenas para Lauro de Freitas com 13,39% e Camaçari 10,72%. (BARRETO, 1982, p. 65).

As transformações na estrutura econômica com a nova propriedade cafeeira foram significativas, sem contar com o rápido crescimento populacional, contrastando com o lento incremento demográfico da década anterior.

4.3 TRANSFORMAÇÕES LOCAIS

A cafeicultura nos municípios de Vitória da Conquista e Barra do Choça, ao se implantar encontrou uma estrutura fundiária definida, terras tituladas e ocupadas (BARRETO, 1982). Existiam grandes reservas de mata, mas as primeiras lavouras de café não se deslocaram para esses caminhos se interpondo entre as áreas ocupadas pela pecuária e produção agrícola então existente. A princípio precisaria de pequenas áreas, já que começou a se implantar nesses municípios por iniciativa de profissionais liberais, com limitadas condições para investir (DUTRA NETO, 2007). Com o crescimento da cultura do café, surgia a necessidade de novas áreas, estimulando novos empresários a incorporar uma maior quantidade de terras na produção de café. Essa expansão não se fez, inicialmente, para o lado da pecuária, atividade já consolidada, principalmente em Vitória da Conquista, direcionando as primeiras lavouras de café para áreas da produção de outras culturas e áreas de capoeira.

Em relação à Barra do Choça, a estrutura fundiária já apresentava concentração em 1970, pouco mudou no período de implantação da cafeicultura, conforme Oliveira (2007, p.54):

Enquanto os estabelecimentos pequenos (< 20 hectares) sofreram decréscimos de aproximadamente 39% no número de imóveis rurais e 50% em área no período 1970/1980, os demais grupos cresceram ou se mantiveram dentro dos valores apresentados em 1970. Assim, na evolução da estrutura fundiária, o movimento mais importante foi a diminuição da pequena propriedade rural e o aumento dos estabelecimentos de 20 a 100 hectares.

Oliveira (2007, p.55) ainda destaca que:

Antes da implantação da cafeicultura, o município de Barra do Choça apresentava o menor contingente populacional, quando comparado com os municípios vizinhos. Segundo o Departamento de Geografia e Estatística (DGE, 1972), 83% da população residia na zona rural.

Em certas faixas de terra dessa região (Barra do Choça e Área da Mata em Vitória da Conquista), era grande o número de pequenos produtores. Alguns dispunham da propriedade, outros da posse. Muito utilizada era a relação de agregado, quase sempre nas terras de pecuária. Ao tempo em que ia cultivando sua roça, o “agregado” plantava capim na fazenda, aumentando a área utilizada da propriedade. Também era muito comum a prática do arrendamento, da meia; o fazendeiro arrendava, concedia uma parte da terra, a produção era dividida e a fazenda ficava tomada pela pastagem. O produtor pagava a renda da terra ao fazendeiro, mas tinha o acesso relativamente facilitado, conforme depoimento de um trabalhador rural citado por Barreto (1982, p.65):

Durante os anos 70 quase todo mundo tinha seu pedaço de terra, então quase não se tinha assalariado – do campo né? – todo mundo trabalhava e era fácil você chegar aqui e arranjar seu pedaço de terra para trabalhar de meia, o fazendeiro te dava: vá plantando capim, fazendo sua roça. Antes do café plantava milho, feijão, hoje fazendeiro não deixa plantar, é só para eles. (informação verbal).

A produção chegava a gerar excedentes em algumas localidades, comercializada para fora da região (a exemplo da produção de farinha de mandioca). Assim, foi também em detrimento dessa produção que, afinal, desenvolvida quase sempre por pequenos lavradores – se formou a nova propriedade cafeeira. Ficaram naturalmente afastadas das áreas de depressão junto aos rios, causado pela vazante, onde o café não encontrava condições adequadas ao seu cultivo. Não se pode estimar a extensão das áreas dessas culturas que foi incorporada ao café naquela época, mesmo porque, se por um lado encontravam-se pontos, localidades que concentravam, tanto em um quanto em outro município, a produção de determinadas culturas (como a produção de mandioca em Inhobim, de feijão, milho e arroz nas proximidades da sede de Barra do Choça; de culturas bastante diversificadas em Cafezal), por outro lado havia também pequenos cultivos espalhados, dispersos por toda a região (BARRETO, 1982).

No exame de como se constituiu essa nova propriedade em formação, encontra-se uma relativa variedade de mecanismos que, enfim, levaram a um só resultado, a perda da posse ou da propriedade por parte dos pequenos produtores. Nesses municípios estudados, as distintas formas existentes de domínio e posse das terras, que configuravam as relações de trabalho, as relações do homem com a terra, foram evidentemente responsáveis pela diversidade de mecanismos de aquisição da propriedade cafeeira.

Na primeira década de implantação da cafeicultura, verificou-se uma elevação dos preços da terra, que começaram a experimentar saltos vertiginosos²². Muitos proprietários que não exploravam suas terras, muitas delas ocupadas por posseiros, muitas vezes há décadas²³, com a crescente valorização e a insistente procura por parte dos novos investidores, passaram a buscar uma imediata e eficaz maneira de desimpedir suas terras como forma de valorizá-las ainda mais. Com a valorização da terra o arrendamento foi suprimido na região. O preço do arrendamento cresceu com a valorização, mas a produção não aumentou, e assim, para o

²² Para se ter ideia do alcance dessa valorização, um alqueire de terra que custava antes do café de 5 a 10 mil cruzeiros passou bruscamente para 100 a 150 mil cruzeiros.

²³ Um caso, no entanto, chamou a atenção, o da fazenda Pau-brasil, em Barra do Choça. Era uma antiga fazenda de pecuária que foi desativada há muitos anos; com uma área de cerca de 120 alqueires foi sendo ocupada por pessoas sem terra que se tornaram posseiros. Produziam basicamente banana, além de outros produtos de subsistência. Ninguém se importava com a ocupação. Com a chegada do café, a sua propriedade começa a ser requerida por pessoas desejosas de explorá-las. A situação tornou-se tensa e ocorreram choques armados violentos. O Interba reconheceu a condição de terra devoluta e a questão passou para esfera da justiça que, embora após um processo bem demorado, reconheceu o direito dos posseiros à parcela das terras da Fazenda Pau-brasil. As suas terras são das melhores da região para o café (BARRETO, 1982).

arrendatário tornava-se impossível prosseguir. O processo de desapropriação que antecedia ao café passava a ser substituído pelo assalariamento. A maioria dos pequenos proprietários de terra que venderam suas posses passou a reforçar um grande contingente de trabalhadores, em alguns casos esses trabalhadores partiram para outros centros em busca de melhores condições de vida, como por exemplo, São Paulo. A cafeicultura, ao produzir seu próprio espaço, desalojava pequenos produtores e proprietários em várias localidades, destituindo-os dos meios de produção e liberando-os definitivamente para o mercado de trabalho. Mesmo do ponto de vista da magnitude, da abrangência desse processo, os dados dão uma idéia: uma grande parte dessa força de trabalho proletarizada foi se juntar àquela que já havia anteriormente passado por esse processo e vivendo nas periferias das cidades, nos povoados e vilas (BARRETO, 1982).

Essa população da periferia, das vilas, dos corredores, manteve-se predominantemente ligada ao setor rural e foi responsável pela composição de uma parcela da força de trabalho utilizada nas lavouras de café. Uma parcela bastante significativa, porque atendia a todos os apelos da cultura, a qualquer momento poderia ser registrada, estava sempre disponível, pois fora do café as alternativas eram pequenas ou inexistentes para maioria.

Assim, nas vilas e nas cidades assentaram-se os ex-trabalhadores rurais [posseiros, parceiros, “ocupantes”, agregados, moradores, etc.] que se transformaram ao mesmo tempo em trabalhadores urbanos e trabalhadores rurais [bóia-fria], e os trabalhadores rurais [sobretudo temporários] ocupam o mesmo espaço dos trabalhadores urbanos, enquanto muitos desses passam a trabalhar na colheita do café. (SILVA; PIRES; SOUZA, 1987 apud FERRAZ, 2001, p. 37).

Barreto (1982) evidencia que alguns aspectos merecem destaque: as oportunidades de emprego, fora do café, para quem era apenas trabalhador eram bastantes limitadas. Afora uma ou outra atividade esporádica na cidade, em propriedades de pecuária ou de outras culturas que ainda se mantinham, que eram bem poucas e com uma capacidade de absorver força de trabalho irrelevante frente ao contingente disponível, a opção era mesmo o café. A cultura cafeeira necessitava e fomentava uma grande concentração de mão de obra, mas em períodos curtos e, passados esses momentos, a maioria do pessoal era dispensada. O pequeno produtor, que compõe uma outra parcela desse contingente, voltava para sua lavoura; o que residia nas periferias, nos povoados e vilas e que se deslocava diariamente para o campo – o bóia-fria – não tinha uma atividade regular a retomar. Muitos homens voltavam a fazer biscates em construção, no comércio, e alguns viajavam para outros centros em busca de emprego; as mulheres lavavam roupas e as crianças retornavam a escola, deixada por um determinado período para trabalhar. Sem a renda da colheita, os trabalhadores agora tinham que conviver

com despesas que desconheciam completamente e que agora fazia parte do seu cotidiano e da sua família: aluguel, água, luz, transporte, mercado, remédio, enfim, uma série de gastos que era obrigado a incorporar.

As pequenas unidades de produção agrícola, que sobreviveram ao processo de assentamento do café na Área de Mata, foram bem poucas; aliás, sempre foram poucas em relação às que se reproduzem na parte de caatinga da região, que teve a sua ocupação historicamente definida pela produção agrícola. Essa produção que sempre se realizou em pequenas unidades, apesar de não ter possibilitado um desenvolvimento econômico para região e o produtor, proliferou bastante, por conta do parcelamento, do fracionamento. Assim, é na área da caatinga que se concentravam em maior número os pequenos produtores dessa região, que em certos momentos da cultura transformavam-se em assalariados, ampliando o volume de mão de obra disponível, constituído dos sem-terra e dos pequenos produtores. Aqueles produtores que se mantinham nas áreas de Mata, mescladas às de café, podiam assalariar-se durante o ano todo, sem que isso significasse emprego permanente ou sua presença em todas as atividades. As etapas de plantio, limpa, adubação, pulverização, de curtíssima duração, eram cumpridas pelos trabalhadores sem terra e por membros da família do pequeno produtor. Os trabalhadores ficavam alojados nas fazendas, quase sempre em condições as mais precárias. O caatingueiro em particular, por ser egresso de uma área de baixa umidade e pouca chuva sofria com problemas de adaptação a um clima bem diverso. Os moradores das localidades quase nunca passavam a residir na fazenda; na sua maioria deslocavam-se diariamente para a propriedade, muitas vezes andando ou transportados em tratores ou caminhões, sem a menor segurança (BARRETO, 1982).

O assalariamento no café adquiriu menos a função de completar a renda e muito mais a de permitir a subsistência do caatingueiro. Isso não se limitava apenas ao produtor da caatinga, pois também o produtor local buscava com o assalariamento compensar as suas dificuldades.

4.3.1 A Mobilidade da Força de Trabalho

A redefinição do espaço nos municípios de Vitória da Conquista e Barra do Choça, a partir do café modificou todo o processo migratório em seus diversos níveis, seja pela mobilidade resultante dos deslocamentos das áreas rurais para as cidades, de forma definitiva ou sazonal, seja como consequência de se tornarem algumas localidades de região cafeeira pontos de convergência de numerosos fluxos populacionais.

A implantação da lavoura cafeeira na região de Vitória da Conquista acarretou uma série de transformações demográficas, que se mostram evidentes na simples observação visual do crescimento e das mudanças ocorridas em muitos dos seus núcleos urbanos e rurais. (BARRETO, 1982, p. 71).

Para Barreto (1982), os municípios analisados já apresentavam, há décadas, algumas características demográficas bastante definidas, como:

- a) A contínua evasão da população rural para as cidades, principalmente Vitória da Conquista, que já se afirmara como o centro polarizador de uma vasta região, ou tomando outros destinos, até mesmo para fora do Estado, principalmente São Paulo, que sempre exerceu forte atração sobre os fluxos migratórios que dali saíam.
- b) O conseqüente fortalecimento de Vitória da Conquista como o núcleo urbano de maior importância no Sudoeste Baiano, efetivando-se como o ponto de convergência e passagem de diversas rotas populacionais.
- c) A existência de deslocamento sazonais nas áreas de caatinga, normalmente durante os meses de estiagem e que, quase sempre, tinham como destino São Paulo.
- d) A baixa densidade populacional de algumas áreas rurais (em Barra do Choça por exemplo), resultante da contínua evasão populacional provocada pela existência de uma agricultura esparsa e fragilizada e a ocupação das melhores terras pela pecuária.

Barreto (1982) ainda ressalta que a cafeicultura nos municípios de Vitória da Conquista e Barra do Choça provocou alterações nos movimentos da força de trabalho, modificando a realidade local, como, por exemplo:

- a) Passa a ocorrer a reversão de diversas rotas migratórias, principalmente as que saíram das áreas de Caatinga para São Paulo.
- b) Os deslocamentos sazonais, basicamente egressos da caatinga, assumiram importância vital no quadro de mobilidade populacional de região.
- c) Surgiram numerosos deslocamentos de curta distância, que aceleraram a circulação da força de trabalho nas áreas rurais.
- d) Os deslocamentos da mão de obra assumiram outra dimensão, já que com o café também mulheres e crianças deles participavam.
- e) Pequenos aglomerados foram se consolidando enquanto outros iam surgindo, direcionando a força de trabalho em movimento dos próprios municípios cafeeiros e dos que os cercavam.

f) Os núcleos urbanos de maior porte, como Vitória da Conquista, passaram por uma crescente ruralização de suas periferias.

g) Um primeiro aspecto fundamental para a compreensão das transformações relacionadas com a mobilidade da força de trabalho nas regiões produtoras de café é o que se refere à reversão de determinados fluxos, simultânea a diminuição de sua intensidade.

Conforme já se assinalou, na região do Planalto da Conquista a evasão da população da zona rural era significativa, sobretudo em direção às áreas polarizadas dentro e fora do Estado. Antes do café, as rotas cujo destino principal era São Paulo já se incorporavam, em alguns locais, como um elemento natural e corriqueiro de sua realidade.

Muitos saíam temporariamente durante os meses em que as condições climáticas limitavam ainda mais quaisquer atividades, retornando após algum tempo, se mantivessem ainda a posse da terra; outros se desvinculavam totalmente, saindo para não mais retornar. Essa mudança não ocorreu de maneira abrupta e sim como um processo regular, que já tornava visível o declínio das saídas populacionais, principalmente das áreas de caatinga, ao passo que direciona esses movimentos sazonais rumo às zonas cafeeiras (DUTRA NETO, 2007).

Deve-se ressaltar que a entrada do café na região é mais ou menos coincidente com o refluxo das atividades econômicas de diversos pontos de destino dessa população, principalmente São Paulo, onde começava a se restringir a oferta do emprego. Este é um fator importante que compõe a explicação das causas que motivaram o retorno de contingentes da população migrante. A constatação desse retorno foi mais evidente nas localidades da Caatinga, já que a maior parte dos que ali viviam ainda possuíam a posse da terra. O café veio possibilitar que, para sua subsistência, durante o período de estiagem houvesse outra opção de assalariamento, mais próximo de sua moradia. Nas cidades de maior porte, como as sedes municipais (guardadas as devidas proporções entre Vitória da Conquista e Barra da Choça) ocorria o regresso. A motivação era decorrente de outros fatores, vinculados à ampliação e diversificação das atividades econômicas, que dinamizavam a oferta de emprego.

O estancamento dos fluxos populacionais que se dirigiam a outras regiões redirecionava, portanto, os movimentos sazonais que passaram a ter como destino preferencial as áreas cafeeiras. A maior parte dos deslocamentos sazonais tinha como pontos de origem as faixas de Caatinga do próprio município de Vitória da Conquista, assim como de outras

localizadas a oeste e que se caracterizam pela predominância da caatinga em seus espaços, como: Anagé, Belo Campo, Tremedal, Cordeiros, Condeúba, etc.

Nos períodos compreendidos entre abril/maio a outubro, a estiagem era inclemente nas faixas de caatinga, dificultando a realização das práticas agrícolas. Durante várias décadas a saída da população foi sempre constante, de forma definitiva ou temporária, com o retorno neste último caso quase sempre condicionado à chegada das chuvas (BARRETO, 1982).

Obviamente que essa situação não pode ser explicada apenas pelas condições climáticas desvinculadas de outros fatores que agravaram ainda mais os problemas, tais como os entraves estruturais às atividades agrícolas. As dificuldades de acesso ao crédito, à assistência técnica, deficiência de infraestrutura que pelo menos minimizasse os efeitos das secas (aguadas, açudes, etc.), a parcelização das terras, a baixa produtividade, a grave dependência frente aos esquemas de comercialização que drenavam continuamente a maior parcela do excedente gerado, são elementos que, inter-relacionados, concorriam para o agravamento desse quadro.

Os deslocamentos sazonais assumiram, durante a colheita, peso decisivo, na região do Planalto da Conquista. Tanto nas zonas cafeeiras de Vitória da Conquista como de Barra do Choça assistia-se, a partir de abril, à chegada de caminhões e tratores amontoados de trabalhadores normalmente egressos das faixas de caatinga, seja do próprio município de Vitória da Conquista como das regiões de Iguá e José Gonçalves, seja de municípios vizinhos em que também predomina a caatinga, como Anagé (Uça, Lagoa de Água, Lage do Gavião, Coquinhos, Lagoa Nova, Lagoa de Anta e Furo de Roseira, etc.), Tremedal, Belo Campo, Piripá, Cordeiros, etc. Geralmente, antes do início da colheita o produtor cafeeiro ou alguém a ele ligado ia até a caatinga, acertando o período e o local em que os trabalhadores seriam transportados até as fazendas. Os que não cumpriam um percurso muito longo, como os das faixas da caatinga do próprio município de Vitória da Conquista, retornavam aos sábados ou de 15 em 15 dias. Ocorria também o caso dos que permaneciam direto na propriedade cafeeira por mais tempo, embora prevalecesse a situação anterior (BARRETO, 1982). Muitos trabalhadores levavam alguns mantimentos (farinha e feijão) para tentar reduzir os gastos no local de trabalho.

Para Matiello (1991), uma parcela substancial do que é ganho no café acaba ficando ali mesmo, nas feiras das cidades e povoados ou nas “vendas” instaladas nas próprias fazendas, prática que já se expandia na região como forma de diminuir ainda mais as despesas com mão de obra, fato que ocorre até os dias atuais.

A participação da força de trabalho oriunda da caatinga assumiu maior significado à medida que a lavoura cafeeira estimulava e possibilitava o trabalho da mulher e do menor. Sendo a remuneração por produção, o trabalhador tinha interesse em levar o maior número possível de pessoas da família, como forma de propiciar um ganho melhor nessa etapa da colheita. É difícil dimensionar o peso representado pelo trabalho feminino e infantil nas décadas de 1970 e 1980. Para Barreto (1982), nos meses de colheita, em média, menos da metade dos que trabalhavam eram homens adultos. Na caatinga ou em outra região qualquer, a base do sistema produtivo era o trabalho familiar. O ritmo da jornada era regulado por ele mesmo, em como as condições em que o mesmo se realizava submetido a seus interesses e às vicissitudes do meio familiar. O pagamento era por produção, prática utilizada até hoje, essa forma de remuneração induz justamente a uma intensificação da jornada, obrigando muitas vezes o trabalhador a exigir o máximo de si mesmo em busca de uma melhor produtividade.

A participação de trabalho familiar não era característica apenas da mão de obra oriunda da caatinga. Também nos limites das áreas produtoras de café, tanto nos períodos de colheita como fora deles, o papel desempenhado pelos pequenos produtores locais, além dos que já são apenas assalariados, era fundamental. Os deslocamentos de menor distância, quase sempre realizados a pé, configuravam-se como elemento essencial na dinâmica da mobilidade da força de trabalho determinada pelo café. Sua importância crescia principalmente após a colheita, quando cai a demanda, mas as outras práticas agrícolas requisitavam e absorviam essa força de trabalho (IBC, 1973).

O trabalho temporário se superpõe às outras relações de trabalho vigentes fazendo com que o assalariamento se afirmasse quase sempre em detrimento da produção agrícola não cafeeira, que normalmente tinha por base o trabalho familiar. É nesse quadro, das dificuldades e dos entraves estruturais que condicionavam sua realidade como pequeno produtor, que se compreendia a “atração” exercida pela lavoura cafeeira. O reflexo da presença hegemônica das relações de trabalho temporárias é evidenciado pelas transformações ocorridas na organização do espaço (IBC, 1973).

A necessidade de suprir uma oferta de força de trabalho que atendesse à lavoura cafeeira e, mais que isso, que correspondesse às oscilações e aos piques que a caracterizavam, levou ao surgimento e ao crescimento de diversos aglomerados, com características marcadamente rurais, em vários pontos da região cafeeira: Abelhas, Inhobim, Capinal, Limeira (Vitória da Conquista), Cafezal, Barra Nova e Barra do Choça. Embora ocorressem também movimentos originários de outras partes do Estado fora desse perímetro, os

deslocamentos sazonais, em sua grande maioria eram oriundos da caatinga. Esses fatores refletiam-se em nível da reestruturação do espaço, alterando em poucos anos e em distintos pontos da região a dinâmica populacional de vários municípios, com efeitos já bastante evidentes em nível rural e urbano.

4.4 A REESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO

Dentre as numerosas transformações decorrentes da implantação da lavoura cafeeira na Bahia, uma das mais evidentes é a que diz respeito às alterações demográfico-espaciais. Sendo o café historicamente uma atividade por excelência urbanizadora, não poderia deixar de efetivar na Bahia uma trajetória já conhecida e realizada em épocas passadas em outros Estados. Porém esse processo de urbanização encerrava uma gama de variáveis extremamente complexas, que levam inclusive à discussão sobre os próprios conceitos do urbano e do rural que, não raro, tornam-se rígidos e insuficientes para a plena percepção da realidade.

A entrada dinâmica da lavoura cafeeira na Bahia, modificando em poucos anos todo um conjunto de aspectos que compunham a estrutura econômica e social de diversos municípios, deixou sinais bastante evidentes de como se desenvolveu a remodelação do espaço.

O surgimento de diversos núcleos, a consolidação e o crescimento de outros, bem como a reversão do processo de declínio que alguns experimentavam, são os elementos mais visíveis dessas mudanças. Na região cafeeira do Planalto da Conquista (municípios de Vitória da Conquista e Barra do Choça), essas transformações foram bastantes evidentes, entre os anos 1970 e 1980. No município de Vitória da Conquista, as modificações deram-se, inicialmente, em termos da distribuição espacial da sua população. Assim, o distrito de Inhobim, localizado no centro da expansão cafeeira, mais do que dobrou a sua população, e José Gonçalves, situado em área não cafeeira, teve decréscimo populacional.

A sede do distrito de Inhobim cresceu invertendo um longo declínio populacional que minou a relativa importância que possuía em termos locais; próximo à sede, surgiu o povoado de Abelhas, e as localidades de Capinal e Limeira, que se encontravam na segunda grande concentração cafeeira do município, tornaram-se pontos de aglutinação populacional, de maneira crescente (BARRETO, 1982).

Em Barra do Choça, ocorreram casos semelhantes. Surgiu próximo à sede do município, numa das regiões de maior densidade de cafeeiros, o povoado de Cafezal, no início

da década de 1970. Ao norte do município, perto de uma grande área produtora, a do Gaviãozinho, nasceu também, a partir do café, um outro povoado denominado Sítio dos Mártires; ao sul, o povoado de Barra Nova, que, em 1970, não passava de um pequeno conjunto de casas espalhadas (BARRETO, 1982). É, no entanto, nas sedes do município onde o impacto mostrava-se mais evidente, particularmente em Barra do Choça, que, além do grande crescimento populacional experimentado, passava a adquirir funções tipicamente urbanas, aprofundando a divisão do trabalho entre cidade e campo. O desenvolvimento do comércio, o estabelecimento de agências bancárias e o aceleração do ritmo das construções demonstravam esse dinamismo.

Cabe ressaltar que, quando se aponta o crescimento dos diversos aglomerados, urbanos ou rurais, após o café, não se está obviamente destacando o aspecto quantitativo da população, pois este, muitas vezes, é insignificante na sua dimensão absoluta. O que se busca ressaltar principalmente são os aspectos dinâmicos, as transformações que ocorreram quanto às funções que os núcleos desempenham. A sede do município de Vitória da Conquista já apresentava um incremento populacional crescente, nas últimas décadas, e tinha fortalecido a sua posição como polo centralizador de uma vasta região.

É óbvio, contudo, que as substanciais transformações que se deram na década de 1970 se devem, também, à implantação da lavoura cafeeira da região, tais como a intensificação e diversificação de suas atividades comerciais, o estabelecimento de numerosas agências bancárias, empresas agropecuárias e de prestação de serviços (FERRAZ, 2001). Mais do que o crescimento físico e populacional da cidade que já ocorria antes do café, o essencial foram as mudanças que acompanhavam esse crescimento, determinadas por outra dinâmica a partir da atividade cafeeira.

Essa redefinição de suas funções fortaleceu o peso regional que a cidade já possuía, centralizando ainda mais as atividades comerciais, financeiras e de serviços, direcionando os fluxos migratórios da região. A nova opção agrícola, ao lado da atividade tradicional que era pecuária, cristalizava uma série de projetos e empreendimentos orientados no sentido de prover toda a infraestrutura e os equipamentos exigidos pela agropecuária moderna.

Em toda a região do Planalto da Conquista, ocupada pelo café, somente a sede de Vitória da Conquista apresentava um grau de aprofundamento da divisão espacial do trabalho que a caracteriza como um núcleo tipicamente urbano, no qual a dinâmica da estrutura econômica decorre da hegemonia de funções nitidamente urbanas (FERRAZ, 2001). Nos

demais núcleos, conquanto alguns possuíam equipamentos e infraestrutura urbanos de algum significado, as opções de trabalho eram marcadamente rurais.

Observa-se que, em números absolutos, a população rural em Vitória da Conquista e Barra do Choça cresceu durante a década de 1970, conforme Tabela 6 e 7. Nos municípios de Vitória da Conquista e Barra do Choça, o aumento da população residente na zona urbana é crescente desde a década de 1970. Em números absolutos, no município de Vitória da Conquista, entre 1970 e 1991, há um acréscimo de 102.392 moradores na zona urbana. Para se ter um parâmetro da importância dessa informação, em 1991, somente nove municípios baianos possuíam mais de 100.000 habitantes²⁴.

No município de Barra do Choça, em números absolutos, entre 1970 e 1991, há um acréscimo de 15.864 moradores na zona urbana. De 1996 a 2000 o crescimento da população urbana no município de Vitória da Conquista foi de 10%, já no município de Barra do Choça foi de 12,6%. De 2000 a 2010 a população urbana, no município de Vitória da Conquista cresceu 22%, com redução de 13,5% na população rural, já no município de Barra do Choça o crescimento da população urbana foi 26,4%, com redução de 46,4% na população rural.

Tabela 6 - Crescimento populacional do município Vitória da Conquista de 1970 a 2010

Ano	População Rural	%	População Urbana	%	TOTAL
1970	41.569	32,5	85.959	67,5	127.528
1980	43.245	25,3	127.652	74,7	170.897
1991	36.740	16,3	188.351	83,7	225.091
1996	37.860	15,6	204.295	84,4	242.155
2000	37.155	14,1	225.430	85,9	262.585
2010	32.123	10,4	274.739	89,6	306.866

Fonte: IBGE (1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 1996, 2000).

De acordo com Barreto (1982), na sede do município de Vitória da Conquista, 75% dos chefes de família desempenhavam ocupações urbanas enquanto na sede do município de Barra do Choça a situação era inversa, em 1981.

²⁴ Dados censitários do IBGE.

Tabela 7 - Crescimento populacional do município Barra do Choça de 1970 a 2010

Ano	População Rural	%	População Urbana	%	TOTAL
1970	7.409	83,2	1.495	16,8	8.904
1980	14.148	68,7	6.355	31,3	20.503
1991	13.177	53,2	11.591	46,8	24.768
1996	23.517	56,6	15.731	43,4	39.248
2000	23.103	56,6	17.715	43,4	40.818
2010	12.385	35,6	22.403	64,4	34.788

Fonte: IBGE (1970, 1980, 1991, 1996, 2000, 2010).

Em Vitória da Conquista ocorria uma baixa percentagem dos que trabalham no campo, havendo predominância das atividades de pedreiros e comerciários, o que refletia a expressão da construção civil e do comércio na área. Na sede do município de Barra do Choça, embora tenha ocorrido o fortalecimento de suas funções urbanas após o café, 64% dos moradores estavam voltados para as atividades no campo, sendo que destes, 87% só no campo e 13% no campo e na cidade e dos que declararam trabalhar no campo, a maioria (31% do total de chefes de família) era exclusivamente de trabalhadores de café (BARRETO, 1982).

As possibilidades de empregos na cidade, a despeito do crescimento das construções e da ampliação do comércio e de alguns serviços, eram ainda limitadas, cabendo ao setor rural determinar a dinâmica do mercado de trabalho. O que consta, portanto, é que, a despeito da existência em alguns núcleos de funções que caracterizam o processo de urbanização, a estrutura das ocupações era denominada pelas atividades rurais. A dinamização e a remodelação do espaço, nos rastros da expansão cafeeira, não se caracterizavam apenas pelo crescimento ou pela aparição de novos aglomerados, mas, fundamentalmente, pelas mudanças ocorridas das funções que eles desempenhavam quando da fixação e orientação da força de trabalho.

Os movimentos simultâneos de saída dos pequenos produtores e posseiros da terra, a partir de sua valorização, de aglutinação da força de trabalho exigida pela lavoura de cafeeira, moldaram a nova organização do espaço. A sede do município de Barra do Choça, embora tenha sofrido o impacto das transformações em diversos níveis, não poderia ainda ser apontada como uma área de concentração de trabalhadores para o café. Existia uma forte tendência para isso, com a presença crescente de “boias-frias” nos bairros periféricos.

Apesar de o crescimento populacional dos municípios pertencentes à região do Planalto da Conquista ser derivado da implantação da lavoura cafeeira, numa relação direta, em Vitória da Conquista tal afirmação necessitaria de um grau de complexidade mais elevado. O ritmo de seu crescimento, que já caracterizava a cidade como polo de atração regional há décadas, foi obviamente intensificado a partir do café, mas isso não significa necessariamente na vinculação dos trabalhadores migrantes com essa atividade. Pode-se dizer que a lavoura cafeeira, pelo poder e pela necessidade mesmo de germinação que acarreta com relação a diversas ocupações (construção civil, comércio, etc.), ampliava as ocupações já existentes que, no caso específico, eram tipicamente urbanas (BARRETO, 1982).

Em qualquer desses municípios abordados, o que prevalece, no exame de sua evolução mais recente, é a constatação das evidentes transformações urbanas e rurais que expressam, no global, uma nova etapa do processo de urbanização na região, na esteira de uma atividade que tem como uma de suas características básicas a imposição de mudanças demográficas que refletem sua trajetória de ocupação, recriação e concentração do espaço.

4.5 POTENCIAL DE INDICAÇÃO GEOGRÁFICA

Segundo Dutra Neto (2011), na região do Planalto da Conquista, o café despulpado vem sendo aprimorado ao longo destes quarenta anos, no entanto as exigências do mercado internacional vêm obrigando os cafeicultores da região, através das entidades de representatividade, a disseminar novos conhecimentos buscando um aumento do volume de cafés de padrão internacional. É neste contexto que o programa de Indicação Geográfica (IG) pode ser uma ferramenta que permita valorizar e proteger as características do café produzido na região do Planalto da Conquista.

A certificação de indicação geográfica é obtida mediante registro no Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), com base na legislação em vigor (atos normativos 134/97 e 143/98 e resolução 075/2000). O produto pode ser certificado como Denominação de Origem (DO) ou como Indicação de Procedência (IP), ambas certificações similares às existentes em vários países, sobretudo na Europa. O selo IP certifica um produto de uma região que se tenha notabilizado como centro de produção de um determinado produto, já os certificados com o selo DO inclui todos os produtos cuja autenticidade e tipicidades se devam exclusiva ou essencialmente ao meio geográfico, incluídos aí fatores naturais (solo, clima) e/ou humanos

(tradição, cultura). É necessário que haja uma clara ligação estabelecida entre o produto, o território e o talento do homem (o saber-fazer).

A escolha deve ser definida mediante uma análise criteriosa da natureza do produto e de vários outros fatores. Ambas as certificações contemplam uma abordagem territorial, porém para a IP as exigências com relação à vinculação do produto com os fatores naturais e humanos são bem menores, acarretando a vantagem de se acelerar e simplificar o processo de concessão do selo. Tanto a DO como a IP constituem um poderoso instrumento de organização profissional do produtor rural, não sendo possível a utilização da sua marca por produtores de outras regiões. Entre os maiores benefícios da certificação de indicação geográfica está a melhoria acentuada do produto, estabelecendo sua diferenciação em relação a produtos similares. Além disso, a certificação agrega valor ao mesmo, facilita a inserção do produtor no mercado, protege o produto, fortalece as organizações dos produtores e, sobretudo, valoriza a região pela promoção e preservação da cultura e da identidade locais.

Para Dutra Neto (2011), a indicação de procedência do café despulpado do Planalto da Conquista deve contar com 11 municípios, 2000 propriedades, 1000 produtores e uma área de 700 mil hectares. Dutra Neto (2011) ainda ressalta que:

Na França já existe a marca Café da Bahia, entretanto os cafés dessa marca não são exportados diretamente pelos cafeicultores do Planalto da Conquista e sim por empresas nacionais e multinacionais que tem filiais em Vitória da Conquista, o que evidencia a necessidade de proteção da origem.

Conforme dados da SEAGRI (2011) os cafés da região do Planalto da Conquista são bem conceituados, sendo premiados em Concursos de Cafés Especiais dentro e fora do Estado devido às condições climáticas da região, temperatura amena de 21 graus aliado às chuvas finas que molham a terra, proporcionando um número de duas a quatro floradas, que em conjunto com uma tecnologia própria de nutrição de planta promovem a formação e síntese de compostos fenólicos, açúcares, ácidos clorogênicos e aromas agradáveis a uma lenta maturação dos grãos, que favorece uma colheita manual de grãos extremamente maduros escalonados em até quatro meses, oferecendo oportunidade de trabalho para vários trabalhadores rurais.

Por referir-se também aos aspectos culturais de produção, que incluem a obediência a padrões tradicionais e a características únicas de uma determinada região, a indicação geográfica se presta a angariar a confiança do público e oferecer opções às suas preferências individuais, contemplando, em sua essência, idéias como *know-how*, qualidade, extração controlada, além de outros fatores predominantemente subjetivos, tais como tradição, charme,

sofisticação e simpatia pessoal por uma determinada região ou país (BARROS; SOUZA, 2004).

Segundo Caldas (2003, p.27):

As denominações de origem são um meio eficaz para identificar e assegurar a qualidade de um produto elaborado num território com características específicas, homogêneas e bem demarcadas, com o objetivo de garantir a sua procedência e, o mais importante, para firmar a relação de confiança que se estabelece entre o consumidor e o produtor e o seu local de produção.

O projeto intitulado “*Caracterização do Potencial de Indicação Geográfica para os cafés do Planalto da Conquista – BA*”, coordenado pelo professor Claudionor Dutra Neto, foi aprovado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB) em 2011, demonstrando a importância da obtenção de outorga da Indicação Geográfica dos cafés da região. A adoção do IG será uma estratégia inovadora de produção e realização de negócios em toda a cadeia produtiva do café do Planalto da Conquista, valorizando a origem dos cafés produzidos e trazendo alternativas de lazer e turismo para pessoas que queiram conhecer os municípios inseridos no processo. O desafio de sensibilizar os produtores à adesão à marca IG poderá trazer a sustentabilidade da produção de café, agregando mais valor ao produto e reforçando seu papel no desenvolvimento dos municípios que integram a região produtora.

Neste capítulo, foram apresentadas as características da região do Planalto da Conquista, as modificações ocorridas com a introdução da cafeicultura na década de 1970 e a necessidade de valorização dos cafés produzidos na região com a busca da certificação de indicação geográfica. No próximo capítulo, serão analisados os reflexos socioeconômicos da cafeicultura nos municípios de Vitória da Conquista e Barra do Choça.

5 REFLEXOS SOCIOECONÔMICOS DA CAFEICULTURA NA REGIÃO DO PLANALTO DA CONQUISTA: UMA ANÁLISE NOS MUNICÍPIOS DE VITÓRIA DA CONQUISTA E BARRA DO CHOÇA

O município de Vitória da Conquista está a 503 km da capital do Estado e possui uma área de 3.405,58 km², distribuída em doze distritos. Limita-se com os municípios de Anagé, Belo Campo, Planalto, Cândido Sales, Itambé, Ribeirão do Largo, Encruzilhada e Barra do Choça. Vitória da Conquista é o terceiro município da Bahia, em relação a população estimada, em 2010, pelo IBGE (2010) de 306.866 habitantes, com renda *per capita* de R\$ 9.854,71 (nove mil oitocentos e cinquenta e quatro reais e setenta e um centavos), valor inferior ao PIB *per capita* do Estado da Bahia em 2010 (R\$ 11.232,00). Apresenta uma área plantada de café de 10.000 hectares, sendo o segundo município em área com café na região do Planalto da Conquista, conforme Tabela 5, página 58.

Segundo dados da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista (PMVC, 2011), a partir do final dos anos 1980, o município fortaleceu sua característica de polo de serviços. A educação, a rede de saúde e o comércio se expandiram atraindo a população dos municípios vizinhos. Paralelamente à expansão da lavoura cafeeira, um polo industrial passou a se formar em Vitória da Conquista, com a criação do Centro Industrial dos Ymborés na década de 1970. Atualmente o município conta com um comércio forte e muito dinâmico, abrangendo todo centro-sul da Bahia além do norte de Minas Gerais, contando com grande número de empresas, além de um Shopping Center de tamanho médio, o Conquista Sul, e de vários conjuntos comerciais, com lojas e salas de escritórios.

Ainda segundo dados da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista (2011), o município conta com um setor de saúde público e privado muito bem estruturado, o que já serviu de modelo de saúde pública para outros países. Vitória da Conquista também se destaca por possuir um setor educacional privilegiado, formado por excelentes escolas conveniadas com as grandes redes de ensino do país. Instituições públicas como Universidade Federal da Bahia (UFBA), Instituto Federal da Bahia (IFBA), Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), e privadas como Faculdade Independente do Nordeste (FAINOR), Faculdade de Ciências e Tecnologia (FTC), Instituto Juvêncio Terra (JTS), transformaram o município em um importante centro de educação superior.

Na economia, destacam-se setores, como o moveleiro, considerado o maior polo desta natureza no estado, e a construção civil. Na indústria, destacam-se a Zab, o Grupo Marinho de Andrade (Teiú e Revani), Coca-Cola, Dilly Calçados, Umbro, Kappa, BahiaFarma, Café

Maratá, dentre outras. Possui estação rodoviária, com linhas diárias para todas as cidades da região e principais cidades do país, além do Aeroporto Pedro Otacílio Figueiredo para aeronaves de médio porte com vôos diários para diversas cidades brasileiras.

O município de Barra do Choça está compreendido em uma área de 646,63 km², com altitude de 847 metros, em média. Sua sede fica a 27 km de Vitória da Conquista. Em 2010, a sua população era estimada pelo IBGE em 34.788 habitantes, apresenta uma renda *per capita* de R\$ 9.111,24, também abaixo da renda per capita do Estado da Bahia em 2010 (R\$ 11.232,00); sendo o município que apresenta a maior área cultivada com café no norte e nordeste brasileiro, com 18.000 hectares plantados, conforme Tabela 5, página 58. O município de Barra do Choça é considerado pela Empresa Baiana de Desenvolvimento Agropecuário (EBDA) como o principal produtor de café do estado, atingindo mais de 300 mil sacas por ano. São cerca de 1500 produtores rurais ligados a essa atividade.

Com relação aos aspectos comerciais, de acordo com o SEBRAE (2011), no município de Barra do Choça foram cadastradas 435 unidades empresariais, das quais 41 são do setor industrial, 122 empresas do setor comercial, cabendo ao setor de prestação de serviços a hegemonia na comunidade empresarial, com 272 unidades.

Segundo dados da Prefeitura Municipal de Barra do Choça (2011), no setor industrial, deve-se destacar a presença de unidades empresariais nos seguintes segmentos: produtos alimentícios (17), olaria (13) e carpintaria/marcenaria (07). No comércio, os ramos de açougue (17), cereais (13), materiais de construção/tintas (07), mercearia/supermercado (44), materiais elétrico-eletrônicos (07), respondem por 72,1% das unidades do setor. Na prestação de serviços, ressalta-se a importância dos ramos de bar e lanchonete (196), oficina de bicicletas (13), salão de beleza (25), que representam 86% do conjunto empresarial do setor.

A Tabela 8 demonstra os resultados dos municípios em relação ao índice de exclusão social, e, pelos resultados, verifica-se que o índice de emprego é muito baixo nos municípios, sendo que em Barra do Choça esse índice é ainda pior, abaixo de 0,035, demonstrando, assim, a baixa capacidade do município na geração de emprego para sua população. Quando se observa o índice de pobreza, verifica-se que em Barra do Choça este índice é ruim, bem inferior ao de Vitória da Conquista.

Em relação à desigualdade, verifica-se que Barra do Choça é que apresenta a maior desigualdade. Os resultados dos apresentados no “Ranking Social” nacional indicam que estes são municípios muito pobres e com alta exclusão social e considerados pobres.

Tabela 8 - Índice de exclusão social nos municípios de Vitória da Conquista e Barra do Choça (2010)

Município	Índice de Pobreza	Índice de Emprego	Índice de Desigualdade	Índice de Alfabetização	Índice de Escolaridade	Índice de Juventude	Índice de Violência	Índice de Exclusão	Posição no "Ranking" Social
Vitória da Conquista	0,440	0,129	0,105	0,757	0,456	0,631	0,953	0,459	2.392°
Barra do Choça	0,170	0,034	0,008	0,606	0,164	0,515	0,983	0,324	4.758°

Fonte: Pochmann et al. (2005).

Segundo levantamento da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), existe uma diferença significativa entre o município de Barra do Choça e o município de Vitória da Conquista tanto no aspecto econômico quanto no social, conforme Tabela 9.

Tabela 9 - Índice de desenvolvimento nos municípios de Vitória da Conquista e Barra do Choça (2010)

Índices	Vitória da Conquista	Ranking	Barra do Choça	Ranking
Desenvolvimento Econômico	5100,70	15	4962,91	369
Desenvolvimento Social	5157,98	4	4932,25	386
Infraestrutura	5081,46	42	4925,71	381
Produto Municipal	5131,75	7	5002,12	41
Qualificação de mão de obra	5089,02	22	4961,20	369
Renda média dos chefes de família	5270,99	11	4933,35	332
Nível de Educação	5089,27	32	4890,60	405
Nível de Saúde	5123,31	4	4977,67	277
Serviços Básicos	5150,16	19	4927,75	338

Fone: SEI (2010).

A arrecadação do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) no município de Barra do Choça de 2007 a 2009 teve uma evolução de 65,96%, já o município de Vitória da Conquista 30,43%, conforme Tabela 10. Essa evolução pode ser explicada com o crescimento da construção civil nos municípios, principalmente com a abertura de loteamentos em Vitória

da Conquista, responsável em grande parte pela atual configuração territorial conquistense (FERRAZ, 2001).

Tabela 10 - Receita com IPTU em Barra do Choça e Vitória da Conquista (R\$1,00)

Município	IPTU		
	2007	2008	2009
Barra do Choça	30.983,70	29.332,12	51.420,70
Vitória da Conquista	5.186.086,86	6.013.380,66	6.764.141,59

Fonte: SEI (2011).

A receita arrecadada com Imposto Sobre Serviço (ISS) nos municípios analisados apresentou uma evolução de 2007 a 2009, devido ao crescimento do setor de serviços nos dois municípios. Vitória da Conquista e Barra do Choça apresentaram uma evolução de aproximadamente 21% na arrecadação de ISS, conforme Tabela 11.

Tabela 11 - Receita com ISS em Barra do Choça e Vitória da Conquista (R\$1,00)

Município	ISS		
	2007	2008	2009
Barra do Choça	405.113,52	626.393,98	491.477,63
Vitória da Conquista	14.028.410,08	15.182.393,35	17.113.349,23

Fonte: SEI (2011).

A cota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) dos municípios analisados apresentou uma evolução entre 2007 e 2009 demonstrando um crescimento do comércio nos municípios. Vitória da Conquista cresceu de 2007 a 2009 em 37,24% e em Barra do Choça, a evolução foi de 80,59%, conforme Tabela 12. Em relação ao ICMS de Barra do Choça 2008 não foram localizadas informações.

Tabela 12 - Cota parte do ICMS em Barra do Choça e Vitória da Conquista (R\$1,00)

Município	ICMS		
	2007	2008	2009
Barra do Choça	2.188.012,31	-	3.951.291,72
Vitória da Conquista	21.106.427,00	27.657.524,33	28.966.639,42

Fonte: SEI (2011).

A cota do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) do município de Vitória Conquista apresentou uma evolução a partir de 2007 decorrente do acréscimo populacional, enquanto a Barra do Choça permaneceu estagnada, conforme Tabela 13. A explicação para

estagnação do FPM de Barra do Choça pode estar na variação populacional ao longo da década, já que o censo de 2010 apresentou uma redução na população de Barra do Choça de 40.818 em 2000 para 34.788 em 2010. Em relação ao FPM de Barra do Choça 2008 não foram localizadas informações.

Tabela 13 - Cota parte do FPM em Barra do Choça e Vitória da Conquista (R\$1,00)

Município	FPM		
	2007	2008	2009
Barra do Choça	11.966.808,89	-	11.711.486,17
Vitória da Conquista	41.092.547,00	53.926.090,46	47.569.982,82

Fonte: SEI (2011).

Na Tabela 14, observa-se uma grande concentração de pessoal ocupado no setor de agropecuária e extrativa vegetal em Barra do Choça, decorrente da importância da lavoura cafeeira no município, o que corresponde a 38% do total de pessoal ocupado em 2010. Já na administração pública, observa-se também um contingente considerável. Em relação à construção civil, o setor absorveu uma pequena parte do mercado formal. O pessoal ocupado no setor de comércio apresentou um crescimento no período, de 5% em 2005 para 8% em 2007. É importante ressaltar que muitos produtores de café ainda contratam trabalhadores sem as garantias formais de trabalho.

Tabela 14 - Pessoal ocupado no mercado formal e trabalho, por setor de atividade econômica, no município de Barra do Choça – 2005 - 2007

Município	Barra do Choça		
	2005	2006	2007
Extrativa mineral	-	-	-
Indústria de Transformação	34	43	43
Serviços Industriais de utilidade pública	-	-	-
Construção Civil	-	-	7
Comércio	98	148	148
Serviços	231	246	264
Administração Pública	766	810	706
Agropecuária, extrativa vegetal, caça e pesca	700	654	728

Fonte: RAIS (MTE, 2007).

Na Tabela 15, observa-se uma grande concentração de pessoal ocupado no setor terciário no município de Vitória da Conquista, decorrente do crescimento do setor nos últimos anos.

Tabela 15 - Pessoal ocupado no mercado formal e trabalho, por setor de atividade econômica, no município de Vitória da Conquista no Estado da Bahia – 2005 - 2007

Município	Vitória da Conquista		
	2005	2006	2007
Extrativa mineral	100	116	166
Indústria de Transformação	5.310	5.982	6.566
Serviços Industriais de utilidade pública	127	138	155
Construção Civil	1.484	1.743	1.529
Comércio	10.552	11.561	12.451
Serviços	11.692	12.580	13.718
Administração Pública	8.011	7.905	8.233
Agropecuária, extrativa vegetal, caça e pesca	1.102	1.248	1.427

Fonte: RAIS (MTE, 2007).

5.1 A IMPORTÂNCIA DO CAFÉ PARA OS MUNICÍPIOS DE VITÓRIA DA CONQUISTA E BARRA DO CHOÇA

Os municípios que compõem a região do Planalto da Conquista produziram em 2010 29.431 toneladas de café, já os municípios estudados neste trabalho contribuíram com 22.800 toneladas, que correspondem a 77% da produção total de café cultivado no Planalto da Conquista, conforme Tabela 16.

O município de Barra do Choça produziu em 2010 o correspondente a 16.200 toneladas, representando 55% da produção da região do Planalto da Conquista, já o município de Vitória da Conquista produziu 6.600 toneladas, o que representou 22% da produção da região, enquanto os 10 municípios restantes que compõem a região do Planalto da Conquista representaram apenas 33% da quantidade produzida no ano de 2010.

Em virtude da importância da cafeicultura na região do Planalto da Conquista, o município de Vitória da Conquista conta com a presença de grandes empresas exportadoras de café, tais como: Brandão Filhos S/A Com. Ind. e Lavoura, EISA - Empresa Interagrícola S/A, *Green Flowers Coffee* SRL Comércio, Importação e Exportação de Café Ltda., Indústrias Alimentícias Maratá Ltda., *Stockler* Coml. e Exportadora Ltda., Tristão Companhia de Comércio Exterior, Unicafé Cia. de Comércio Exterior Ltda., Volcafé Ltda., Marcellino Martins & E. Johnston Exportadores Ltda., *Outspan* Brasil Imp. e Exp. Ltda., Sara Lee Café Brasil, Três Corações e J R Comércio e Exportação de Café Ltda.

Além de grandes empresas exportadoras de café situadas em Vitória da Conquista, transformando o município em um grande centro de comercialização do produto, foi iniciado, no primeiro semestre de 2010, o curso de Pós-Graduação, Lato Sensu, em Gestão da Cadeia Produtiva do Café, da Uesb, com objetivo de promover atividades relacionadas à produção do café, baseado em modelos da cafeicultura sustentável.

Tabela 16 - Quantidade produzida de café nos municípios do Planalto da Conquista em 2010

Município	Em Toneladas	%
Barra do Choça	16.200	55,04
Vitória da Conquista	6.600	22,43
Encruzilhada	3.000	10,19
Ribeirão do Largo	1500	5,10
Planalto	840	2,85
Poções	648	2,20
Itambé	240	0,82
Nova Canaã	140	0,48
Boa Nova	115	0,39
Iguaí	50	0,17
Caatiba	78	0,27
Dario Meira	20	0,07
Total	29.431	100

Fonte: IBGE (2010).

De acordo com Dutra Neto (2007), a receita promovida com a atividade da cafeicultura para esses municípios é extremamente importante e significativa, pois, na média entre os anos de 2000 a 2003, o café representou 54,42% das receitas das culturas plantadas nos municípios. Ainda de acordo com Dutra Neto (2007), a receita, em média, foi de R\$ 42.583.000,00 (quarenta e dois milhões, quinhentos e oitenta e três mil reais), de uma receita total de R\$ 78.252.000,00 (setenta e oito milhões e duzentos e cinquenta e dois mil reais), que representa 45,58% das receitas promovidas por todas as outras culturas plantadas.

O município de Barra do Choça foi o que apresentou a maior participação com café, pois essa cultura promoveu uma receita de R\$ 25.426.250,00 (vinte e cinco milhões e quatrocentos e vinte e seis mil e duzentos e cinquenta reais), correspondendo a 78,17% do

total municipal, que é de R\$ 32.524.750,00 (trinta e dois milhões, quinhentos e vinte e quatro mil e setecentos e cinquenta reais) produzida pelas plantas cultivadas no município.

O município de Vitória da Conquista apresentou entre os anos de 2000 a 2003, uma receita de R\$ 11.632.500,00 (onze milhões seiscentos e trinta e dois mil e quinhentos reais), promovida pela cafeicultura de um total de R\$ 45.727.750,00 (quarenta e cinco milhões e setecentos e vinte e sete mil e setecentos e cinquenta reais), realizado pelas culturas no município (DUTRA NETO, 2007).

A receita promovida com a cafeicultura para esses municípios, em 2010, totalizou o valor de R\$ 80,5 milhões, conforme Tabela 17. O valor da produção de café dos municípios estudados, na média de 2006 a 2010, foi de R\$ 98,5 milhões, sendo parte desses reinvestidos na própria cafeicultura e outra parte são destinadas ao consumo e outros investimentos. O município de Barra do Choça é que apresenta maior arrecadação com a cafeicultura, com média de 2006 a 2010 no valor de R\$ 71,4 milhões e o município de Vitória da Conquista com média de R\$ 27,1 milhões.

Tabela 17 - Valor da produção de café nos municípios de Vitória da Conquista e Barra do Choça (Em mil reais)

Município	2006	2007	2008	2009	2010
Barra do Choça	73.416	75.514	78.159	73.416	56.700
Vitória da Conquista	25.920	26.640	26.856	32.400	23.760
Total	99.336	102.154	105.015	105.816	80.460

Fonte: IBGE (2010).

Outro fato importante foi a valorização das terras do Planalto da Conquista como um fator suplementar que estimulou o crescimento dessa cultura em outras regiões da Bahia, como por exemplo a Chapada Diamantina.

Em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) dos municípios analisados, Vitória da Conquista possui um valor superior ao de Barra do Choça em 1.094,06%, com base em 2009, conforme Tabela 18. Em relação à composição do PIB de 2009, Vitória da Conquista concentrou 12,7% na indústria e 70% em serviços e apenas 3,4% no setor de agropecuária, sendo a cafeicultura responsável por 30% na participação do setor e 1,03% na participação do PIB, enquanto Barra do Choça concentrou 4% na indústria e 37,5% em serviços, 56% no setor de agropecuária, sendo a cafeicultura responsável por 45% na participação do setor e 20,62% na participação do PIB municipal.

Observa-se na Tabela 18 uma redução da participação da agropecuária na composição do PIB dos municípios; em 2006, a participação do setor no PIB de Vitória da Conquista era de 3,94% caindo para 3,42% em 2009, já em Barra do Choça, em 2006, a participação do setor no PIB era de 61,87% caindo para 56% em 2009. Em contrapartida, a participação do comércio na composição do PIB cresceu de 2006 a 2009, em Vitória da Conquista; em 2006, o comércio representou 68% do PIB crescendo para 70,78% em 2009. Já no município de Barra do Choça, em 2006, o comércio representou 32% do PIB crescendo para 37,5% em 2009.

Tabela 18 - PIB dos municípios de Vitória da Conquista e Barra do Choça (Em mil reais)

Valor Bruto Adicionado	Vitória da Conquista				Barra do Choça			
	2006	2007	2008	2009	2006	2007	2008	2009
Agropecuária	78.971	92.936	92.995	107.623	154.262	165.33	165.782	162.127
Indústria	221.955	251.007	304.645	399.301	9.470	8.358	9.696	11.642
Comércio	1.369.485	1.673.054	1.868.957	2.224.319	79.838	84.168	93.422	107.745
Impostos	332.676	346.429	383.653	411.434	5.768	5.734	6.141	5.736
Total	2.003.087	2.363.426	2.650.249	3.142.677	249.339	263.593	275.041	287.250

Fonte: IBGE (2006, 2007, 2008, 2009).

Em relação aos principais produtos exportados do município de Vitória da Conquista, o café beneficiado é o principal produto com 94,42% da pauta de exportações em 2010 e 95,25% em 2011, conforme Tabela 19. Vale ressaltar que apesar de o café representar o principal produto de exportação do município, a maior parte do produto exportado provém de vários municípios que integram a região do Planalto da Conquista, e de municípios de outras regiões produtoras, que vendem seu produto as empresas exportadoras localizadas em Vitória da Conquista, tornando-se o principal centro de comercialização do produto.

Apesar da origem de grande parte do café exportado não ser do município de Vitória da Conquista, a representatividade do produto nas exportações do município reforça a importância do mesmo na atração de divisas, estimulando novos investimentos no setor.

Os principais países de destino são Alemanha e Estados Unidos, já o principal Bloco Econômico de destino das exportações é a União Européia, segundo dados da OIC (2010). Em relação ao município de Barra do Choça, não houve registros de exportação de produtos, devido à proximidade de Vitória da Conquista, o principal centro de compra e venda de café, pois os produtores se deslocam para vender sua produção para empresas de torrefação e

exportação. Essa proximidade com Vitória da Conquista tem atraído o interesse de grandes exportadoras de compra de café beneficiado, como citadas nas páginas 85.

Tabela 19 - Principais produtos exportados do município de Vitória da Conquista

Principais Produtos	2010(Jan./Nov.)			2011(Jan./Nov.)			Var %
	US\$ F.O.B	Part. %	Kg Líquido	US\$ F.O.B	Part. %	Kg Líquido	
Café beneficiado	67.755.984	94,42	21.944.760	103.882.874	95,25	21.672.900	53,32
Calçados	2.304.517	3,21	114.704	3.235.767	2,97	146.212	40,41
Camisas de malha	13.161	0,02	200	539.883	0,50	6.242	-

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC, 2011).

Observando a Tabela 20, percebe-se uma evolução na liberação de crédito rural para o município de Vitória da Conquista; em 2004, foram liberados 3 milhões, elevando esse valor a cada ano e alcançando em 2007, o valor de 4,9 milhões. Entretanto, ocorreu uma redução com o número de contratos, que em 2004 foi de 661, passando em 2007 para 419 contratos.

Tabela 20 - Financiamentos concedidos a produtores e cooperativas no município de Vitória da Conquista

Atividade	Comercialização		Custeio		Investimento		Total	
	Contratos	Valor	Contratos	Valor	Contratos	Valor	Contratos	Valor
2004								
Agrícola	2	73.137,60	394	2.201.479,02	265	731.045,88	661	3.005.662,50
2005								
Agrícola	5	2.317.056,52	346	2.522.855,60	150	726.802,53	501	5.566.714,65
2006								
Agrícola	4	165.347,11	170	3.033.767,38	266	1.105.605,20	440	4.304.719,69
2007								
Agrícola	-	0,00	186	3.814.915,28	233	1.134.524,63	419	4.949.439,91

Fonte: Banco Central do Brasil (BACEN, 2011).

Observando a Tabela 21, percebe-se uma evolução na liberação de crédito rural para o município de Barra do Choça; em 2004, foram liberados 2,2 milhões, elevando esse valor a cada ano e alcançando em 2007, o valor de 3,6 milhões, esse fato também ocorreu com o número de contratos, que em 2004 foi de 174, passando em 2007 para 214 contratos.

Tabela 21 - Financiamentos concedidos a produtores e cooperativas no município de Barra do Choça

Atividade	Comercialização		Custeio		Investimento		Total	
	Contratos	Valor	Contratos	Valor	Contratos	Valor	Contratos	Valor
2004								
Agrícola	-	0,00	145	1.699.061,35	29	583.528,36	174	2.282.589,71
2005								
Agrícola	-	0,00	86	2.231.618,31	28	150.663,13	114	2.382.281,44
2006								
Agrícola	-	0,00	95	2.974.678,17	234	638.374,09	329	3.613.052,26
2007								
Agrícola	-	0,00	127	3.549.477,10	87	1.072.224,31	214	4.621.701,41

Fonte: Banco Central do Brasil (BACEN, 2011).

5.2 PLANALTO DA CONQUISTA: UM NOVO CENÁRIO COM O PLANO DE RENOVAÇÃO E REVIGORAMENTO DE CAFEZAIS

A política de modernização da cafeicultura brasileira iniciou-se ainda na década de 60, com o objetivo de erradicar os cafeeiros de baixa produtividade. Essa foi uma década de superprodução, obtida por meio da expansão da área cultivada. O lema adotado na ocasião era “Renovar para Salvar”, uma política de desestímulo ao plantio de novos cafezais em zonas antigas, simultâneo ao incentivo para sua expansão em áreas de maior produtividade e que proporcionasse um café de melhor qualidade. Em 1969, com a ocorrência de uma forte geada, agregou-se outro objetivo à produção cafeeira nacional: impedir que oscilações tão bruscas comprometessem a exportação e, como consequência, a entrada de divisas.

O financiamento concedido pelo PRRC aos produtores envolvia as seguintes finalidades: plantio, formação de mudas, poda, compra de fertilizantes, defensivos químicos e equipamentos, e, por fim, custear as despesas com infraestrutura. Para Ortega (2005), o PRRC visava a elevação da produção do café e de sua produtividade, através da implantação de cultivos racionais em áreas climaticamente favoráveis, com menor propensão a geadas. No Estado de Minas Gerais, a Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, área de cerrado, foi a mais beneficiada com os recursos do PRRC, intensificando-se a expansão da cafeicultura numa região pouco tradicional da cultura, mas que possuía um clima e altitudes bastante favoráveis.

A região do Planalto da Conquista passou por fases de desenvolvimento que marcaram sua história. Por muito tempo a região teve suas atividades alicerçadas na pecuária extensiva de bovinos e na agricultura de subsistência, baseada no trabalho familiar. O primeiro vetor importante foi à construção da BR-116 (conhecida como Rio - Bahia), inaugurada em 1962, a qual trouxe grandes transformações na estrutura social e econômica, transformando a cidade em um entreposto comercial e de serviço. A construção da BR-116 proporcionou à cidade um crescimento populacional significativo. Em 1960, apresentava uma população de 80.113 habitantes e, em 1970, passou para uma população com 127.528 habitantes, um crescimento nesse período de 59,19%. No início dos anos 1970, ocorreu o segundo vetor, com a introdução do polo cafeeiro na região do Planalto da Conquista, período em que o governo federal implementou o PRRC, sendo os municípios de Barra do Choça e Vitória da Conquista os mais beneficiados com recursos e obras de infraestrutura para dar suporte à produção cafeeira. O terceiro vetor de transformação ocorreu na região com a implantação de um polo educacional, que juntamente com a área de serviços, aumentou substancialmente a dinâmica econômica e social, principalmente no município de Vitória da Conquista (DUTRA NETO, 2007).

Com a implantação do PRRC, os municípios de Barra do Choça e Vitória da Conquista sofreram mudanças no meio rural e urbano, redefinindo o espaço e os deslocamentos populacionais, delineando um novo panorama no meio rural. Uma mudança significativa diz respeito às alterações demográficas, conforme Tabela 22. De acordo com a Tabela, o crescimento demográfico no município de Vitória da Conquista, de 1970 a 2010 foi de 144,37% com grande crescimento da urbanização entre 1970 a 1991, e um crescimento mais moderado a partir de 1991; já o município de Barra do Choça, de 1970 a 2010 esse crescimento foi de 290,7% com grande crescimento da urbanização entre 1970 a 1991, e um crescimento mais moderado de 1991 a 2000, voltando a crescer consideravelmente entre 2000 e 2010. É importante salientar a redução da população no município de Barra do Choça entre 2000 e 2010, em decorrência da redução da população rural do município conforme Tabela 7, página 76. A cafeicultura proporcionou aos municípios estudados a migração de pessoas que vieram em busca de um futuro melhor com a cultura do café, pois a atividade atraiu um grande contingente populacional para a região com interesse de trabalhar e ou plantar café na região na década de 1970. Além do processo migratório ocorrido pela busca de novas perspectivas proporcionado pela implantação da cafeicultura, também ocorreram outros fatores que mudaram os rumos no processo de desenvolvimento da região em estudo.

Tabela 22 - População residente e grau de urbanização – Vitória da Conquista e Barra da Choça (1970-2010)

Ano	Vitória da Conquista		Barra do Choça	
	Total	Urbanização%	Total	Urbanização%
1970	125.573	67,2	8.904	16,8
1980	170.624	74,7	20.503	31,3
1991	224.896	83,7	24.768	46,8
1996	242.155	84,4	39.248	43,4
2000	262.585	85,8	40.818	43,4
2010	306.866	89,5	34.788	64,4

Fonte: IBGE (1970, 1980, 1991, 1996, 2000, 2010).

Segundo Dutra Neto (2007), com a implantação da cafeicultura grandes transformações ocorreram na região, tais como: quilômetros de redes elétricas para a área rural; estradas interligando toda a zona cafeeira, municípios, distritos, vilas, a propriedades rurais, sendo partes asfaltadas e parte cascalhada; financiamentos para caminhões; tratores; implementos; compra de terras; implantação de lavouras; custeio de manutenção; galpões; terreiros, na ordem de mais de 2,84 bilhões de reais, os quais viabilizaram investimentos durante o período de 1972 a 1983. Dutra Neto (2007) ainda destaca que funcionários do antigo IBC, juntamente com revendedores de máquinas e implementos, agentes financeiros, cooperativa e lideranças da região fizeram um levantamento dos dados, onde demonstraram o quanto o negócio café proporcionou um novo cenário para essa região.

Os dados indicam que foram construídos mais de 1.000 quilômetros de estradas, partes asfaltadas e partes em cascalhos, interligando os municípios, distritos, vilas e regiões produtoras, como também a construção de mais de 800 quilômetros de redes elétricas de alta tensão, por toda a zona produtora de café, além disso, foram financiados mais de 500 tratores, máquinas e equipamentos, mais de 300 caminhões, infraestruturas para as propriedades rurais, para os municípios e distritos. Uma nova mentalidade empresarial foi instalada na região, foram trazidas tecnologias, até então desconhecidas pelos produtores, instalados escritórios de assistência técnica e campo experimental de pesquisa em café, com toda uma equipe técnica (Engenheiros Agrônomos e Técnicos Agrícolas).

A região não tinha nenhuma tradição de produção agrícola, existia nas propriedades uma exploração primitiva de subsistência, se falavam que antes do café só havia dois tratores agrícolas em toda a região, o café foi uma verdadeira revolução para os municípios produtores, foi através do café que veio a riqueza, emprego, renda,

tecnologias, insumos agrícolas e uma nova vida para toda essa região. (NERY, 2007 apud DUTRA NETO, 2007, p. 254).

Segundo Dutra Neto (2009), foram instalados mais de 17 empresas exportadoras de café, movimentado o agronegócio café e mudando os rumos do desenvolvimento dos municípios. Contudo, Vitória da Conquista decorrente da sua infraestrutura atraiu os maiores investimentos, sejam eles na instalação de novos escritórios, empresas de insumos, revendas de tratores e caminhões, além dos agentes financeiros, alavancando sensivelmente o cenário econômico e social desse município.

5.3 CAFEICULTURA COMO ATIVIDADE GERADORA DE EMPREGO E RENDA

A atividade do agronegócio café é geradora de grande quantidade de empregos no mundo. Segundo a OIC (2011), estima-se que essa atividade emprega mais de 20 milhões de pessoas. No Brasil, segundo ABIC (2011), o café gera 3,5 milhões de empregos diretos, atuando também como elemento de fixação do trabalhador no campo. Na Bahia, segundo Dutra Neto (2007), o café deve gerar mais de 100 mil empregos²⁵ diretos. De acordo com pesquisa realizada nos municípios de Barra do Choça e Vitória da Conquista, Dutra Neto (2007) observou que tanto o produtor, 96,54%, quanto o trabalhador, 99,62%, afirmam que essa atividade é importante na geração de emprego para os municípios.

Em relação ao tamanho da propriedade, Dutra Neto (2007) verificou que 70,00% das propriedades rurais dos municípios apresentam área inferior a 20 hectares, as médias propriedades com áreas de 20 a 50 hectares aparecem com 19,62% e as grandes, consideradas acima de 50 hectares, somam 10,39%. Ainda de acordo com Dutra Neto (2007), nos municípios estudados, as características das propriedades são de pequenas e médias propriedades, pois somente 4,23% têm áreas acima de 201 hectares, e, somente 1,92% com área acima de 501 hectares. A maioria das propriedades tem área de até 5 hectares, essas representam 36,15% das propriedades, o que demonstra a importância da atividade como fixadora do homem no campo, evitando o êxodo rural. Avaliando a relação do tamanho da propriedade e fixação do homem no campo, percebe-se qual é a importância social para os pequenos produtores, já que a grande maioria reside em suas propriedades. Outro dado importante destacado por Dutra Neto (2007) é referente à prática da monocultura nas

²⁵ Estima-se que na atividade do agronegócio café são gerados 1 emprego para cada hectare cultivado (CONAB, 2005).

propriedades, na média geral das propriedades 77,69% não têm outra atividade produtiva. Os pequenos produtores, apresentam com 92% dentro dessa categoria, os médios, com 43% e os grandes, com 44%. Com isso, aponta-se um grande problema na geração de renda para os produtores, pois a monocultura passa ser a principal atividade nas propriedades rurais desses municípios, e isso pode levar a grandes dificuldades financeiras e na renda do produtor, principalmente quando a atividade da monocultura estiver em crise de preços.

Observa-se na Tabela 23, construída a partir dos dados de Dutra Neto (2007), quanto o café representa na renda do produtor nos municípios de Vitória da Conquista e Barra do Choça; aqueles que têm sua renda acima de 71% com café, representa 48,46%, e aqueles que têm o café representando na sua renda até 30%, correspondem a 13,85% dos produtores. Observa-se que os médios e grandes produtores têm na sua renda uma participação do café, respectivamente 66% e 70%. Produtores que têm na sua renda o café representando mais de 61% de participação, somam 57,31%.

Tabela 23 - Quanto o café representa na renda do produtor nos municípios de Barra do Choça e Vitória da Conquista

Participação na renda	GP	%	MP	%	PP	%	TOTAL	%
De 0% a 30%	1	4	3	6	32	18	36	13,85
De 31% a 60%	5	19	9	18	61	34	75	28,85
De 61% a 70%	2	7	5	10	16	9	23	8,85
De 71% a 90%	7	26	17	33	36	20	60	23,8
De 91% a 100%	12	44	17	33	37	20	66	25,38

Fonte: Dutra Neto (2007).

Em relação à cafeicultura e combate à pobreza, conforme Tabela 24, 95,38% dos produtores e 98,46% dos trabalhadores dos municípios consideram a cultura do café importante no combate à pobreza. Isso mostra a sensibilidade da população envolvida na atividade do café, de como essa cultura contribui para minimizar os problemas, na geração de renda e emprego numa região que tem poucas alternativas de trabalho.

O café é uma das principais fontes de renda na área rural dessa região, assim percebe-se que, apesar das populações no campo apresentarem baixa renda, essas mesmas populações conseguem perceber o quanto a atividade contribui para minimizar a pobreza no campo. Talvez por essa razão a unanimidade, tanto dos produtores quanto dos trabalhadores, de como essa atividade é importante no combate à pobreza nesses municípios. Vale ressaltar que as

formas de remuneração usuais – seja o pagamento por produção, na colheita, ou por empreitada, no plantio, capina etc. – dão ao trabalhador o estritamente necessário a sua sobrevivência. A condição de assalariamento temporário serve de escudo e justificativa (em alguns aspectos, com fundamento "legal") para o descompromisso patronal com os mínimos direitos sociais do trabalhador.

Tabela 24 - O café é uma cultura importante no combate a pobreza nos municípios de Barra do Choça e Vitória da Conquista

Produtor	GP	%	MP	%	PP	%	TOTAL	%
Sim	26	96	49	96	173	95	248	95,38
Não	1	4	2		9	5	12	4,62
Trabalhador	ENC	%	V/C	%	B/C	%	TOTAL	%
Sim	29	93,55	65	100,00	162	98,78	256	98,46
Não	2	6,45	-	-	2	1,22	4	1,54

Fonte: Dutra Neto (2007).

Quanto à melhoria de vida das pessoas envolvidas na atividade do café nos municípios pesquisados, 97,31% dos produtores e 86,54% dos trabalhadores acreditam que a cultura do café proporcionou essa melhoria em suas vidas conforme Tabela 25. Observando os resultados dos produtores, 100% dos grandes, 98% dos médios e 97% dos pequenos responderam que o café contribuiu para a melhoria de suas vidas.

Tabela 25 - A lavoura de café contribuiu para melhoria de vida dos produtores e trabalhadores nos municípios de Barra do Choça e Vitória da Conquista

Produtor	GP	%	MP	%	PP	%	TOTAL	%
Sim	27	100	50	98	176	97	253	97,31
Não	-	-	1	2	6	3	7	2,69
Trabalhador	ENC	%	V/C	%	B/C	%	TOTAL	%
Sim	19	61,29	61	93,85	145	88,41	225	86,54
Não	12	38,71	4	6,15	18	10,98	34	13,08
Não responderam	-	-	-	-	1	0,61	1	0,38

Fonte: Dutra Neto (2007).

A satisfação pessoal e a busca da melhoria da qualidade de vida são pontos importantes de uma atividade produtiva, pois em muitos casos, como exemplo das culturas que empregam máquinas de alta tecnologia, muitas das vezes promovem alta rentabilidade

para uma região, mas não conseguem promover o bem-estar das populações, isso porque o desenvolvimento é promovido pela automação e a baixa utilização de mão de obra local. Assim, muitas vezes são culturas rentáveis, mas de baixa capacidade de distribuição de renda. Talvez pelo motivo da cafeicultura ser uma grande utilizadora de mão de obra, passa a ser uma grande fornecedora de renda para a região, além de promover rentabilidade para os proprietários de terras.

5.4 EXCLUSÃO SOCIAL E POBREZA NAS ÁREAS RURAIS DOS MUNICÍPIOS DE VITÓRIA DA CONQUISTA E BARRA DO CHOÇA

A desigualdade social no Brasil tem sido percebida nas últimas décadas, não como herança pré-moderna, mas sim como decorrência do efetivo processo de modernização que tomou o país a partir do início do século XIX. Junto com o próprio desenvolvimento econômico, principalmente no século XX, cresceu também a miséria, as disparidades sociais (educação, renda, saúde, etc.) a flagrante concentração de renda, o desemprego, a fome que atinge milhões de brasileiros, a desnutrição, a mortalidade infantil, a baixa escolaridade, a violência. Apesar de, no século XXI, as desigualdades sociais começarem a declinar no Brasil, a velocidade das mudanças leva a crer que o país necessitará de muito tempo para atingir os padrões dos países desenvolvidos.

Segundo Pochmann e outros autores (2005),

As regiões Norte e Nordeste apresentam o indicador da velha exclusão, caracterizada pela ausência ou carência de escolaridade e baixa densidade populacional, enquanto as regiões Sul e Sudeste apresentam outro tipo de exclusão que é a violência e onde a melhor escolaridade não significa a garantia de emprego.

Ainda com Pochmann e outros autores (2005), o Estado da Bahia possui a maior quantidade de municípios com piores índices de exclusão. Pochmann e outros autores (2005) ainda destacam o papel da educação como a mais importante dimensão da exclusão social, pois funciona como um vetor para as demais dimensões das desigualdades.

Nos municípios de Barra do Choça e Vitória da Conquista, nas áreas de plantação de café, ainda persiste um nível de pobreza muito grande. Os dados da SEAGRI (2011) informam que as moradias na sua maioria são pequenas, de aproximadamente 25 metros quadrados, com um quarto, sala e cozinha, sem estrutura. No entanto, também foram encontradas pessoas que apresentam boas moradias e com nível social bom.

A maioria das pessoas envolvidas na atividade se considera pobres, o que é real e caracteriza bem o campo desses municípios. Os municípios estudados apresentam um alto índice de exclusão e pobreza, sendo que o município de Barra do Choça é o que está em piores condições, mas o município de Vitória da Conquista, apesar de apresentar índices pouco melhores, a zona rural apresenta condição bem igual aos outros municípios.

Em relação ao grau de instrução dos produtores e trabalhadores envolvidos na cafeicultura nos municípios pesquisados, conforme Tabela 26, revelou-se que 19,2% são analfabetos, sendo que os produtores apresentam-se com 16,54% e os trabalhadores com 21,92%. Dentro da categoria dos produtores, os pequenos são os que apresentam os maiores índices de analfabetismo, 21%. Observando os resultados apresentados pelos trabalhadores, verifica-se que não ocorre nenhuma frequência de nível superior completo e incompleto e 2,69% de pessoas que tem o ensino médio (científico) completo ou incompleto.

Dentro desse contexto, é importante ressaltar que a educação, a forma de capital humano mais facilmente mensurável, é um ativo, da mesma forma que a terra e outras formas de riqueza. Nos mercados globais atuais, ela é um ativo escasso e pode, portanto, gerar renda para seus proprietários. A educação é um ativo singular sob dois aspectos. Primeiro, quando ela é adquirida, não pode ser vendida ou roubada – ela não pode ser alienada de seu dono. Segundo, à medida que aumenta a qualidade de educação, outros ativos, tais como a terra e o capital físico, declinam como uma proporção da riqueza total numa economia; já que a posse desses últimos ativos é, em geral, mais concentrada do que a da educação, declina a concentração geral de todos os ativos.

O baixo nível educacional apresentado nos municípios concentra principalmente nas camadas das pessoas mais pobres, o que coloca a região em caminhos difíceis para a melhoria de vida das pessoas, principalmente no combate à pobreza. Observando os produtores, percebe-se que os pequenos são os que mais estão excluídos, pois muitos são analfabetos funcionais, dificultando assim o avanço dessas pessoas na sua atividade.

Os grandes e médios produtores são os que apresentam o melhor nível educacional, conseqüentemente são os que têm melhores condições de sobreviver num mundo globalizado e exigente em tecnificação para que sua atividade sobreviva e possa gerar melhores rendas. O nível de exclusão social e de pobreza em que se encontram os envolvidos na cultura cafeeira leva o Estado a ser obrigado a intervir no fornecimento de benefícios financeiros para que a população minimize seus problemas.

Tabela 26 - Grau de instrução do produtor de café e trabalhador rural nos municípios de Barra do Choça e Vitória da Conquista

Produtor / café	GP	%	MP	%	PP	%	TOTAL	%
Analfabeto	1	4	3	6	39	21	43	16,54
Fundamental Menor – INCOMPLETO	-	-	7	14	65	36	72	27,69
Fundamental Menor – COMPLETO	1	4	4	8	26	14	31	11,92
Fundamental – INCOMPLETO	-	-	3	6	12	7	15	5,77
Fundamental – COMPLETO	1	4	-	-	15	8	16	6,15
MÉDIO - INCOMPLETO	1	4	3	6	12	7	16	6,15
MÉDIO - COMPLETO	5	19	14	27	4	2	23	8,85
Superior - INCOMPLETO	2	7	3	6	6	3	11	4,23
Superior - COMPLETO	16	59	14	27	3	2	33	12,69

Trabalhador / café	ENC	%	V/C	%	B/C	%	TOTAL	%
Analfabeto	7	22,58	14	21,54	36	21,95	57	21,92
Fundamental Menor – INCOMPLETO	11	35,48	32	49,23	82	50,00	125	48,08
Fundamental Menor – COMPLETO	-	-	-	-	-	-	-	-
Fundamental – INCOMPLETO	13	41,94	15	23,08	39	23,78	67	25,77
Fundamental – COMPLETO	-	-	-	-	-	-	-	-
MÉDIO - INCOMPLETO	-	-	-	-	4	2,44	4	1,54
MÉDIO - COMPLETO	-	-	2	3,08	1	0,61	3	1,15
Superior - INCOMPLETO	-	-	-	-	-	-	-	-
Superior - COMPLETO	-	-	-	-	-	-	-	-
NÃO RESPONDEU	-	-	2	3,08	2	1,22	4	1,54

Fonte: Dutra Neto (2007).

A manutenção das estradas que ligam as cidades a áreas de colheita é um grande problema para os produtores. No período das chuvas o acesso torna-se mais difícil ainda, o que dificulta a colheita, elevando os custos de produção e conseqüentemente reduzindo a rentabilidade do produtor. Outro item importante na cafeicultura é a assistência técnica, pois é

uma prática que permite melhores resultados na atividade e permitem uma melhor sustentabilidade do sistema produtivo. Segundo dados da SEAGRI (2010), a assistência técnica atende 85% dos grandes produtores dos municípios, os médios com 67%, mas os pequenos produtores somente 34%.

Em relação às informações quanto aos bens e plano de saúde dos produtores de café, nos municípios pesquisados, Dutra Neto (2007) apontou que: 68% dos produtores têm geladeira, sendo que os grandes têm 100%, os médios 94% e os pequenos 57%. O item telefone aparece em segundo lugar com 53% de frequência daqueles que possuem o bem, e carro aparece com 47%. Em relação a plano de saúde aparece com 30% de frequência, sendo que, por categoria, os grandes contemplam com 93%, os médios com 65% e os pequenos com 12%. Dos bens, o que os produtores mais possuem é o televisor, com uma média geral de 77%, sendo por extrato: grandes 100%, médios 96% e pequenos com 68%. Quanto ao acesso à energia elétrica, Dutra Neto (2007) ainda aponta que 90,77% dispõem de energia no município de Vitória da Conquista e 92,68% no município de Barra do Choça.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com esta pesquisa, a cultura do café foi e continua sendo importante para o desenvolvimento econômico dos municípios de Vitória da Conquista e Barra do Choça, localizados na região produtora do Planalto da Conquista. A implantação da cafeicultura cumpriu com o papel proposto pelo Plano de Renovação e Revigoração de Cafezais implementado pelo Governo Federal na década de 1970, que tinha entre seus objetivos a expansão do polo cafeeiro no Brasil e o desenvolvimento de novas regiões produtoras. A economia cafeeira nos municípios, além de absorver grande parte do contingente populacional desempregado na década de 1970, contribuiu para o crescimento do setor industrial e de serviço, impulsionando a rápida urbanização, sendo que nos municípios estudados ocorreu uma dinâmica diferente entre eles.

Em relação à urbanização, conforme Tabela 22, pag. 92, o município de Vitória da Conquista obteve uma evolução crescente e constante, houve um crescimento positivo e acelerado de 24,5% no período de 1970 a 1991 e de 1991 a 2010 um crescimento de 6,93%, apresentando um grau de urbanização, em 2010, de 89,5%. Em relação à Barra do Choça, o crescimento positivo foi ainda maior, 178,5% durante o período de 1970 a 1991, depois ocorreu uma queda de 37,6%, de 1991 para o ano de 2010, ficando em 2010 com um índice de urbanização de 64,4%.

Do ponto de vista socioeconômico, pode-se comprovar o quanto a atividade do café é importante para os municípios na geração de emprego e renda, através da fixação do homem no campo, em função de a lavoura cafeeira admitir mão de obra com baixa escolaridade para o trabalho, desta forma abrangendo um grande contingente de trabalhadores para fazendas de café, contribuindo para redução da pobreza. Observa-se na pesquisa que o desenvolvimento não se distribuiu de maneira uniforme entre os municípios analisados. Apesar de a produção de café concentrar maior parte no município de Barra do Choça, grande parte dos recursos foram canalizados para o município de Vitória da Conquista, decorrente da sua infraestrutura, e grande parte de corretores, empresas exportadoras e torrefadoras estarem estabelecidas neste município.

De acordo com os dados desta pesquisa, o desenvolvimento da lavoura cafeeira via participação do Estado (IBC-PRRC) no Planalto da Conquista, e mais precisamente em Barra do Choça e Vitória da Conquista alterou a estrutura fundiária e a expansão da pecuária. No período que compreende 1972 a 1981, a cafeicultura se desenvolveu com a redução da

pecuária, principalmente em Barra do Choça, já na década de 1980 a crise do café contribuiu para estagnação do parque cafeeiro e retomada da pecuária. A partir de 1999, a área colhida de café volta a crescer nos municípios analisados, principalmente Barra do Choça, com um crescimento de 58% no período de 1999 a 2001.

Mesmo com um considerável crescimento, graças à ampla soma de recursos investidos na implantação da lavoura cafeeira em Barra do Choça, o município não atingiu, no entanto, a mesma proporção em relação à geração de riquezas. É que a lavoura cafeeira, embora empregue farta mão de obra durante o período de colheita, não apresenta o mesmo retorno econômico para as famílias dos trabalhadores. Assim, o grau de pobreza e de dificuldades econômicas de parte da população local se agravava à medida que as crises da cafeicultura se sucediam. Mesmo o município de Barra do Choça sendo considerado o maior produtor de café da região, a maior parte dos recursos provenientes da cafeicultura eram direcionados para o município de Vitória da Conquista, decorrente das diferentes oportunidades de retorno do capital.

Em relação ao município de Vitória da Conquista, nas últimas décadas experimentou uma série de transformações, por exemplo com a expansão da malha urbana, verificada entre 1977 e 1996. O crescimento de outros setores nos municípios de Vitória da Conquista e Barra do Choça vem provocando uma redução da importância da cafeicultura na composição do PIB. Em Vitória da Conquista, houve uma redução de 2006 a 2009, de 1,29% para 1,03% e Barra do Choça de 30% para 25,56%. O setor de comércio e serviço vem ganhando força na participação do PIB nestes municípios. Vale mencionar, que mesmo reduzindo a participação da cafeicultura no PIB dos municípios, o setor continua sendo a principal atividade agrícola.

Apesar dos avanços alcançados até o momento, ainda se encontra nos municípios uma realidade socioeconômica bastante desfavorável para uma parcela considerável da população, principalmente para população rural. Isso se verifica, a partir de análises sobre a atividade cafeeira que gera trabalho em apenas cinco meses por ano (período de colheita). Durante a entressafra, ocorre a redução drástica na oferta de trabalho, levando a um aumento nos índices de miserabilidade junto a essa população. Isso tem exigido da Administração Municipal a busca permanente por alternativas que possam minimizar as demandas sociais, principalmente em relação à falta de emprego e à habitação.

No município de Vitória da Conquista, a verticalização da cultura cafeeira com a atração de novas indústrias de torrefação e moagem para os municípios tem agregado mais valor ao produto, mas são necessários maiores investimentos na qualidade e divulgação do

café do Planalto da Conquista. A conquista da certificação de Indicação Geográfica (IG) poderá trazer muitos ganhos aos produtores, valorizando o ambiente geográfico da produção do café do Planalto, como ocorre com o café do cerrado mineiro, certificado como denominação de origem. A diferenciação poderá oferecer melhores condições de competitividade aos produtores do município de Barra do Choça e Vitória da Conquista, melhorando a rentabilidade da lavoura cafeeira. Vale alertar que a aplicação de um selo de garantia de qualidade não assegura a colocação dos produtos no mercado em condições vantajosas. O produto e seu sistema têm de ser plenamente conhecidos e respeitados por produtores, exportadores, torrefadores e distribuidores e, sobretudo, reconhecido pelos consumidores, o que exige, também, concomitantes investimentos em marketing.

É preciso valorizar mais o papel das cooperativas e associações de produtores, devido a sua representatividade na defesa dos interesses dos cafeicultores, seja ela junto ao governo na obtenção de linhas de financiamentos ou na transferência de tecnologia. Neste contexto, vale ressaltar o trabalho da Cooperativa Mista de Agropecuária Conquistense (COOPMAC), considerada a maior do setor na região, com sua logística em maquinários, armazém e laboratório, necessário para beneficiamento, classificação, estocagem das sacas.

A harmonia entre os componentes da cadeia produtiva de Barra do Choça e Vitória da Conquista – produção, comércio e indústria – e sua perfeita articulação com o governo permitindo traçar políticas cafeeiras de melhoria da produtividade e qualificação do produto deve ser intensificado, tornando-se um fator decisivo para conquista de novos mercados, sejam eles nacionais ou internacionais.

É compreensível que, estudando um vetor de desenvolvimento, torna-se difícil conseguir resultados que possam afirmar com exatidão o crescimento e desenvolvimento que ocorre em determinado espaço geográfico, pois muitos fatores são determinantes para que uma região se desenvolva. No entanto, pelos resultados apresentados por esse trabalho, pode-se afirmar que a cafeicultura tem contribuído para o desenvolvimento socioeconômico dos municípios de Vitória da Conquista e Barra do Choça.

É importante ressaltar que, ainda há muito a fazer para promover a melhoria dos indicadores econômicos e sociais, principalmente na melhoria das condições dos pequenos produtores, que são os mais necessitados. Para tanto, as forças políticas dos municípios juntamente com os agentes envolvidos na cultura do café devem promover mudanças estruturais, criando mecanismos que promovam o desenvolvimento da cultura como um todo a partir do reconhecimento do potencial econômico e espacial dos municípios.

Em síntese, a cafeicultura isoladamente não teria capacidade de promover desenvolvimento econômico nos municípios pesquisados, necessitando da atuação conjunta de outras variáveis. A transformação da cafeicultura deve ser colocada no universo de medidas de elevação do valor agregado, e não apenas como instrumento de geração de emprego e crescimento da renda, fato ocorrido nos municípios analisados.

REFERÊNCIAS

- ABACAFÉ – ASSOCIAÇÃO DOS CAFEICULTORES DO OESTE DA BAHIA. [Portal institucional]. Disponível em: <<http://www.abacafe.org.br>>. Acesso em: 11 jan. 2012.
- ABIC – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE CAFÉ. [Portal institucional]. Disponível em: <<http://www.abic.com.br>>. Acesso em: 11 jan. 2012.
- AMARAL FILHO, J. A endogeneização no desenvolvimento econômico regional e local, planejamento e políticas públicas. **Planejamento e Políticas Públicas – PPP**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, n. 23, jun. 2001.
- AYDALOT, P. **Economic régionale et urbaine**. Paris: Econômica, 1985.
- ASSOCAFÉ – ASSOCIAÇÃO DE PRODUTOS DE CAFÉ DA BAHIA. [Portal institucional]. Disponível em: <<http://www.assocafe.com.br>>. Acesso em: 11 jan. 2012.
- BACHA, E. L. Política brasileira de café: uma avaliação centenária. In: MARCELINO MARTINS & JOHNSTON EXPORTADORES LTDA (Ed.). **150 Anos de café**. Rio de Janeiro, 1992. p. 15-133.
- BACEN - BANCO CENTRAL DO BRASIL. [Portal institucional]. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/>>. Acesso em: 13 jan. 2012.
- BACEN - BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Anuário estatístico do crédito rural 2004**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?id=RED2-RELRURAL&ano=2004>>. Acesso em: 13 jan. 2012.
- BACEN - BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Anuário estatístico do crédito rural 2005**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?id=RED2-RELRURAL&ano=2005>>. Acesso em: 13 jan. 2012.
- BACEN - BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Anuário estatístico do crédito rural 2006**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?id=RED2-RELRURAL&ano=2006>>. Acesso em: 13 jan. 2012.
- BACEN - BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Anuário estatístico do crédito rural 2007**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?id=RED2-RELRURAL&ano=2007>>. Acesso em: 13 jan. 2012.
- BAHIA ANÁLISE DE DADOS. Salvador: SEI, v.21, n.3, jul./set.2011. ([Temática deste número] - Pobreza, desigualdade e ciclos econômicos).
- BARRA DO CHOÇA. In: WIKIPÉDIA. Disponível em: <pt.wikipedia.org/wiki/Barra_do_Choça>. Acesso em: 4 jan. 2012.
- BARRETO, V. S. de S. **O impacto social da lavoura cafeeira na Bahia**: relatório de pesquisa. Salvador: SUDENE; SUTRAB, 1982.
- BARROS E SOUZA ADVOGADOS. **Panorama interno e externo da proteção às indicações geográficas**. 2004. Disponível em: <http://barrosesouza.com.br/artigo_indica%20geogr%E1ficas.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2011.

BOAVENTURA, E. M. **Metodologia da pesquisa**: monografia, dissertação, tese. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Do ISEB e da CEPAL à teoria da dependência. In: TOLEDO, C. N. de (Org.). **Intelectuais e política no Brasil**: a experiência do ISEB. Rio de Janeiro: Revan, 2005, p. 201-232.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **O conceito histórico de desenvolvimento econômico**. São Paulo: EESP/FGV, 2006. (Texto para Discussão, 157). Trabalho originalmente preparado para o curso de desenvolvimento econômico na Fundação Getúlio Vargas.

BRUM, A. J. **O desenvolvimento econômico brasileiro**. 20. ed. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1999.

CALDAS, A. dos S. Novos usos do território: as indicações geográficas protegidas como unidades de desenvolvimento regional. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v.14, n. 3, p. 593-602, dez. 2004.

CALDAS, A. dos S. As denominações de origem como unidade de planejamento, desenvolvimento local e inclusão social. **Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE**, Salvador, v.5, n.8, jul. 2003.

CAVALCANTI, C. **Celso Furtado e o mito do desenvolvimento econômico**. Recife: FUNDAJ, 2001. (Trabalhos para Discussão, 104). Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br>. Acesso em: 10 jan. 2012.

CEPAL - COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE; IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; PNUD - PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Rumo ao objetivo do milênio de reduzir a pobreza na América Latina e no Caribe**. Santiago do Chile, 2003. (Livros da CEPAL, 70).

CEPLAB - CENTRO DE PLANEJAMENTO DA BAHIA. **A penetração do café na Bahia**. Salvador, 1979.

CONAB – COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. [Portal institucional]. Disponível em: <http://www.conab.gov.br>. Acesso em: 104 jan. 2012.

CRUZ, C. A. C. **Discurso ambiental e planejamento territorial na região sudoeste da Bahia**: limites e possibilidades. Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2011.

DELFIN NETO, A. **O problema do café no Brasil**. São Paulo: IPE/USP, 1981.

DUTRA NETO, C. **Café e desenvolvimento sustentável**: perspectivas para o desenvolvimento sustentável no Planalto de Conquista. 1. ed. Vitória da Conquista, BA: Ed. do Autor, 2004.

DUTRA NETO, C. **Café e desenvolvimento regional no nordeste brasileiro**: um estudo de caso na Bahia. 2007. 330 f. Tese (Doutorado)-Universidade de Barcelona, Barcelona, 2007.

DUTRA NETO, C. **Desenvolvimento regional e agronegócio**. 1. ed. Vitória da Conquista, BA: Ed. do Autor, 2009.

DUTRA NETO, C. **Caracterização do potencial de indicação geográfica para os cafés do Planalto da Conquista – Ba**. Salvador: FAPESB, 2011. (Proposta de projeto aprovado pela

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB) - Edital N° 21/2011 - Apoio à Indicações Geográficas Apoio à Tecnologias Sociais e Ambientais). Documento interno.

EBDA - EMPRESA BAIANA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA. [Portal institucional]. Disponível em: <<http://www.ebda.ba.gov.br>>. Acesso em: 4 jan. 2012.

FAO – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA. **Declaração de princípios e programas de ação da Conferência Mundial sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural**. Roma, 1979.

FERRAZ, A. E. de Q. **O urbano em construção Vitória da Conquista: um retrato de duas décadas**. Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2001.

FERREIRA, A. B. de H. **Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FERNANDES, R. H. **Diagnóstico e propostas para cadeia produtiva do café na Bahia**. Salvador: SEAGRI, 2011.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 1982.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

HEIDRICH, A. L. Região e regionalismo: observações acerca dos vínculos entre a sociedade e o território em escala regional. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, v. 25, p.63-75, 1999.

IBC – INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ. **Ensaio sobre café e desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro, 1973.

IBGE – INSTITUTO DE BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. [Portal institucional]. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10 out. 2011.

IBGE – INSTITUTO DE BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário 2006**. Rio de Janeiro, 2006.

ICEA - INSTITUTO CAMPINEIRO DE ENSINO AGRÍCOLA. **Cultura de café**. São Paulo, 1973

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS. [Portal institucional]. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 4 jan. 2012.

LIMA, A. E. M. **Avaliação de impacto e de efeitos econômicos nas regiões do Rio Grande do Sul dos projetos e investimentos incentivados pelo Fundopem no Período 1989-98**. 2003. Tese (Doutorado) PPGE/FCE/UFRGS, Porto Alegre, 2003.

LOPES, A. S. O espaço econômico. In: APDR. **Compêndio de economia regional**. 2. ed. Lisboa, 2005. p. 35-59.

MAIA, I. **A nova dimensão do café do Oeste da Bahia**. Luís Eduardo Magalhães (BA): ABACAFE, 2011. Disponível em: <www.abacafe.org.br/2011/12/a-nova-dimensao-do-cafe-do-oeste-da-bahia> Acesso em: 12 jan. 2012.

MARTINS, A. L. **História do café**. São Paulo: Contexto, 2008.

MARKUSEN, A. Região e regionalismo: um enfoque marxista. **Espaço & Debates**, São Paulo, n. 2, p.61-99, 1981.

MATIELLO, J. B. **O café, do cultivo ao consumo**. São Paulo: Globo, 1991.

MATSUMOTO, S. N. **Arborização de cafezais no Brasil**. Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2004.

MDIC - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. [Portal institucional]. Disponível em: <<http://portal.www.mdic.gov.br>>. Acesso em: 4 jan. 2012.

MTE - MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. [Portal institucional]. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br>>. Acesso em: 4 jan. 2012.

MTE - MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **RAIS - Relação Anual de Informações Sociais 2007**. 2007. Disponível em: <<http://www.rais.gov.br>>. Acesso em: 10 jan. 2012.

OIC – ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO CAFÉ. [Portal institucional]. Disponível em: <<http://portal.www.ico.org>>. Acesso em: 10 out. 2011.

OLIVEIRA, J. T. et al. Modificações ambientais e socioeconômicas decorrentes do desenvolvimento da cafeicultura de Barra do Choça - BA. **Bahia Agrícola**, v. 8, p.54-58, 2007.

ORMOND, J. G. ; DE PAULA, S . R.; FAVERET FILHO. P. Café: (re) Conquista de mercados. **BNDES Setorial**, Rio de Janeiro, n. 10, p. 356, set. 1999.

ORTEGA, A. C. **Agronegócios e representação de interesses no Brasil**. Uberlândia: EDUFU, 2005.

PIRES, E. L. S.; MÜLLER, G.; VERDI, A. R. Instituições, territórios e desenvolvimento local: delineamento preliminar dos aspectos teóricos e morfológicos. **Geografia**, Rio Claro (SP), v. 31, n. 3, p. 437-435, set./dez.2006.

PMVC - PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA. [Portal institucional]. Disponível em: <www.pmvc.com.br>. Acesso em: 10 jan. 2012.

POCHMANN, M. et al. (Org.). **Atlas da exclusão social**. São Paulo: Cortez, 2005.

PRADO JÚNIOR, C. **História econômica do Brasil**. 11. ed. São Paulo: Brasiliense, 1969.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO CHOÇA. [Portal institucional]. Disponível em: <www.barradochocha.ba.gov.br>. Acesso em: 10 jan. 2012.

PROGRAMA DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). UNIÃO EUROPÉIA. **Informe do projeto Estado de la región**. São José. Costa Rica, 1999.

RICCI, F. Desenvolvimento da cafeicultura. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté (SP), v. 4, n.3, ago. 2008.

SANDRONI, P. **Novo dicionário de economia**. São Paulo: Best Seller, 1999.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993

SANTOS, A. L. **Produção de riqueza e miséria na cafeicultura**: as transformações recentes no espaço rural nos municípios de Vitória da Conquista e Barra do Choça - Bahia. 1987. Dissertação (Mestrado)- Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, Recife, 1987.

SEAGRI – SECRETARIA DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DO ESTADO DA BAHIA. [Portal institucional]. Disponível em: <www.seagri.ba.gov.br>. Acesso em: 10 jan. 2012.

SEAGRI – SECRETARIA DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DO ESTADO DA BAHIA. **Diagnóstico da cafeicultura baiana**. Salvador, 2000.

SEBRAE – SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO A MICRO E PEQUENA EMPRESA. [Portal institucional]. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br>>. Acesso em: 10 jan. 2012.

SEI – SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. [Portal institucional]. Disponível em: <<http://www.sei.ba.gov.br>>. Acesso em: 10 jan. 2012.

SEI – SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. **Mapas da Bahia**. 2008. Disponível em: <<http://www.sei.ba.gov.br>>. Acesso em: 10 jan. 2012.

SEI – SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. **Estatísticas dos municípios baianos**. Salvador, 2011.

SEI – SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. **O perfil financeiro dos municípios baianos: 2003 – 2009**. Salvador, 2011.

SOUZA, N. de J. **Desenvolvimento econômico**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

SOUZA, N. de J. **Desenvolvimento regional**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

TAUNAY, A. de E. **Pequena história do café no Brasil: 1727-1937**. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1945.

VALVERDE, O. A fazenda de café escravocrata no Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro: IBGE, jan./nov. 1967.

VELASCO, R. **Los economistas en su laberinto**. Madri: Santillana, S.A. Taurus, 1996.

VITÓRIA DA CONQUISTA. In: WIKIPÉDIA. Disponível em: <pt.wikipedia.org/wiki/Vitória_da_Conquista>. Acesso em: 4 jan. 2012.